

Resumo do Certame Licitatório

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025 (PROCESSO Nº 019/2025)			
Órgão Gerenciador: <b>CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – CINCOP/MT</b>			CNPJ: <b>59.558.305/0001-66</b>
Modalidade: <b>PREGÃO</b>	Forma: <b>ELETRÔNICA</b>	Modo de Disputa: <b>ABERTO</b>	Critério de Julgamento:  <b>MENOR PREÇO POR LOTE</b>
Data: <b>03/03/2026</b>	Horário: <b>09h30min (horário de Brasília)</b>	Plataforma: <a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a>	
Exige Amostra? <b>Item 3 - SIM</b>	Participação: <b>AMPLA</b>	Reserva de Cota ME/EPP?  <b>NÃO</b>	Instrumento Contratual?  <b>SIM</b>
Registro de Preços?  <b>SIM</b>	Vistoria?  <b>NÃO</b>	Lei de Regência: Lei Federal nº 14.133, de 2021	Lei Complementar: L.C. nº 123, de 2006
Objeto: <b>REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MÉDICO HOSPITALARES, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E GESTÃO DE ATIVOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CINCOP-MT</b>			
Valor Estimado: <b>SIGILOSO</b>			
Agente de Contratação: <b>CRISTIANE REGINA MESSIAS</b>		Ato de Designação: <b>RESOLUÇÃO Nº 011/2025</b>	
Download de edital e anexos:	O Edital completo, anexos e complementos poderão ser retirados no site do CINCOP-MT disponível no endereço eletrônico: <a href="https://cincop.mt.gov.br">https://cincop.mt.gov.br</a> no portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponível no endereço eletrônico: <a href="https://pncp.gov.br/">https://pncp.gov.br/</a>		
Informações:	Agente de Contratação – Sede do CINCOP - Telefone: (65) 2123-1275. Atendimento: 07hs às 11hs e das 13hs às 17hs. E-mail: <a href="mailto:licitacao@cincop.mt.gov.br">licitacao@cincop.mt.gov.br</a>		

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO Nº 019/2025**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

O **Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 59.558.305/0001-66 e com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Hélio Schneider Paulus Neto, no uso de suas atribuições, na condição de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, comunica aos interessados que realizará **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA** auxiliado pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado do objeto abaixo indicado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** desta licitação, observado as condições do edital que rege este pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem, nas disposições das

Resoluções nº 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009 e 014 e suas alterações, todas do ano de 2025 do CINCOP-MT e da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

**TIPO:** Menor preço por **LOTE**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08:00 do dia 11/02/2026 até às 09:30 horas do dia 03/03/2026.

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Na mesma data e horário do recebimento das propostas, encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação apresentada, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 09:01 às 09:30 horas do dia 03/03/2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09:31 horas do dia 03/03/2026.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)

**PLATAFORMA ELETRÔNICA:** <https://licitanet.com.br>

Formalização de consultas/encaminhamentos:

**LOCAL:** Sede do CINCOP/MT

**ENDEREÇO:** Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3920, CPA, Cuiabá/MT, CEP 78.050-902

**Pregoeiro 1:** Cristiane Regina Messias

**Pregoeiro 2 (Pregoeiro Substituto):** Max Farias da Silva

**E-mail:** [licitacao@cincop.mt.gov.br](mailto:licitacao@cincop.mt.gov.br)

**Telefone:** (65) 2123-1275

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos de médico hospitalares, incluindo instalação, configuração, manutenção, suporte técnico e gestão de ativos**, para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com o Termo de Referência (**ANEXO I**) e com os quantitativos estimados (**ANEXO VII**), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços:

Descritivo de Itens para Registro de Preços:

LOTE UNICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD
1	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR PARA EQUIPAMENTO DE RAIOS-X FIXO - DETECTOR - DR (COP0657)	Und	1092
2	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RAIOS-X FIXO ANALÓGICO (COP0656)	Und	1092
3	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAMÓGRAFO ANALÓGICO (COP0665)	Und	1092
4	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA MAMOGRAFIA ANALÓGICA (COP0664)	Und	1092
5	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR (COP0672)	Und	1128
6	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ECOCARDIOGRAFIA (COP0671)	Und	204
7	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TOMÓGRAFO 16 CANAIS (COP0666)	Und	204
8	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS FILME PARA RAIOS-X (COP0679)	Und	240
9	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORA PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS EM PAPEL (COP0680)	Und	276
10	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DENSITOMETRIA ÓSSEA. (COP0681)	Und	36
11	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MONITOR MULTIPARAMÉTRICO (COP0667)	Und	36
12	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL ANALÓGICO. (COP0661)	Und	36
13	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA RAIOS-X MÓVEL - DR PORTÁTIL (COP0662)	Und	36
14	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL DIGITAL (COP0659)	Und	36
15	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0673)	Und	36
16	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIAS (COP0676)	Und	36
17	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ARCO CIRÚRGICO (COP0668)	Und	24
18	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO CARRINHO DE ANESTESIA (COP0674)	Und	12
19	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA HEMODINÂMICA (COP0670)	Und	12
20	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA MAMOGRAFIA DIGITAL. (COP0663)	Und	12
21	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0677)	Und	12
22	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA HEMODINÂMICA (COP0678)	Und	12
23	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO VENTILADOR PULMONAR (COP0675)	Und	60

1.1.1. O texto “(COP????)”, ao final de cada descritivo dos itens deste Edital, refere-se ao cadastro de bens e serviços do CINCOP-MT, trata-se de um

controle de uso interno que não deverá ser considerado na especificação do item.

- 1.1.2. A presente licitação, conduzida de forma compartilhada pelo Consórcio, configura medida eficiente e vantajosa para os entes da federação, ao assegurar padronização, economia de escala e otimização logística. Ao centralizar a aquisição, reduz-se o custo unitário dos itens, garante-se maior qualidade e rastreabilidade dos produtos e racionalizam-se os recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a contratação planejada contribui diretamente para a melhoria das condições de ensino e da assistência social, reforçando o compromisso da Administração Pública com a dignidade dos cidadãos e a efetividade das políticas públicas.
- 1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano.
- 1.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e de acordo com as disposições do art. 4, da Resolução nº 001/2025, do CINCOP-MT.
- 1.4. O contrato ou documento equivalente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.5. O CINCOP-MT é Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços desta licitação compartilhada.
- 1.6. Os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais desta licitação e não integram a ata de registro de preços, desde que atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 001/2025, na condição de “Órgão Não Participante”, poderão aderir à Ata de Registro de Preços, nos termos e condições previstas neste Edital.

## **2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

- 2.1. São Órgãos Participantes do presente processo licitatório o Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT) e os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados conforme lista.
  - 2.1.1. **Entes da Federação:** Acorizal, Água Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Apiacás, Araputanga, Barão de Melgaço, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Campinápolis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte,

Canarana, Castanheira, Cláudia, Cocalinho, Colíder, Comodoro, Confresa, Conquista D'Oeste, Cotriguaçu, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Figueirópolis D'Oeste, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Jauru, Juara, Juruena, Juscimeira, Lambari D'Oeste, Luciara, Marcelândia, Mirassol D'Oeste, Nortelândia, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Mutum, Nova Nazaré, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Poconé, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Poxoréu, Primavera do Leste, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondolândia, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leste, São Félix do Araguaia, São José do Rio Claro, Sapezal, Serra Nova Dourada, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte, Tesouro, Torixoréu, União do Sul, Vale de São Domingos, Vera e Vila Bela da Santíssima Trindade.

2.1.2. **Entidade Interfederativa:** Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT)

2.2. As Associações de Municípios de Mato Grosso, após a assinatura de Convênio ou Termo de Cooperação Técnica com o CINCOP-MT, que poderão realizar contratações de produtos decorrentes deste processo administrativo licitatório, através de solicitação e autorização do Órgão Gerenciador.

2.3. São Órgãos Não Participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação e não integram a ata de registro de preços, mas que, atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Edital e da Resolução nº 001/2025, podem fazer adesão à Ata de Registro de Preços.

2.3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública dos Entes da Federação que não aderiram ao Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCOP-MT e/ou não tenham participado do certame licitatório e/ou não estejam previstos no edital como órgãos participantes, mediante anuência do Órgão Gerenciador.

2.3.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e



futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

2.3.4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

2.3.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.3.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador da utilização da ata de registro de preços, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, sob pena cancelamento unilateral da concessão, inclusive com cancelamento de autorização via APLIC ou outro mecanismo de controle, observado o prazo de vigência da ata.

2.3.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

2.3.8. É facultada aos órgãos ou entidades dos Entes da Federação a adesão a ata de registro de preços do CINCOP-MT.

### **3. DAS AMOSTRAS DIGITAIS/ENTREGAS E EXECUÇÃO**

3.1. Nos termos do art. 17, § 3º, do art. 41, inciso II e do art. 42, todos da Lei Federal n. 14.133/2021, será exigida, previamente à adjudicação do objeto, amostra no formato eletrônico de todos os itens listados, salvo os itens eventualmente pré-qualificados, dos quais não será exigida amostra, a fim de que seja possível assegurar-se que o bem proposto pelo licitante se conforma, de fato, às exigências estabelecidas nas folhas de dados, no Termo de Referência e no Edital.

3.1.1. O licitante detentor do menor lance classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar as amostras dos itens através de catálogo, prospecto ou ficha técnica, disponibilizado no idioma português (Brasil), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até **02 (duas) horas** após o encerramento da disputa dos lances.

3.1.1.1. O pregoeiro enviará mensagem através da Plataforma Eletrônica solicitando apresentação das amostras, no prazo estabelecido.

- 3.1.1.2. Com a documentação da amostra, a licitante deverá comprovar que cumpre totalmente todas as exigências dos itens pertencentes ao lote em que foi detentor da melhor proposta, conforme descrito no Termo de Referência.
- 3.1.1.3. Não serão aceitos itens cuja descrição não se enquadre na solução esperada, previstos no item 1.1 deste Edital.
- 3.1.2.A amostra deverá conter descrição detalhada do modelo, marca, fabricante, dimensões, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação do item pela Equipe do CINCOP-MT, não sendo admitida a mera transcrição do descritivo técnico da folha de dados, sem a descrição do item a ser ofertado, a qual deverá ser a sua realidade. A amostra também deve ser apresentada por imagens (fotografia, ilustração, desenho, figura e outras formas) que permitam a identificação visual do objeto ofertado.
- 3.1.2.1. No caso de catálogo com diversos modelos, a Licitante deverá identificar qual a marca/modelo que está concorrendo na Licitação.
- 3.1.3.Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita declaração descrevendo a especificação ausente no prospecto, contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do item na forma declarada.
- 3.1.4.A documentação referida deverá ser enviada através da Plataforma Eletrônica do Licitanet <https://licitanet.com.br>.
- 3.1.5. Caso as amostras nos formatos digitais, através de catálogo ou prospecto ou ficha técnica, não sejam suficientes para sanar todas as dúvidas quanto ao atendimento às exigências das folhas de dados, do Termo de Referência e do Edital a serem publicados, poderá ser exigida também amostra física dos itens, devendo o licitante fazer o envio da mesma no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, condicionada, ainda, à comprovação do envio mediante apresentação de código para rastreamento do produto.
- 3.1.5.1. Quando solicitadas, as amostras físicas deverão ser enviadas para a Central Executiva do CINCOP-MT, localizada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT. Após analisadas, as amostras poderão ser retiradas no mesmo endereço.
- 3.1.6.Cada amostra deverá estar identificada com o respectivo número do item deste Edital, a marca e o modelo do objeto proposto.

- 3.2. A amostra será analisada e, caso atenda às características exigidas, será emitido o Laudo de Aceitabilidade.
- 3.2.1. Não havendo a apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como não sendo estas aprovadas, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será desclassificado do certame, sendo então solicitadas e examinadas as amostras dos licitantes subsequentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, nos termos supracitados.
- 3.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP será realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.3.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.
- 3.3.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.3.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.3.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.3.5. Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.
- 3.3.6. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.
- 3.4. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão ou entidade participante ocorrerão por conta do Fornecedor.
- 3.4.1. Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.4.2. Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.



- 3.5. O(s) Objeto(s) deverão ser entregues em cada Município Contratante, nos endereços indicados na Autorização de Fornecimento.
- 3.6. Na entrega técnica, o Fornecedor apresentará ao Proprietário todas as informações sobre os recursos, suas funcionalidades, instruções fundamentais, instruções sobre a importância da manutenção preventiva, frequências recomendadas para a eventuais reparos e sobre a garantia.
  - 3.6.1. Deverá acompanhar o equipamento no momento da entrega, o manual de operação com segurança e de manutenção, em língua portuguesa, sendo obrigatório fornecer treinamento in loco para operação e manutenção preventiva aos servidores sem ônus adicional para o equipamento.

#### **4. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO**

- 4.1. O Cadastro de Reserva de Fornecedores será formado por todos os licitantes classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excetuados os classificados em primeiro lugar com os quais serão registrados ata de registro de preços.
- 4.2. Os quantitativos estimados para consumo são formados pela demanda apresentada pelos Órgãos Participantes e Órgão Gerenciador. Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação do CINCOP-MT ou Órgãos Participantes e não geram qualquer Direito ao Fornecedor.
- 4.3. Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.
- 4.4. As alterações dos quantitativos dos itens realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos Participantes não poderá causar acréscimo ou decréscimo nos valores dos itens iniciais previstas no processo licitatório.
  - 4.4.1. Cabe ao Órgão Gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre os Órgãos Participantes.

#### **5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 5.1. O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Públicas.

- 5.2. A Sessão eletrônica e todos os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo CINCOP-MT, por intermédio de(a) seu(ua) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica do Licitanet (<https://licitanet.com.br>).

## **6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

- 6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, no site <https://licitanet.com.br>.
- 6.2. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br>), podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas para recebimento da proposta.
- 6.3. O acompanhamento do Sistema Eletrônico é responsabilidade do Fornecedor para todas as fases do presente Procedimento Administrativo.

## **7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 7.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital, seus Anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.
- 7.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.
- 7.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.4. É permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas e deverá observar o disposto no art. 15, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as seguintes normas:
- I. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
  - II. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
  - III. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação

econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, caso exigido;

- IV. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- V. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- VI. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da ata de registro preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item I acima, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a homologação, bem como deverá, dentro do mesmo prazo, encaminhar os dados bancários relativos ao pagamento, de acordo com o previsto no item 22 do presente Edital.
- VII. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Órgão Gerenciador e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório que originou o contrato, quando exigido.

7.5. Não poderá participar da licitação a empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública.

7.6. Com relação à penalidade de impedimento de licitar e contratar, a vedação à participação na licitação funcionará da seguinte maneira:

7.6.1. Caso o responsável pela aplicação de impedimento de licitar seja o CINCOP-MT, a empresa ficará impedida de participar em licitações do CINCOP-MT e de todos seus Entes da Federação consorciados.

7.6.2. Caso o Responsável pela aplicação de impedimento de licitar e contratar seja Ente da Federação consorciado, a empresa penalizada fica impedida de participar em licitações e contratar com o Ente da Federação aplicador da pena.

7.6.2.1. Caso o Responsável pela aplicação de impedimento de licitar e contratar seja Ente da Federação consorciado, a empresa penalizada fica impedida de contratar também com o CINCOP-MT.

7.6.2.2. O impedimento de que trata o item anterior não impede a participação em licitações compartilhadas do CINCOP-MT.

7.7. Para as sanções de suspensão temporária de participação em licitação, aplicadas com base na Lei Federal 8.666/93, aplicam-se as disposições dos itens 7.6.1, 7.6.2 e subitens, ressalvada disposição em contrário do procedimento que originou a pena.

- 7.8. O licitante deverá ter feito a adesão ao Licitanet, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.
- 7.9. Não poderá participar da licitação pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, devendo ser comprovado mediante declaração, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital (**ANEXO IV**).
- 7.10. Não poderá participar da licitação aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser comprovado mediante declaração, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital (**ANEXO IV**).

## **8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

- 8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro 1, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) coordenar o processo licitatório;
  - b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo responsável pela sua elaboração;
  - c) conduzir a sessão pública na internet;
  - d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
  - e) dirigir a etapa de lances;
  - f) verificar e julgar as condições de habilitação;
  - g) analisar a admissibilidade dos recursos, podendo, em tal caso, exercer o juízo de retratação no prazo de 03 (três) dias úteis (§ 2º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), findo o qual deverá encaminhar o recurso, devidamente instruído, à deliberação da autoridade superior;
  - h) indicar o vencedor do certame;
  - i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
  - j) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - k) encaminhar à equipe de apoio os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica; e
  - l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação, homologação e confecções de atas ou contratos administrativos.

- 8.1.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros agentes públicos, de setores da entidade ou dos entes federados consorciados e/ou cooperados, a fim de subsidiar sua decisão.
- 8.1.2. O pregoeiro 2 (pregoeiro substituto) suprirá as faltas, impedimentos e/ou afastamentos, permanentes, temporários ou eventuais, do pregoeiro 1, com as mesmas atribuições previstas neste item.

## **9. PUBLICIDADE:**

- 9.1. O Pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), será realizada em sessão pública, por intermédio da INTERNET (rede mundial de computadores), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.
- 9.2. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos [art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 9.3. O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no [Diário Oficial e na AMM/MT](#), bem como em jornal diário de grande circulação ([art. 54, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 9.4. A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e no Portal Transparência do CINCOP - MT, disponível no endereço eletrônico: <https://cincop.mt.gov.br>.

## **10. PLATAFORMA ELETRÔNICA:**

- 10.1. O Pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), será realizada em sessão pública, por intermédio da INTERNET (rede mundial de computadores), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.
- 10.2. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;
- 10.3. A participação do licitante no Pregão se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 10.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.licitanet.com.br/>;

- 10.5. O acesso do licitante ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Licitanet.
- 10.6. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:
- 10.7. Para todas as empresas:

<b>AVULSO</b>	<b>30 dias</b>	<b>90 dias</b>	<b>180 dias</b>	<b>365 dias</b>
R\$ 98,00	R\$ 152,00	R\$ 287,00	R\$ 422,00	R\$ 692,00

- 10.8. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer CONCORRÊNCIA, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a LICITANET – Licitações On-line, ou canceladas por solicitação do licitante.
- 10.9. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.
- 10.10. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a LICITANET – Licitações On-line e à Associação Mato-Grossense dos Municípios a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 10.11. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de CONCORRÊNCIA implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.
- 10.12. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: (34) 2512-6500 / (34) 99807-6633 ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br.
- 10.13. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar nº147/2014;
  - a) A não declaração da licitante em referência Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014 caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA.
  - b) A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.
- 10.14. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Contratação, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 10.15. perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



## 11. PARTICIPAÇÃO:

- 11.1. Para participar deste processo, em sua forma eletrônica ([art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:
  - 11.1.1. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
  - 11.1.2. Ser credenciada junto ao Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
  - 11.1.3. Enviar em campo próprio do sistema eletrônico a proposta ofertada, documentos de habilitação e as seguintes declarações virtuais de que (vide anexo de declaração unificada):
    - 11.1.3.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
    - 11.1.3.2. Atende aos requisitos do [art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) para fazer jus aos benefícios previstos nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#); ([art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
    - 11.1.3.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no [art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991](#) e em outras normas específicas; ([art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
    - 11.1.3.4. Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com o a Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT.
- 11.2. A declaração falsa sujeitará a licitante à inabilitação e ao enquadramento na infração prevista no [art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 11.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando o Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema EXCETO os que previstos no PROJETO BASICO.
- 11.4. Não poderão participar deste processo:
  - 11.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 11.4.2. Pessoas físicas;
  - 11.4.3. Pessoas jurídicas que não possuam Inscrição Estadual/Municipal ou que não possuam autorização legal para a prestação dos serviços que são objeto da presente Concorrência;
  - 11.4.4. Empresa que possua entre seus sócios agente público vinculado ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT;

- 11.4.5. Quem não cumprir os requisitos formais para participação neste processo;
- 11.4.6. Agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; ([art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.7. Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; ([art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.8. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo; ([art. 14, I e II e §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.9. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação ou contratação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; ([art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; ([art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si; ([art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.12. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; ([art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição ([Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário](#));
- 11.4.14. aqueles que se enquadrem nas demais vedações do [art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 11.5. A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual o Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) permite a identificação dos participantes do certame licitatório.
- 11.6. Encerrada a fase de lances, o(a) Agente de Contratação fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro

que venha ser implantado e ainda no cadastro unificado de licitantes ([art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência<sup>1</sup>, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

- 11.7. Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.
- 11.8. os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

## **12. CONSÓRCIO:**

- 12.1. Nos termos do [art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:
  - 12.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
  - 12.1.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
  - 12.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
  - 12.1.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
  - 12.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 12.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no [art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#). ([art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 12.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. ([art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

## **13. COOPERATIVA:**

- 13.1. Nos termos do [art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), pessoa jurídica organizada em forma de cooperativa poderá participar da licitação quando:

---

<sup>1</sup> Disponível no endereço eletrônico: [https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro\\_de\\_empregadores.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf)

- 13.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei Federal nº 5.764, de 1971](#), a [Lei Federal nº 12.690, de 2012](#), e a [Lei Complementar Federal nº 130, de 2009](#);
- 13.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 13.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- 13.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei Federal nº 12.690, de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
- 13.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

#### **14. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO:**

- 14.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica pela Plataforma LICITANET em campo próprio.
- 14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem e nem interrompem os prazos previstos no certame licitatório.
- 14.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 14.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e será divulgada no sítio eletrônico na Plataforma LICITANET ([art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.6. Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas ([art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

- 14.8. Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados ([Súmula nº 473 do STF](#) e [art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

## **15. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA:**

- 15.1. O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “Credenciamento” deste Edital.
- 15.2. A proposta de preços com o preço unitário/total para o item único, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e senha privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado no item “data e horário”.
- 15.3. O registro de proposta eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):
- 15.3.1. Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- 15.3.2. Garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública;
- 15.3.3. Compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I);
- 15.3.4. Impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- 15.3.5. Submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos;
- 15.3.6. Obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).
- 15.4. As propostas registradas no “Sistema” NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.
- 15.5. Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu preço final mínimo, obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 15.6. Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o preço final mínimo, bem como o intervalo de que trata o item anterior.
- 15.7. O preço final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser superior a lance já registrado por ela no sistema.



- 15.8. As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 15.9. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 15.10. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.
- 15.11. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviços com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- 15.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 15.13. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a [Lei Federal nº 8.078, de 1990](#).
- 15.14. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.
- 15.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.
- 15.16. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.
- 15.17. Nenhuma proposta ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e, conseqüentemente, desclassificação da proposta.

## **16. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:**

- 16.1. O encaminhamento de proposta e os documentos de habilitação exigidos no Edital, para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do Contrato previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.
- 16.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações, marcas/modelos, preços unitário e totais de todos os itens ofertados.



- 16.3. O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas para os itens do Edital.
- 16.4. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa licitante.
- 16.5. O licitante deverá encaminhar proposta, para um ou mais itens do objeto deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 16.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 16.7. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, sob pena de decair seu Direito de Pequena Empresa, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos em lei.
- 16.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 16.9. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 16.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 16.11. Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhada. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta, salvo aceitação de justificativa pelo CINCOP-MT, e poderá ocorrer o complemento ou a substituição dos documentos de habilitação e regularidade fiscal após a fase de lances, se for declarado vencedor, no prazo estipulado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.
- 16.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 16.13. O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura das propostas virtuais.

- 16.14. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como custos de utilização da plataforma de licitação, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.
- 16.14.1. Não haverá possibilidade de cotação de preços diferentes em razão do local de entrega dos bens, da forma e local de acondicionamento ou, ainda, em razão do tamanho do pedido autorizado.
- 16.15. Para composição do preço unitário e total do item, os participantes deverão considerar até 02 (dois) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula. Se houve algum dígito a mais, não importa a quantidade, será desconsiderado.
- 16.16. Os participantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.
- 16.17. A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, com o cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade de cada item.

## **17. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 17.1. A partir do horário previsto no Edital e no site <https://www.licitanet.com.br/>, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 17.2. Serão verificadas as propostas apresentadas e desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 17.2.1. Serão desclassificadas as propostas apresentadas que contenham itens sem especificação de marca/modelo (quando necessários) e aquelas que estiverem em desacordo com as marcas/modelos do “cadastro de bens pré-qualificados do CINCOP-MT”.

- 17.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 17.4. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.
- 17.5. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, *on-line*, do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 17.6. Os lances serão ofertados pelo valor unitário/total do item/lote.
- 17.7. Os itens poderão ser disponibilizados por grupo, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.
- 17.8. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.
- 17.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 17.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 17.11. Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores de R\$ 0,01 (Um centavo) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 17.12. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou superior à melhor oferta registrada ([art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 17.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 17.14. Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexequível, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema.
- 17.15. Como medida excepcional, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 17.16. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 17.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 17.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 17.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 17.20. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 17.20.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 17.20.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, como complementares, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta, bem como complementação dos documentos de habilitação e regularidade fiscal, após a etapa de lances.
- 17.21. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.
- 17.22. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexecutável, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.
- 17.23. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 17.24. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública do Pregão, sendo vedada a identificação do seu detentor.
- 17.25. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço que foi habilitado.

## **18. DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A):**

- 18.1. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 18.2. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente após a

comunicação expressa aos participantes, com no mínimo, resguardado o interregno mínimo de 30 (trinta) minutos entre o comunicado e a retomada da sessão, no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

## **19. EMPATE FICTO:**

- 19.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o [art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).
- 19.2. O direito de preferência de que trata o item anterior será concedido da seguinte forma:
  - 19.2.1. Ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor; e
  - 19.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
  - 19.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 19.3. Se houver equivalência de valores apresentados pelas ME's ou EPP's, que se encontrem no intervalo estabelecido no [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 19.4. Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), na ordem de classificação.
- 19.5. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a). Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial
- 19.6. O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 não será concedido nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, assim como às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de



enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **20. EMPATE REAL:**

- 20.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), serão utilizados os critérios de desempate previstos no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.
- 20.2. Persistindo o empate após aplicação dos critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, será utilizado o sorteio como critério de desempate final.

## **21. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO:**

- 21.1. A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de no mínimo **02 (duas) horas**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 21.1.1. O prazo previsto para apresentação da proposta final poderá ser dilatado, devidamente justificado e a critério do pregoeiro.

## **22. NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:**

- 22.1. A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de no mínimo **02 (duas) horas**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;
- b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;
- c) nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação;



- d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da abertura das propostas virtuais;
- e) discriminados em moeda corrente nacional os **preços dos itens** limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) discriminado o prazo de validade da Ata de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período;
- g) discriminado o prazo de entrega dos itens de **até 15 (quinze) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento, **exclusivamente emitida pelo Órgão Gerenciador**;
- h) especificação marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no item 1.1, deste Edital;
- i) valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico e declaração de assinatura por certificação digital, conforme modelo (**ANEXO II**).

### 23. VALIDADE/GARANTIA

- 23.1. Na ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo 3 (três) meses contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.
- 23.2. No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados.
- 23.3. As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência, parte integrante do presente edital (ANEXO I).

### 24. CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

- 24.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.
- 24.2. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

### 25. NEGOCIAÇÃO

- 25.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.
- 25.2. Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 25.3. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 25.4. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 25.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao valor final aceito pelo(a) Pregoeiro(a) após a devida negociação, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após solicitação do(a) Pregoeiro(a) pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

## **26. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA**

- 26.1. Será desclassificada a proposta, que (art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
- a) Contiverem vícios insanáveis;
  - b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
  - c) Apresentarem preços inexequíveis e não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - d) Com preço superior ao estimado para a contratação;
  - e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 26.2. Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, que se comprove que este é o

bastante para arcar com todos os custos da contratação e se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas (Acórdão 1217/2023 Plenário - TCU).

- 26.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 26.4. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.

## **27. INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA**

- 27.1. É considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 27.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:
- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
  - b) Verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
  - c) Levantamento de informações no Ministério do Trabalho e Previdência e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
  - d) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
  - e) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
  - f) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
  - g) Verificação de notas fiscais dos serviços prestados pelo proponente;
  - h) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
  - i) Estudos setoriais;
  - j) Análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
  - k) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 27.3. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

27.4. A inexecuibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **28. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

28.1. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

28.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

28.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem substancialmente as propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

28.4. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

28.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

28.6. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:

- a) Solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) De ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

28.7. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:

- a) Não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
- b) Fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;
- c) A falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchido pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- d) Conter cotação de preço unitário e total para o item/lote ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme Modelo de Proposta previsto no Anexo II deste Edital;
  - i. Os custos relacionados a prestação dos serviços, objeto do certame, deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
  - ii. O preço unitário/total máximo para o item/lote é o que consta do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
  - iii. Indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente a prestação dos serviços, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.

28.8. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **29. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

- 29.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 29.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 2 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.
- 29.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

- 29.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 29.5. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).
- 29.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.
- 29.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 29.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 29.9. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 29.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 29.11. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 29.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

### **30. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

- 30.1. O licitante classificado em primeiro lugar na fase de propostas deverá encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

a) Habilitação Jurídica;



- b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- c) Qualificação Financeira;
- d) Qualificação Técnica;
- e) Outros Documentos.

30.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, no prazo de 02 (duas) horas, que será aberto pelo (a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO (A) responsável pelo certame.

30.3. A documentação de habilitação poderá ser:

- a) Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração (art. 70, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); e
- b) substituída por registro cadastral unificado disponível no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas (art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021) ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Instrução Normativa nº 3, de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

30.4. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

30.5. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

30.6. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

30.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

30.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP<sup>2</sup>, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS<sup>3</sup>, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa<sup>4</sup>, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos<sup>5</sup>, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

30.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

30.10. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de execução similares, dentre outros;
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;
- c) Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

30.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

<sup>2</sup> Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>

<sup>3</sup> Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

<sup>4</sup> Disponível em [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

<sup>5</sup> Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos>

- 30.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 30.13. Somente poderá haver a prorrogação no prazo do item anterior, caso o licitante solicite sua prorrogação dentro do tempo limite concedido.
- 30.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 30.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 30.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 30.17. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 30.18. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.
- 30.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.
- 30.20. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.
- 30.21. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 30.22. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). (art. 12, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

- 30.23. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal (art. 12, IVº, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

### **31. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 31.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; acompanhado de documento comprobatório de seu administrador;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) No caso de sociedades por ações, registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

- 31.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **32. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 32.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica<sup>6</sup> (CNPJ), conforme o caso;

---

<sup>6</sup>Disponível em [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp?cnpj=](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=)

- b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) A regularidade perante a Fazenda federal<sup>7</sup>, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS<sup>8</sup>, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) A regularidade perante a Justiça do Trabalho<sup>9</sup>;
- f) A cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

32.2. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

32.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

32.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

### **33. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

33.1. Nos termos do artigo 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis é requisito para comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes.

33.2. A documentação relativa à qualificação dos **02 (dois) últimos exercícios** econômico-financeira nas formas do artigo 69, I, da Lei nº 14.133/2021 consiste na apresentação dos seguintes documentos:

33.3. Balanço Patrimonial do 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente publicados, que comprovem a boa

<sup>7</sup> Disponível em <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

<sup>8</sup> Disponível em <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.tst.jus.br/certidao>



situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

**33.4. Embora o Microempreendedor Individual (MEI) esteja dispensado, pelo Código Civil, da obrigação de elaborar balanço patrimonial para fins contábeis gerais, essa dispensa não se aplica às licitações públicas.**

**33.5. Em conformidade com o Acórdão nº 2586/2024-Plenário do TCU, para participação em licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021, o MEI deverá apresentar, quando exigido, o balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, ainda que esteja dispensado de elaborá-los pelo Código Civil.**

a) O não atendimento a essa exigência poderá ensejar a inabilitação do licitante, nos termos da legislação vigente.

33.6. O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior." (Acórdão 1999/2014, Processo 015.817/2014-8, Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 30/07/2014).

33.7. Apresentar comprovação de boa situação financeira da licitante através dos índices de liquidez corrente, liquidez geral, endividamento total, apresentada por meio de declaração, devidamente assinada por um dos sócios e por profissional contábil, apenas do último exercício social, indicando obrigatoriamente registro do mesmo no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sendo calculados conforme o abaixo indicado:

- a) Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final maior que 1,0.
- b) Índice de Liquidez Geral - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final maior que 1,0.
- c) Índice de Endividamento Total – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final menor que 1,0.

ÍNDICE	FÓRMULA
--------	---------

<b>ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:</b> Mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo com os recursos disponíveis. A empresa é habilitada se o índice for maior que 1,0, indicando que possui mais ativos circulantes do que passivos circulantes.	$LC = \frac{AC}{PC}$ <p>LC = Liquidez Corrente          AC = Ativo Circulante          PC = Passivo Circulante</p>
<b>ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:</b> Avalia a capacidade de longo prazo da empresa para quitar suas dívidas, considerando também os ativos e passivos não circulantes. A empresa é habilitada se o índice for maior que 1,0, demonstrando que seus ativos totais superam suas dívidas.	$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$ <p>LG = Liquidez Geral          AC = Ativo Circulante          RLP = Realizável A Longo Prazo          PC = Passivo Circulante          ELP = Exigível A Longo Prazo</p>
<b>ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL:</b> Indica a proporção de recursos de terceiros (dívidas) em relação ao total de ativos da empresa. A empresa é habilitada se o índice for menor que 1,0, o que sugere que o endividamento está controlado e não ultrapassa o valor total dos ativos.	$ET = \frac{PC + ELP}{AT}$ <p>ET = Endividamento Total          PC = Passivo Circulante          ELP = Exigível A Longo Prazo          AT = Ativo Total</p>

33.8. O licitante que não apresentar ou que demonstre índices econômicos iguais ou inferiores aos exigidos deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a **10% (dez por cento)** apenas do último exercício social, do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

- a) O cálculo dos índices exigidos no item anterior deverá ser realizado pela Proponente e incluído na documentação, utilizando os resultados expressos no balanço patrimonial apenas do último exercício social;

33.9. Certidão que comprove a inexistência de falência, bem como a regularidade nos procedimentos de recuperação judicial e extrajudicial, na qualidade de autor e de réu, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena vigência ou emitida há menos de 30 (trinta) dias.

- b) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

### 34. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

34.1. Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

- a) O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser apresentado de forma física ou eletrônica, desde que contenha os seguintes requisitos:

- i. Identificação clara do emitente e do signatário;
    - ii. Descrição detalhada dos serviços prestados ou materiais fornecidos;
    - iii. Declaração de que os serviços foram realizados de maneira satisfatória.
  - b) Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser observado o seguinte:
    - i. Se apresentado fisicamente, deverá constar a assinatura do responsável, com firma reconhecida em cartório;
    - ii. Se apresentado em formato eletrônico, deverá conter assinatura digital válida, certificada no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que substitui o reconhecimento de firma em cartório.
  - c) A Administração verificará a autenticidade e validade dos atestados apresentados, seja por meio da conferência da assinatura digital ou da documentação física, assegurando a conformidade com os requisitos legais e técnicos.
- 34.2. A exigência visa garantir a aptidão das empresas participantes para o fornecimento dos bens com o padrão de qualidade requerido, conforme o princípio da seleção da proposta mais vantajosa e a mitigação dos riscos contratuais.
- 34.3. Para aferição da adequação do atestado de capacidade técnica ao objeto licitado nos lotes, ou seja, a presença de características pertinentes e compatíveis com aquilo que se vai adquirir, é razoável a exigência de atestado que represente até 50% do quantitativo relativo aos itens de valor significativo, em consonância com o art. 67, § 2º da 14.133/21 e a jurisprudência do TCU.
- 34.3.1. Não será exigido atestado com quantitativo mínimo.**
- 34.3.2. A empresa licitante deverá apresentar registro ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com habilitação específica para o serviço a ser executado, em conformidade com o art. 4º da Portaria nº 2.567/2016 do Ministério da Saúde, em plena validade.**
- 34.3.3. A licitante e seu responsável técnico deverão possuir registro ou inscrição ativa no CREA, comprovando a presença de engenheiro ou técnico especializado na área médica-hospitalar, com atribuições compatíveis ao objeto.**
- 34.3.4. A empresa deverá comprovar possuir, em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou técnico reconhecido pelo respectivo conselho de classe competente.**

**34.3.5. A licitante deverá apresentar comprovante de inscrição de médico especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição correspondente, demonstrando atuação compatível com o objeto da contratação.**

**34.3.6. A comprovação da responsabilidade técnica médica será avaliada mediante o registro do profissional no CNES da empresa licitante.**

**34.3.7. A empresa deverá apresentar, em nome próprio, as seguintes certificações válidas e emitidas por organismos acreditados:**

- a) ISO 9001:2015 – Gestão da Qualidade;
- b) ISO 14001:2015 – Gestão Ambiental;
- c) ISO 45001:2018 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;
- d) ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno.

**34.3.8. Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitidos por profissional habilitado junto ao CREA/CAU, conforme a natureza da atividade.**

34.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar, para fins de verificação da conformidade técnica dos bens ofertados, deverão apresentar, caso solicitado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, amostras físicas representativas dos itens cotados, na sede do CINCOP-MT, para fins de verificação e manifestação, sobre a qualidade do equipamento e quanto à adequação das características com as especificações descritas no termo de referência, anexo I.

34.5. A decisão administrativa sobre a aprovação ou rejeição das amostras terá caráter conclusivo, vinculante, condicionando a continuidade da proposta no certame.

34.6. A ausência de apresentação das amostras no prazo fixado, bem como a entrega de amostras em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas, acarretará a imediata desclassificação da proposta, nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

## **35. OUTROS DOCUMENTOS**

35.1. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declarações, conforme modelo constante no Anexo IV - Modelo de Declarações, de que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988;
- e) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CINCOP-MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

35.2. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

35.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **36. RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)**

36.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

36.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER**;

36.3. A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) em face dos demais itens do objeto da licitação.



- 36.4. Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, e será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 36.5. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) durante todo o certame licitatório, não sendo meio adequado para impugnar regras do Edital e seus Anexos.
- 36.6. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Pregoeiro(a) fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.
- 36.7. Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:
- a) Seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
  - b) Seja intempestiva;
  - c) Não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Pregoeiro(a) no certame; e/ou
  - d) Seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.
- 36.8. A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 36.9. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.
- 36.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).
- 36.11. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a)

Pregoeiro(a) por intermédio do e-mail [licitacao@cincop.mt.gov.br](mailto:licitacao@cincop.mt.gov.br) ou, nos dias úteis, pelo(s) telefone(s): (65) 2123-1275.

- 36.12. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", Constituição Federal de 1988).
- 36.13. Mesmo que o recurso administrativo não seja conhecida, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 36.14. Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.
- 36.15. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 36.16. Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o(a) Pregoeiro(a) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.
- 36.17. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO:
- a) Reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou
  - b) Manter inalterada a decisão recorrida.
- 36.18. Qualquer que seja a decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo será submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à apreciação da Autoridade Superior (art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), que poderá:
- a) Decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a); OU

- b) Determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.

36.19. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

36.20. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do CINCOP-MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **37. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

37.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

37.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

37.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

### **38. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

38.1. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

- 38.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 38.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 38.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

### **39. REGISTRO DE PREÇOS**

- 39.1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços - ARP (Anexo IV), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal da prestação dos serviços nas condições estabelecidas.
- 39.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
  - e
  - b) A justificativa apresentada seja aceita pelo CINCOP-MT.
- 39.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 39.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da aplicação da(s) penalidade(s) do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 39.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 39.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP (<https://pncp.gov.br/>) e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

- 39.7. A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará o CINCOP-MT ou seus consorciados a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de execução em igualdade de condições.
- 39.8. A Ata de Registro de Preços - ARP terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, limitada a 2 (dois) anos.
- 39.9. Em caso de prorrogação, será garantido o REAJUSTE previsto no edital.
- 39.10. Não serão aceitas propostas para registros de preços com indicação de quantidades inferiores àquelas previstas em cada item do objeto da presente licitação, como também não serão permitidos registros de mais de um preço por cada item do objeto.
- 39.11. Poderá haver ADESÃO à ARP por qualquer órgão ou entidade pública não participante do presente certame licitatório, desde que observados os limites, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Lei nº 14.770/2023).
- 39.12. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 39.13. É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro SRP em andamento, ou integre outra ARP, com objetos semelhantes ao do presente SRP (art. 82, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 39.14. O Particular, titular do Registro de Preços, obriga-se a cumprir integralmente as obrigações contidas na ARP, salvo quando houver cancelamento ou rescisão do registro, submetendo-se às sanções administrativas previstas no item "SANÇÕES ADMINISTRATIVAS" em caso de inadimplência, observado o devido processo legal.

#### **40. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 40.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



- a) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - b) Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 40.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 40.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 40.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 40.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 40.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **41. CONTRATAÇÃO**

- 41.1. Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

- 41.2. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 7, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT e do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 41.3. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto em Resolução.
- 41.4. Previamente à contratação serão consultados os documentos de habilitação da empresa beneficiária da ARP, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, assim como serão verificadas as ocorrências impeditivas indiretas.
- 41.5. Na hipótese de irregularidades na habilitação, a empresa beneficiária da ARP deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula “SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”.
- 41.6. Como condição para a efetivação da contratação, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento, se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo VII da referida IN.
- 41.7. O CINCOP-MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da Ata de Registro de Preços e, em caso de utilização da ARP, o Instrumento de Contrato, devendo o mesmo dar o aceite em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caracterização da conduta tipificada no art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 41.8. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços ou o Instrumento de Contrato no prazo estabelecido, o CINCOP-MT poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis (art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 41.9. Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, o CINCOP-MT, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;
- b) Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

41.10. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei (art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

41.11. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a assinatura da ARP, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

41.12. Será facultada ao CINCOP-MT a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de execução dos serviços em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital (art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **42. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE LICITAÇÃO**

42.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - i. será considerado inexecução parcial; o atraso injustificado do cronograma de execução objeto; ato pelo qual será manifestado via ofício fiscal de contrato ou secretaria gestora do objeto.
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
  - i. será considerado inexecução total do contrato; se após expedição da ordem de serviço a contratada que não iniciar a execução do objeto em até 30 (trinta) dias, ato pelo qual será manifestado via ofício pelo engenheiro designado como fiscal ou secretaria gestora do objeto.
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

42.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) Multa compensatória:

- i. de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “a”, “d” e “f”;
  - ii. de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “c”, “e” e “g”;
  - iii. de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “b” e de “h” a “l”;
- 42.3. O atraso injustificado na prestação do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:
- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
  - b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão CONTRATANTE, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;
- 42.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 42.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 42.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 42.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 42.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 42.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as

penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

42.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

42.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

42.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

42.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

42.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **43. PROTEÇÃO DOS DADOS NA LICITAÇÃO**

43.1. Ao participar da presente licitação, e em atenção ao que dispõe o art. 7º, I, da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), as licitantes ficam cientes e fornecem consentimento para que o CINCOP-MT, com base no previsto no art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às



contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

- 43.2. A(s) licitante(s) e o CINCOP-MT obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.
- 43.3. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta licitação e a adotar as providências previstas no art. 48 da Lei Federal nº 13.709, de 2018.
- 43.4. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a(s) Licitante(s) e seus representantes ficam cientes do acesso pelo CINCOP-MT de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

#### **44. DOS CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 44.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante referente ao exercício de 2025 e seguintes. O Órgão Participante, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária, nos termos do art. 3, parágrafo único, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

#### **45. DO PAGAMENTO**

- 45.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária

(TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

- 45.2. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.
- 45.3. Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.
- 45.4. Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.
- 45.5. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.
- 45.6. As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.
- 45.7. Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.
- 45.8. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.
- 45.9. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 45.10. Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital.
- 45.11. Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente

as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **46. DO REAJUSTE**

- 46.1. Os preços registrados não serão reajustados durante a vigência da ata de registro de preços, mesmo em caso de prorrogação, podendo ser revisto na forma do item 35, deste Edital.

#### **47. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 47.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 001/2025 ou outra que vier a substituir.
- 47.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 47.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
  - c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 47.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 47.5. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

- 47.6. Em conformidade com a Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT, será realizada pesquisa de preços periódica para comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados ao longo da vigência da ARP.
- 47.7. É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

#### **48. FISCALIZAÇÃO**

- 48.1. A fiscalização da execução do objeto contratado será realizada pelo Gestor e Fiscal indicados pelo Município consorciado no momento do protocolo da intenção de registro de preço.

#### **49. FORO**

- 49.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Estadual de Cuiabá - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **50. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 50.1. Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 50.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (CINCOP-MT) ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 50.3. A Empresa vencedora deverá declarar ao Órgão Gerenciador (ANEXO II), o domicílio eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento da Ata de Registro de Preço e recebimento das autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.
- 50.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

- 50.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na Central Executiva do CINCOP-MT, logo após sua homologação e disponíveis na plataforma eletrônica do Licitanet e no sítio eletrônico oficial: <https://cincop.mt.gov.br>.
- 50.6. Detalhes não citados referentes ao fornecimento dos produtos, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.
- 50.7. O Secretário Executivo do CINCOP-MT poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 50.8. O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, devendo ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via portal indicado neste Edital, bem como excepcionalmente irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, através dos telefones (65) 2123-1200, ou pessoalmente na Sede do CINCOP-MT, localizado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT.
- 50.9. Após a abertura da sessão, eventuais dúvidas existentes e esclarecimentos necessários deverão ser manifestados através da plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.
- 50.10. Consultas a respeito de dúvidas ou esclarecimentos solicitados fora dos parâmetros descritos no edital (como, por exemplo, através de “e-mail”), não serão respondidas.
- 50.11. As previsões dos itens 38.8, 38.9 e 38.10 dizem respeito às dúvidas e esclarecimentos, de maneira que eventuais inconformismos, discordâncias ou pedidos de reconsideração [dentre outros requerimentos] com relação a atos praticados nesta licitação deverão ser combatidos através de impugnação ou recurso, respeitando os procedimentos previstos neste edital.
- 50.12. Não cabe ao Licitanet ou ao CINCOP-MT qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitante, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

50.13. O(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 011/2025.

50.14. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico da Empresa e declaração de assinatura por certificação digital;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Declaração de Ausência de Condenação;
- f) ANEXO VI – Declaração de Ausência de Vínculo;
- g) ANEXO VII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- h) ANEXO VIII – Declaração de Enquadramento Receita Bruta;
- i) ANEXO IX – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- j) ANEXO X – Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- k) ANEXO XI – Declaração Reserva de Cargos;
- l) ANEXO XII – Declaração de Integralidade de Custos;
- m) ANEXO XIII – Minuta da Ata de Registro de Preços Consolidada;
- n) ANEXO XIV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- o) ANEXO XV – Manifestação do Órgão Participante;
- p) ANEXO XVI – Folha de Dados.

Cuiabá - MT, 11 de fevereiro de 2026.<sup>10</sup>

**CRISTIANE REGINA MESSIAS**  
Presidente da CPL

**HÉLIO SCHNEIDER PAULUS NETO**  
Secretário Executivo do CINCOP-MT

---

<sup>10</sup> Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Art. 10 da MP nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020



## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA APRESENTADA PELOS ENTES CONSORCIADOS, PARTICÍPES POR MEIO DE IRP OU REFERENDADOS AO CINCOP-MT POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MÉDICO HOSPITALARES, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E GESTÃO DE ATIVOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CINCOP-MT.**



## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com o planejamento de licitações do Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT), com o plano anual de contratações do CINCOP-MT, quando aplicável, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que, nos termos da Resolução nº 005/2025 do CINCOP-MT, contendo os parâmetros e elementos descritivos constantes no art. 6º, inciso XXIII, e no art. 40, § 1º, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, sintetiza as principais decisões e informações acerca do objeto a ser contratado, a definição da estratégia para a seleção da melhor proposta (com indicação da modalidade eleita, critério de julgamento e modo de disputa), bem como as condições que regerão a futura contratação.

Assim, o presente Termo de Referência configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento de demanda dos entes da federação consorciados, cooperados ou referendados ao CINCOP-MT **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos de médico hospitalares, incluindo instalação, configuração, manutenção, suporte técnico e gestão de ativos**, e foi antecedido pela elaboração de Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos deste processo licitatório, o qual concluíra pela maior vantajosidade na contratação para atendimento da demanda.

## 2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que o Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – CINCOP-MT é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, nos termos da Lei Federal n. 11.107/2005. Conforme previsão do art. 6º, caput, do seu Protocolo de Intenções, podem ingressar no CINCOP-MT a União, o Estado de Mato Grosso e os municípios do Estado de Mato Grosso, sendo que, atualmente, o CINCOP-MT possui 91 municípios consorciados e 118 com protocolo de adesão assinados, espalhados por todas as regiões do Estado de Mato Grosso, conforme a figura abaixo:

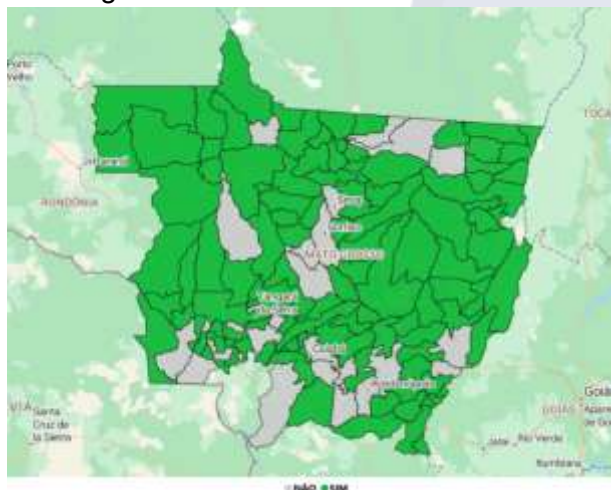


Figura 1: Distribuição dos municípios consorciados ao CINCOP-MT

Os objetivos e finalidades dos CINCOP-MT encontram-se dispostos na cláusula 4º de seu Protocolo de Intenções, quais sejam:

*“4.1. O objeto do Consorcio e exclusivamente a realização de licitações, atuando como uma central de compras, conforme previsto pelo art. 181 da Lei no 14.133/2021, visando a promoção de licitações compartilhadas e a gestão associada de compras públicas para impulsionar a eficiência e competitividade dos consorciados que o integram.*

**4.2. O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - MT tem por finalidades:**

*4.2.1. A gestão associada de compras públicas, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de fornecimento, especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, tecnologia e serviços públicos.*

*4.2.2. Representar o conjunto ou parte dos consorciados que o integram em matéria referente a sua finalidade ou de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.*

*4.2.3. Viabilizar o compartilhamento e/ou o uso conjunto de infraestrutura, instrumentos, equipamentos e tecnologias, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.*

*4.2.4. Exercer as competências dos entes da federação, nos termos do ato de autorização ou delegação.*

*4.2.5. Promover de forma coordenada e articulada o planejamento das compras públicas regionais.*

*4.2.6. Fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados.*

*4.2.7. Viabilizar ações conjuntas em áreas específicas, mediante a celebração de contratos de fornecimento específicos.*

*4.2.8. Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios.*

*4.2.9. Planejar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e a eficiência nas compras públicas.*

*4.2.10. Promover, estimular e realizar medidas destinadas a otimização das compras públicas, com vistas a economia e competitividade.*

*4.2.11. Promover a integração de ações, programas e projetos desenvolvidos por organismos governamentais, não governamentais e empresas privadas.*

*4.2.12. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor de compras públicas.*

*4.2.13. Promover campanhas educativas e mobilizar a sociedade civil para a gestão participativa nas compras públicas.”.*

Dentre as soluções ofertadas por este Consórcio Público para cumprimento de seus objetivos e suas finalidades, destaca-se a possibilidade de os entes da federação apresentarem suas demandas ao CINCOP-MT, tanto de forma expressa, especialmente para demandas inéditas para o Consórcio, quanto pela utilização contínua das soluções disponibilizadas historicamente pelo CINCOP-MT.

Para atendê-las, o Consórcio Público poderá *“A gestão associada de compras públicas, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de fornecimento, especialmente nas áreas de saúde,*

*educação, infraestrutura, tecnologia e serviços públicos*”, nos termos da cláusula 4.2.1, do Protocolo de Intenções.

Nesse modelo, tratando-se de demandas comuns e recorrentes a diversos órgãos e entidades dos entes da federação, a soma dos seus quantitativos através da realização de processo licitatório por Consórcio Público proporciona o “*poder de compra*” e promove a “*economia de escala*”, resultando na economia de dinheiro público e garantindo a racionalidade, a economicidade e a eficiência nas contratações públicas.

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade dos municípios consorciados do Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP-MT, no tocante à disponibilização de equipamentos médico-hospitalares de diagnóstico por imagem, em condições adequadas de funcionamento, desempenho e segurança, para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

Grande parte dos municípios consorciados não dispõe de equipamentos próprios ou possui parque tecnológico obsoleto e insuficiente, o que compromete o atendimento assistencial e a realização de exames essenciais, tais como radiografias, mamografias, ultrassonografias, tomografias e ressonâncias magnéticas. A ausência ou indisponibilidade desses equipamentos resulta em atrasos diagnósticos, encaminhamentos desnecessários e sobrecarga de centros regionais, impactando diretamente a eficiência do sistema de saúde.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada em locação de equipamentos médico-hospitalares, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e gestão de ativos, mostra-se a alternativa mais vantajosa e eficaz para suprir essa carência. A locação garante a disponibilidade imediata de tecnologia atualizada, assegura o funcionamento ininterrupto dos serviços e reduz o custo de manutenção e reposição de equipamentos.

A necessidade da contratação, portanto, fundamenta-se:

- na **continuidade dos serviços essenciais de saúde**;
- na **substituição de equipamentos obsoletos ou inoperantes**;
- na **expansão do acesso a exames de imagem** em âmbito regional;
- e na **eficiência do gasto público**, por meio da centralização das contratações pelo consórcio e da redução de custos operacionais.

### **3. PROCEDIMENTO A SER REALIZADO PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO**

A partir da definição de que a aquisição do objeto supracitado realiza o atendimento da demanda exposta, cumpre retomar as conclusões já realizadas no ETP sobre o modo pelo qual CINCOP-MT irá disponibilizar a sua contratação aos entes da federação.

De início, destaca-se que, nos termos da Resolução nº 005/2025 do CINCOP-MT, os itens a serem licitados serão de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, razão pela qual sua aquisição encontra-se autorizada, conforme disposição do art. 20 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Descarta-se, sumariamente, a realização de contratação direta pelo CINCOP-MT para aquisição dos bens, eis que não enquadrável em qualquer das hipóteses previstas nos arts. 74 e 75 da Lei Federal n. 14.133/2021. Especialmente

quanto às hipóteses em que a licitação seria inexigível pela inviabilidade de competição, verificou-se na pesquisa de preços realizada a existência de ampla variedade de fornecedores para os diversos itens que constituirão o objeto deste processo licitatório, viabilizando, assim, a sua competitividade.

A respeito da possibilidade de realização de credenciamento, verifica-se que o presente caso não se subsume a qualquer das situações previstas no caput do art. 79 da Lei Federal n. 14.133/2021, eis que, respectivamente: a) não é vantajosa para a Administração a realização de contratações em condições padronizadas, especialmente quanto ao preço dos itens, em razão do detrimento da economia de escala; b) os bens serão utilizados diretamente pela administração pública, não sendo possível a seleção pelo beneficiário da prestação; e c) não há flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação deste bem.

Assim, não se configurando hipótese de contratação direta, tampouco do procedimento auxiliar de credenciamento, imperioso o cumprimento do dever constitucional de realização de licitação, a qual ocorrerá na modalidade pregão, visto que, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 29, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021, configura-se como *“modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns”* e deve ser adotado *“sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”*, situação evidente no presente cenário em razão do objeto licitado: bem de natureza comum, podendo ser objetivamente definido no edital.

Realizando-se a licitação pela modalidade pregão, o art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal n. 14.133/2021 dispõe que, discricionariamente, o seu *“critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”*, optando-se, no presente caso, **pelo critério de menor preço por lote** em virtude da impossibilidade de se adotar o orçamento sigiloso – o qual será melhor detalhado adiante – com o critério de maior desconto, nos termos do art. 24, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Ocorre que, tratando-se da aquisição, por centenas de órgãos e entidades dos entes da federação, de uma diversidade de itens para atendimento de suas demandas internas, imediatas ou não, as quais podem variar em quantidade no decorrer do tempo, verifica-se que, para a mais adequada satisfação da demanda apresentada, em termos quantitativos e temporais, torna-se imperiosa a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

O Sistema de Registro de Preços é definido pelo art. 6º, inciso XLV, da Lei Federal n. 14.133/2021 como o *“conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras”*. Sua principal vantagem está no fato de que a *“existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar”* (art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021).

Com isso, permite-se que a administração adquira os bens conforme a manifestação da demanda durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, resultado do processo licitatório, o qual *“será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período”* (art. 84 da Lei Federal n. 14.133/2021), garantindo o fornecimento



contínuo de bens para atendimento da demanda, presente e futura, dos entes da federação.

No âmbito de atuação do CINCOP-MT, o Sistema de Registro de Preços encontra-se regulamentado pela Resolução n. 001/2025, a qual definiu, no art. 5º, a licitação compartilhada como aquela *“realizada pelo CINCOP-MT da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados, cooperados e/ou referendados”*.

Nesse modelo licitatório, existem duas etapas. A primeira, centralizada, é realizada pela Central de Compras do CINCOP-MT, voltada ao planejamento, seleção do fornecedor e, tratando-se de SRP, formalização da ata de registro de preços. A segunda, descentralizada, é voltada na aquisição efetiva dos bens e serviços pelos diversos órgãos e entidades dos entes da federação, denominados Órgãos Participantes, sob sua gestão e responsabilidade.

Assim, os Órgãos Participantes celebram os contratos administrativos para fornecimento de bens ou serviços e, ao CINCOP-MT, definido como Órgão Gerenciador, cabe, em suma, a preparação e a realização do processo licitatório e o gerenciamento da ata de registro de preços, revisando-a ou aplicando penalidades pelo seu descumprimento, conforme disposto no art. 6º da Resolução n. 001/2025 do CINCOP-MT.

Ressalta-se que a intenção com estas definições é uma gestão compartilhada e mais eficaz aos entes da federação, visando minorar os gastos públicos, potencializando a eficiência administrativa, através da racionalização administrativa e otimização de processos repetitivos.

Ante o exposto, verifica-se que o procedimento licitatório mais adequado para a aquisição do objeto supracitado é a realização de licitação compartilhada, **na modalidade pregão, pelo critério de menor preço por lote** e auxiliada pelo sistema de registro de preços, atuando o CINCOP-MT como Órgão Gerenciador.

#### **4. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO E CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Como providências mínimas a serem adotadas, sem exclusão de outras que vierem a ser necessárias para o pleno atendimento da demanda, é importante que os Órgãos Participantes contratantes, antes da formalização dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços a ser gerenciada pelo CINCOP-MT, verifiquem se o ente consorciado participante adota as providências prévias específicas e indispensáveis para o pleno êxito da execução contratual.

Essas medidas visam assegurar que o ambiente físico, administrativo e técnico esteja preparado para receber, instalar e operar os equipamentos médico-hospitalares locados, garantindo a segurança sanitária, a eficiência operacional e a conformidade legal.

##### **4.1. Providências Técnicas e Estruturais**

- Realizar levantamento técnico dos espaços físicos que receberão os equipamentos, garantindo que atendam aos requisitos de infraestrutura elétrica, hidráulica, ambiental e de climatização,

conforme as especificações dos fabricantes e as normas da ANVISA (RDC nº 50/2002 e RDC nº 665/2022);

- Assegurar que os ambientes estejam adequadamente preparados, com piso nivelado, instalações elétricas estabilizadas, rede de aterramento, controle de umidade e temperatura e isolamento adequado contra interferências eletromagnéticas;
- Providenciar, quando necessário, adaptações prediais, reforço estrutural ou instalações complementares, sob responsabilidade técnica do ente contratante, de modo a garantir a instalação segura dos equipamentos;
- Obter, quando aplicável, autorizações sanitárias, licenças de operação ou alvarás junto aos órgãos competentes (Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, CREA, entre outros);
- Garantir que os locais estejam livres de agentes contaminantes, poeira, infiltrações e exposição direta à luz solar, conforme normas de biossegurança e boas práticas hospitalares.

#### **4.2. Providências Administrativas e Operacionais**

- Definir internamente os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, conforme a Resolução nº 012/2025 do CINCOP-MT, designando formalmente Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo;
- Realizar, se necessário, capacitação dos servidores designados para a fiscalização e acompanhamento técnico-operacional dos equipamentos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Planejar, no âmbito de cada município, a organização dos fluxos de atendimento e operação dos equipamentos, garantindo que a implantação ocorra de forma coordenada com a equipe de saúde local;
- Realizar levantamento orçamentário e financeiro, com base na previsão de despesa e disponibilidade orçamentária municipal, para garantir os pagamentos contratuais durante a vigência da locação;
- Adotar as providências administrativas necessárias à formalização da contratação derivada da Ata de Registro de Preços, observando o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e nas Resoluções internas do consórcio.

#### **4.3. Providências Relativas à Gestão e Suporte Técnico**

- Assegurar que os servidores responsáveis pelo uso dos equipamentos participem dos treinamentos técnicos e operacionais oferecidos pela contratada no momento da instalação;
- Definir internamente procedimentos para comunicação de falhas e solicitações de manutenção via o sistema informatizado disponibilizado pela contratada, garantindo rastreabilidade e resposta ágil às ocorrências;
- Estabelecer rotinas de monitoramento local da performance dos equipamentos, com registros periódicos de disponibilidade e desempenho, a serem utilizados como base para atesto e pagamento;

- Designar responsável técnico municipal (engenheiro clínico ou equivalente) para acompanhar a instalação, operação e manutenção dos equipamentos, conforme exigência da ANVISA;
- Providenciar, se necessário, contratação de serviços acessórios (como rede elétrica estabilizada, climatização e suporte predial), que não estejam incluídos no objeto principal da locação, mas sejam indispensáveis ao seu correto funcionamento.

#### **4.4. Considerações Finais**

Ressalta-se que, como em toda licitação compartilhada conduzida por consórcio público, a responsabilidade pela execução e gestão individual dos contratos é de cada ente participante, cabendo ao CINCOP-MT apenas a condução e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

Portanto, cada município deverá, antes da celebração do contrato derivado, certificar-se de que possui:

- Infraestrutura física adequada;
- Recursos orçamentários assegurados;
- Equipe técnica e fiscal capacitada;
- Procedimentos internos estabelecidos para acompanhamento e comunicação com a contratada.

Essas medidas prévias são indispensáveis para garantir o regular funcionamento dos equipamentos, a continuidade dos serviços de diagnóstico e atendimento em saúde e a plena efetividade da política pública consorciada promovida pelo CINCOP-MT.

Ressalta-se que, como em qualquer contratação decorrente de licitação compartilhada efetivada por consórcio público, cabe ao órgão ou entidade do ente da federação a realização de algumas providências.

Caberá ao CINCOP-MT, regular o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, porquanto poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e eventual aplicação de índice de reajuste após o período de 12 (doze) meses.

Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas. A vigência para a execução dos Contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Cada administração que ora realizar a contratação para aquisição de eventuais itens advindos desta contratação deverá promover a designação formal dos fiscais e gestores de contratos vinculados às futuras contratações decorrentes desta ata de registro de preços, conforme disciplinado nos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

Devendo observar o mínimo de cautela quanto as providências administrativas:

- a) Análise adequada da capacidade orçamentária e financeira;
- b) Celebrar instrumento jurídico adequado a convalidar a aquisição;
- c) Capacitação técnica dos fiscais e prepostos indicados, por meio de curso específico sobre fiscalização de contratos de fornecimento seriado;
- d) Ter manual de fiscalização padronizado, com indicadores de desempenho, modelos de relatórios e critérios objetivos de verificação da conformidade;
- e) Estruturação de canal institucional para recebimento de comunicações de não conformidade e controle de prazos de atendimento por parte da contratada;
- f) Integração entre setores técnicos e o jurídico para apoio à equipe de fiscalização em casos de divergência técnica ou necessidade de sanção.
- g) A adequação dos ambientes (se for o caso) que irão receber os itens quanto da montagem;
- h) Deverá ser certificado que o ambiente definido para montagem, comporta os itens a serem montados de forma que, o layout fique confortável para os usuários e proporcione também um espaço agradável;
- i) Deve-se verificar se as dimensões dos itens contratados e os acessos (portas, vãos) disponíveis para passagem durante a entrega estão em acordo;

Tais providências têm o condão de assegurar o efetivo cumprimento das cláusulas contratuais, em consonância com o princípio da eficiência e com a responsabilidade da Administração pela gestão dos instrumentos firmados.

Não há, até o momento, contratações interdependentes ou diretamente correlatas vinculadas a este processo. No entanto, eventual contratação de serviços complementares, como capacitações adicionais, personalizações específicas ou integrações futuras com outras ferramentas públicas, poderá ser avaliada conforme a evolução da execução contratual e a ampliação da base de municípios consorciados.

## **5. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. OBJETO**

A análise diagnóstica realizada junto aos municípios consorciados do Estado de Mato Grosso evidenciou fortes desigualdades estruturais e tecnológicas na área de diagnóstico por imagem e suporte clínico hospitalar, especialmente quanto à disponibilidade, atualização e manutenção de equipamentos médico-hospitalares essenciais.

Grande parte dos municípios enfrenta limitações técnicas, orçamentárias e operacionais para adquirir, manter e operar equipamentos de média e alta complexidade, como tomógrafos, mamógrafos, ultrassons, arcos cirúrgicos, ressonâncias magnéticas, densitômetros e sistemas de vídeoendoscopia. A ausência de estrutura física adequada e de equipes técnicas capacitadas tem comprometido a oferta regular de serviços de diagnóstico, ocasionando descontinuidade de

atendimentos, sobrecarga de centros regionais e aumento no tempo de espera de pacientes.

Além disso, a fragmentação das contratações cada município realizando processos licitatórios isolados tem resultado em baixa competitividade, variação de preços e dificuldades de padronização técnica, gerando custos administrativos elevados e reduzindo o poder de negociação junto aos fornecedores.

Nesse contexto, a **locação de equipamentos médico-hospitalares com instalação, manutenção, suporte técnico e gestão integrada de ativos**, por meio de licitação compartilhada conduzida pelo CINCOP-MT, apresenta-se como a solução mais eficiente, econômica e juridicamente segura para equalizar a oferta de serviços de saúde entre os entes consorciados.

A contratação centralizada permitirá:

- Padronização tecnológica e interoperabilidade entre os sistemas de diagnóstico;
- Economia de escala pela consolidação da demanda de 82 municípios;
- Acesso de pequenos municípios a tecnologias de ponta, sem necessidade de investimento direto em aquisição;
- Gestão de manutenção unificada, garantindo maior disponibilidade e confiabilidade dos equipamentos;
- Racionalização dos recursos públicos, com redução de custos e mitigação de riscos operacionais.

Dessa forma, a licitação compartilhada via Sistema de Registro de Preços, conduzida pelo CINCOP-MT, tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos médico-hospitalares, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico 24h e gestão de ativos hospitalares, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis conforme a legislação vigente.

Tal iniciativa visa fortalecer a rede regionalizada de diagnóstico e tratamento, ampliar o acesso da população a exames de imagem e procedimentos clínicos especializados, e assegurar maior eficiência, economicidade e qualidade na prestação dos serviços públicos de saúde.

## **5.2. NATUREZA**

Os itens e serviços que constituem o objeto do presente processo licitatório são classificados como bens/serviços de natureza comum, de fornecimento contínuo e, nos termos da Resolução nº 005/2025 do CINCOP-MT, de qualidade comum.

## **6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 47, § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021, que nas licitações e contratações públicas deverá ser observado o parcelamento do objeto em tantas parcelas quanto forem técnica e economicamente viáveis, com vistas a ampliar a competitividade, estimular o aproveitamento das capacidades do mercado e evitar a concentração indevida de fornecedores. Esse comando legal está alinhado à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual a não adoção do parcelamento



somente será admitida quando houver prejuízo à economia de escala, ao conjunto do objeto ou à viabilidade técnica da contratação.

Destaca-se que, conforme entendimento sumulado do Tribunal de Contas da União e manifestado na atual legislação licitatória, o parcelamento configura-se como regra, sendo uma exceção o agrupamento em lotes, dispensando maiores digressões acerca de sua adoção:

*“Súmula TCU n. 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”.*

Atendendo a esse imperativo normativo, a equipe responsável pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar procedeu à análise criteriosa da divisibilidade do objeto, avaliando a viabilidade técnica, a conveniência econômica, o ganho de escala e a repercussão sobre a competitividade.

#### **6.1. Fundamentação técnica para o lote único**

Os equipamentos objeto da presente contratação tais como aparelhos de raio X, tomógrafos, mamógrafos, ultrassons, ressonâncias, arcos cirúrgicos, ventiladores pulmonares, densitômetros e sistemas de vídeoendoscopia integram um conjunto funcional interdependente, destinado ao diagnóstico por imagem e suporte clínico hospitalar.

A operação plena dos Centros de Imagem Regionalizados depende da compatibilidade técnica, padronização de software, calibração cruzada e interoperabilidade entre os sistemas, requisitos que tornam tecnicamente inviável a fragmentação em lotes ou itens isolados.

O agrupamento em lote único é essencial para:

- **Padronizar protocolos e softwares de imagem**, permitindo integração entre equipamentos de diferentes modalidades e compatibilidade com o sistema de arquivamento (PACS);
- **Garantir uniformidade de qualidade e desempenho técnico**, assegurando laudos consistentes e resultados clínicos equivalentes entre os municípios;
- **Evitar multiplicidade de fornecedores e contratos**, que resultaria em complexidade de gestão, divergência de padrões e riscos de incompatibilidade técnica;
- **Centralizar a responsabilidade técnica e a garantia de funcionamento**, assegurando suporte unificado, manutenção preventiva e corretiva coordenada;
- **Assegurar interoperabilidade e rastreabilidade dos ativos**, por meio de sistema de gestão unificado e software de controle integrado.



## 6.2. Fundamentação econômica e operacional

A manutenção de um único lote também se justifica sob o ponto de vista econômico e operacional:

- **Economia de escala:** A consolidação da demanda de 27 equipamentos em lote único amplia o volume contratado e **reduz o custo unitário médio**, tornando a operação mais atrativa a fornecedores de porte nacional e reduzindo o valor global da locação.
- **Eficiência logística:** A entrega, instalação e manutenção de todos os equipamentos por um único fornecedor elimina sobreposição de equipes, reduz custos de transporte e otimiza cronogramas de implantação.
- **Redução de custos administrativos:** A gestão contratual e técnica é simplificada, com um único canal de comunicação, um sistema de chamados e uma equipe de suporte unificada, reduzindo custos indiretos e riscos de inexecução.
- **Evita pulverização de responsabilidades:** A fragmentação em vários contratos comprometeria a rastreabilidade e o controle de desempenho, criando lacunas de responsabilidade em caso de falhas técnicas.

A experiência do CINCOP-MT em contratações de grande porte demonstra que a consolidação de equipamentos correlatos em lote único gera ganhos de eficiência superiores a 40% em custos logísticos e operacionais, além de maior atratividade comercial e estabilidade contratual.

## 6.3. Conclusão

Diante das análises técnicas e econômicas realizadas, a não adoção do parcelamento é plenamente justificada.

Os 27 itens do objeto constituem um conjunto funcional indissociável, cuja execução exige padronização tecnológica, gestão integrada, manutenção centralizada e interoperabilidade total entre os equipamentos.

O agrupamento em lote único assegura vantajosidade econômica, redução de custos operacionais, maior eficiência logística, controle técnico unificado e segurança jurídica, atendendo integralmente aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021.

Assim, o Lote Único constitui a forma mais racional, vantajosa e tecnicamente adequada de contratação, garantindo padronização regional, economia de escala e continuidade dos serviços públicos de saúde.

## 6.4. Cenários de Parcelamento x Lote Único

Critério de Análise	Cenário 1 – Parcelamento em Vários Lotes	Cenário 2 – Lote Único (Modelo Adotado)
<b>Padronização tecnológica</b>	Comprometida, pois diferentes fornecedores poderiam adotar sistemas, softwares e padrões distintos, inviabilizando integração entre os equipamentos.	Assegurada, com uniformidade de software, calibração, protocolos de imagem e interoperabilidade entre os equipamentos.

<b>Compatibilidade técnica e integração de sistemas</b>	Alta probabilidade de incompatibilidades entre marcas e modelos, dificultando a operação integrada dos Centros de Imagem.	Total compatibilidade técnica, pois o fornecedor único garante integração nativa de todos os equipamentos.
<b>Responsabilidade técnica e garantia</b>	Fragmentada entre múltiplos fornecedores, dificultando a identificação de responsabilidades e a execução das garantias.	Centralizada em único fornecedor, com rastreabilidade e controle integral do desempenho técnico.
<b>Manutenção preventiva e corretiva</b>	Descoordenada, com cronogramas e padrões distintos, comprometendo a continuidade do serviço.	Coordenada e integrada, com suporte técnico único, padronizado e com tempo de resposta garantido.
<b>Logística de entrega e instalação</b>	Logística complexa, com múltiplas entregas, transportes e prazos divergentes entre os fornecedores.	Logística otimizada, com entregas e instalações coordenadas, reduzindo tempo e custo operacional.
<b>Gestão contratual e fiscalização</b>	Elevada complexidade administrativa, exigindo múltiplos fiscais e processos de acompanhamento.	Simplificada, com um único contrato a ser monitorado, facilitando a gestão técnica e financeira.
<b>Economia de escala</b>	Reduzida, pois a fragmentação da demanda limita o volume contratado por fornecedor.	Maximizada, permitindo maior volume licitado e redução significativa no valor unitário dos equipamentos.
<b>Competitividade e atratividade do certame</b>	Risco de baixa atratividade, pois fornecedores de grande porte tendem a não participar de lotes pequenos.	Alta atratividade, com participação de empresas especializadas e de abrangência nacional.
<b>Eficiência operacional</b>	Baixa, com risco de divergências técnicas, atrasos e aumento do custo logístico.	Elevada, com execução integrada, cronogramas alinhados e racionalização de custos.
<b>Risco de inexecução ou falhas contratuais</b>	Alto, pela multiplicidade de fornecedores e interfaces.	Baixo, pela centralização da responsabilidade técnica e contratual.
<b>Custo global estimado</b>	Superior, devido à perda de escala e aumento de custos indiretos (transporte, mobilização, gestão).	Inferior, pela consolidação da demanda e ganho de escala nas negociações.
<b>Conformidade jurídica</b>	Necessita justificativa específica de compatibilidade técnica e logística entre os lotes.	Totalmente amparado pelo art. 47, §2º da Lei 14.133/2021 e pela Súmula TCU nº 247, diante da natureza integrada do objeto.

### 7.5.1. Conclusão da Análise Comparativa

A análise demonstra que o Cenário 2 – Lote Único apresenta vantajosidade técnica, operacional, econômica e jurídica em relação ao parcelamento. O agrupamento de todos os 27 itens em um único lote integrado garante:

- Padronização e interoperabilidade total dos equipamentos;
- Economia de escala e redução de custos unitários;
- Centralização das responsabilidades técnicas e contratuais;
- Gestão administrativa simplificada e mais eficiente;
- Menor risco de falhas contratuais e de interrupção dos serviços.

Dessa forma, a não adoção do parcelamento atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, configurando-se como a solução mais racional e segura para o CINCOP-MT.

A licitação por lote favorece a competição e a redução de custos. A separação dos itens, por sua vez, pode acarretar custos adicionais, comprometendo a eficiência do processo devido ao aumento do frete e outros encargos logísticos. Tal situação prejudica o interesse público, uma vez que o custo global seria consideravelmente mais elevado.

Além disso, a licitação por lote evita atrasos e problemas com a execução contratual, pois permite que a Administração se contrate com um número menor de

empresas, reduzindo a burocracia e garantindo maior controle sobre o cumprimento dos prazos e da qualidade dos produtos.

Outrossim, como já dito não se revela recomendável a adoção de divisão do objeto em cotas específicas destinadas a microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015. Embora o tratamento diferenciado seja um instrumento legítimo de fomento à participação desses empreendimentos nas contratações públicas, sua aplicação, no presente caso, pode comprometer significativamente a execução integrada do objeto, sobretudo diante do princípio da padronização, previsto na alínea “a” do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que impõe a uniformidade de especificações técnicas, de desempenho e de condições de manutenção e garantia entre os itens contratados.

A criação de cotas reservadas, nos moldes do inciso III do art. 49 da LC nº 123/2006 e do inciso II do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015 — com a divisão de cada item licitado em duas partes distintas (uma cota reservada de até 25% e uma cota principal de até 75%) — pode acarretar, na prática, a duplicação do número de itens no certame. Tal medida resulta, inevitavelmente, na possibilidade de celebração de múltiplos contratos para fornecimento de produtos potencialmente distintos — ainda que semelhantes — com especificações estéticas ou estruturais divergentes, valores unitários diferentes e cronogramas logísticos autônomos. Essa fragmentação compromete a racionalidade da entrega e a eficiência da gestão contratual, acarretando ônus operacionais significativos para a Administração.

Há, ainda, um relevante risco de ordem mercadológica, uma vez que muitas microempresas e empresas de pequeno porte não dispõem da robustez financeira, da capacidade operacional ou da estrutura logística compatível com a complexidade e a abrangência do fornecimento exigido. Essas limitações, próprias de seu porte, podem ensejar atrasos na entrega, descumprimentos contratuais, ou mesmo resultar em licitações parcialmente fracassadas, especialmente em contextos com ampla distribuição geográfica e elevada demanda quantitativa.

Assim, à luz dos fundamentos expostos, e considerando a natureza do objeto, seu grau de padronização, a exigência de logística coordenada e a necessidade de execução contratual uniforme, conclui-se que a divisão do certame em cotas para ME/EPP não se mostra vantajosa para a o CINCOP-MT neste caso específico, podendo comprometer a economicidade, a eficiência e a plena consecução do interesse público.

## **7. QUANTITATIVOS**

Após abertura da Intenção de Registro de Preço (IRP), foi possível consolidar os itens constantes no processo licitatório e mensurar os quantitativos a serem licitados, conforme demanda dos órgãos ou entidades dos Entes da Federação, exposta na tabela abaixo.

### **7.1. Justificativa Técnica e Jurídica – Dimensionamento de Centros de Imagem**

O presente tópico tem por finalidade justificar, de forma técnica e jurídica, o dimensionamento e a quantidade de equipamentos médicos relacionados à implantação de Centros de Imagem nos municípios consorciados, com base em critérios objetivos de população, demanda potencial e estruturação regional da saúde.

Cada município consorciado foi classificado conforme sua população estimada (dados IBGE), sendo enquadrado em um dos seguintes tipos de centros de imagem:

- a) Centro Básico: até 20 mil habitantes
- b) Centro Intermediário: de 20 a 50 mil habitantes
- c) Centro Completo: de 50 a 100 mil habitantes
- d) Centro Avançado: acima de 100 mil habitantes

Neste sentido, obtemos:

Município	Tipo de Centro
Tangará da Serra	Avançado
Acorizal	Básico
Alto Araguaia	Básico
Alto Boa Vista	Básico
Alto Garças	Básico
Apiacás	Básico
Araputanga	Básico
Barão de Melgaço	Básico
Bom Jesus do Araguaia	Básico
Brasnorte	Básico
Campinápolis	Básico
Campos de Júlio	Básico
Canabrava do Norte	Básico
Castanheira	Básico
Cláudia	Básico
Cocalinho	Básico
Comodoro	Básico
Conquista D'Oeste	Básico
Cotriguaçu	Básico
Dom Aquino	Básico
Feliz Natal	Básico
Figueirópolis D'Oeste	Básico
Gaúcha do Norte	Básico
General Carneiro	Básico
Guiratinga	Básico
Ipiranga do Norte	Básico
Itanhangá	Básico
Itaúba	Básico

Itiquira	Básico
Jauru	Básico
Juruena	Básico
Juscimeira	Básico
Lambari D'Oeste	Básico
Luciara	Básico
Marcelândia	Básico
Nortelândia	Básico
Nova Bandeirantes	Básico
Nova Brasilândia	Básico
Nova Canaã do Norte	Básico
Nova Guarita	Básico
Nova Marilândia	Básico
Nova Maringá	Básico
Nova Nazaré	Básico
Nova Olímpia	Básico
Nova Santa Helena	Básico
Nova Ubiratã	Básico
Novo Horizonte do Norte	Básico
Novo Mundo	Básico
Novo Santo Antônio	Básico
Pedra Preta	Básico
Planalto da Serra	Básico
Ponte Branca	Básico
Porto Alegre do Norte	Básico
Porto dos Gaúchos	Básico
Ribeirão Cascalheira	Básico
Ribeirãozinho	Básico
Rio Branco	Básico
Rondolândia	Básico
Santa Carmem	Básico
Santa Cruz do Xingu	Básico
Santa Rita do Trivelato	Básico
Santa Terezinha	Básico
Santo Antônio do Leste	Básico
Serra Nova Dourada	Básico
São Félix do Araguaia	Básico
São José do Rio Claro	Básico
Tabaporã	Básico
Tapurah	Básico
Terra Nova do Norte	Básico
Tesouro	Básico

Torixoréu	Básico
União do Sul	Básico
Vale de São Domingos	Básico
Vera	Básico
Vila Bela da Santíssima Trindade	Básico
Nova Mutum	Completo
Primavera do Leste	Completo
Campo Verde	Intermediário
Canarana	Intermediário
Colíder	Intermediário
Confresa	Intermediário
Diamantino	Intermediário
Juara	Intermediário
Mirassol d'Oeste	Intermediário
Nova Xavantina	Intermediário
Paranatinga	Intermediário
Poconé	Intermediário
Poxoréu	Intermediário
Querência	Intermediário
Sapezal	Intermediário
Água Boa	Intermediário

Para cada tipo de centro foi estabelecida uma configuração mínima de equipamentos compatível com a demanda populacional, respeitando protocolos clínicos, capacidade instalada e o princípio da economicidade. A consolidação dos dados se deu por meio de planilha analítica, onde foram atribuídas quantidades específicas conforme o porte e as necessidades técnicas de cada localidade.

A definição das quantidades também considerou:

- A capacidade operacional de cada equipamento;
- O atendimento potencial da região de abrangência do município;
- A possibilidade de uso compartilhado por microrregiões de saúde;
- A projeção de aumento da demanda a médio prazo.

Restando assim organizado:

<b>CENTRO BASICO</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
DIGITALIZADOR DE IMAGEM RADIOGRÁFICA FIXO – DR	1
RAIO -X FIXO ANALÓGICO	1
RAIO-X PARA MAMOGRAFIA - MAMOGRAFIA ANALÓGICA	1
DIGITALIZADOR DE IMAGEM PARA EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA	1
ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR	1



<b>CENTRO INTERMEDIÁRIO</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
DIGITALIZADOR DE IMAGEM RADIOGRÁFICA FIXO – DR	1
RAIO -X FIXO ANALÓGICO	1
RAIO-X PARA MAMOGRAFIA - MAMOGRAFIA ANALÓGICA	1
DIGITALIZADOR DE IMAGEM PARA EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA	1
ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR	1
ECOCARDIOGRAFIA E RADIOLOGIA DE ALTA DEFINIÇÃO	1
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM 16 CANAIS	1
IMPRESSORA FILME PARA RAIO X	1
IMPRESSORA PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS EM PAPEL	1

<b>CENTRO COMPLETO</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
DIGITALIZADOR DE IMAGEM RADIOGRÁFICA FIXO – DR	1
RAIO -X FIXO ANALÓGICO	1
RAIO-X PARA MAMOGRAFIA - MAMOGRAFIA ANALÓGICA	1
DIGITALIZADOR DE IMAGEM PARA EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA	1
ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR	2
ECOCARDIOGRAFIA E RADIOLOGIA DE ALTA DEFINIÇÃO	1
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM 16 CANAIS	1
IMPRESSORA FILME PARA RAIO X	2
IMPRESSORA PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS EM PAPEL	3
DENSIOMETRIA ÓSSEA	1
MONITOR DE MULTIPARAMETRO	1
RAIO X MÓVEL ANALÓGICO COM BRAÇO ARTICULADO	1
DIGITALIZADOR DE IMAGEM RADIOGRÁFICAS PORTÁTIL – DR	1
RAIO X MÓVEL DIGITAL COM BRAÇO ARTICULADO	1
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	1
SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA SEM CABO	1

<b>CENTRO AVANÇADO</b>	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
DIGITALIZADOR DE IMAGEM RADIOGRÁFICA FIXO – DR	1
RAIO -X FIXO ANALÓGICO	1
RAIO-X PARA MAMOGRAFIA - MAMOGRAFIA ANALÓGICA	1
DIGITALIZADOR DE IMAGEM PARA EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA	1
ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR	2
ECOCARDIOGRAFIA E RADIOLOGIA DE ALTA DEFINIÇÃO	1
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM 16 CANAIS	1
IMPRESSORA FILME PARA RAIO X	2
IMPRESSORA PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS EM PAPEL	3
DENSIOMETRIA ÓSSEA	1
MONITOR DE MULTIPARAMETRO	1
RAIO X MÓVEL ANALÓGICO COM BRAÇO ARTICULADO	1
DIGITALIZADOR DE IMAGEM RADIOGRÁFICAS PORTÁTIL – DR	1
RAIO X MÓVEL DIGITAL COM BRAÇO ARTICULADO	1
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	1

SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA SEM CABO	1
ARCO CIRÚRGICO	2
CARRINHO DE ANESTESIA	1
HEMODINÂMICA	1
MAMOGRAFIA DIGITAL	1
SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	1
SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA HEMODINÂMICA	1
VENTILADOR PULMONAR	5

Com isso, obtemos a quantidade estimada do processo, conforme:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	QTD ANUAL
1	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR PARA EQUIPAMENTO DE RAIOS-X FIXO - DETECTOR - DR (COP0657)</p> <p>detector digital (dr): com conexão sem fio adaptável aos equipamentos de raios x analógicos fixos sem necessidade de adaptação/alteração dos mesmos; utilizando cintilador de csi (iodeto de cézio); área útil de aproximadamente 35 cm x 43 cm; peso máximo: 2,7 kg (com fonte de energia); tamanho do pixel de no máximo 125 µm (microns); profundidade da imagem de 16 bits; capacidade de suportar 380 kg distribuídos sobre a superfície do detector; ser resistente a impactos e quedas; proteção certificada ip56 (ou superior); detector com fonte de energia (bateria, capacitor ou tecnologia similar), com capacidade mínima de 3 horas de exame ou 120 imagens por carga; acabamento em fibra de carbono; realizar conexão com estação de comando por wi-fi; para detectores com bateria externa, deverá acompanhar, além da bateria integrante, 03 (três) unidades de bateria extra por detector e 01 (um) carregador da fonte de energia (bateria, capacitor ou similar) do detector deve ser parte integrante do conjunto. independente da fonte de energia utilizada, deverá ser apresentada vida útil de pelo menos 3 anos. estação de aquisição: para visualização e ajuste de imagens com exibição das imagens em até 5 segundos após a exposição, sendo todas as licenças fornecidas em caráter definitivo; composta por: monitor touchscreen; led ou superior; mínimo de 21 polegadas; resolução mínima: 1920 x 1080; cpu e acessórios: processador core i5, memória ram de no mínimo 8gb; ssd de no mínimo 500gb; leitor e gravador de cd/dvd; capacidade de armazenamento mínimo de 10.000 imagens; possuir no mínimo 04 portas usb integradas a cpu, sem necessidade de adaptador; deve acompanhar teclado e mouse; permite a conexão fast ethernet; permitir inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo dicom worklist; possibilidade de inserção de textos fixos e editados pelo usuário; possibilidade de aplicação de zoom, rotação e inversão; permite a realização de exames de emergência sem necessidade de inserção anterior dos dados do paciente. softwares mínimos da estação de aquisição: dicom store, dicom print; dicom modality worklist management; software para gravação de imagens em cd/dvd com visualizador integrado, pendrive, hd externo em formato dicom; software de auto processamento e pós processamento com ajuste automático (e manuais) de parâmetros de imagem; software que permita impressão de mais de 06 imagens diagnósticas por película; conexão ris/his; software para eliminação de linhas de grade; software para enegrecimento automático de bordas; todos os softwares fornecidos com o equipamento devem possuir total compatibilidade com dicom 3.0 ou superior observação: as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a resolução rdc nº 611, de 9/3/2022, e instrução normativa nº 90, de 27/05/2021. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores, nobreak e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso. registro na anvisa e certificação anatel. manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.</p>	MES	91	1092

2	<p><b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RAO X FIXO ANALÓGICO (COP0656)</b></p> <p>gerador de raios x. equipamento radiodiagnóstico fixo microprocessado de 600 ma ou maior com indicação de erros e nível de kv, ma e mas; programa anatômico de órgãos com no mínimo 200 técnicas préprogramadas. comando e gerador de alta tensão: gerador de raios x microprocessado de alta frequência; potência de 50 kw ou maior; seleção de 40 a 125 kv; faixa de mas de 0,1 a 630 ou maior; tempo de exposição de 5 ms ou menor até 5 segundos, conforme rdc 611; obrigatoriamente instalado debaixo da mesa; possuir display lcd multicolorido para seleção e indicação dos parâmetros radiológicos. proteção térmica do tubo de raios x. par de cabos de alta tensão. deve ser fornecido quadro de força específico para o equipamento. as características de funcionamento do gerador de rx devem estar disponíveis no comando de operação, permitindo a seleção dos parâmetros de exposição da maneira mencionada acima. tubo de raios x com foco fino de no máximo 0,6 mm; foco grosso de no máximo 1,5 mm; rotação do anodo de no mínimo 3000 rpm; capacidade de resfriamento mínimo de 200 khu. estativa porta tubo tipo chão-chão; movimento vertical de 140 cm ou maior; movimento longitudinal de pelo menos 260cm; freios eletromagnéticos; rotação da coluna/ braço de 360°. mesa com tampo flutuante com movimento transversal e longitudinal; com grade antidifusora fixa de pelo menos 40 lp/cm; capacidade de carga de no mínimo 200 kg; freios eletromagnéticos para os movimentos do tampo; dimensões do tampo (c x l) de no mínimo 200 cm x 80 cm; foco variável de 100 a 180 cm; deslocamento longitudinal do bucky de no mínimo 55 cm. bucky mural com grade antidifusora fixa de pelo menos 40 lp/cm; deslocamento vertical de 130 cm ou maior; com cruz de localização/centralização impressa no tampo do bucky; freios eletromagnéticos ou mecânicos; foco variável de 100 a 180 cm. colimador manual luminoso com campo luminoso ajustável indicando área a ser irradiada de no mínimo de 0x0 cm a 43x43 cm; acionamento da lâmpada com temporizador eletrônico do campo luminoso; com lâmpada tipo led ou halógena. as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. caso haja a necessidade de autotransformador de tensão de 220 volts /380 volts para o equipamento de rx, o mesmo deverá ser fornecido pela empresa vencedora. todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a resolução rdc nº 611, de 9/3/2022, e instrução normativa nº 90 , de 27/05/2021. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e coleite de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.</p>	MES	91	1092
3	<p><b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAMÓGRAFO ANALÓGICO (COP0665)</b></p> <p>tipo: analógico com ajuste microprocessado c/ software, componente imagem digital, gerador, teclado/tela lcd portátil, características adicionais: tensão de entrada 220vac/60hz,monofásico ou bifásico, gerador em alta frequência, potência máxima 5kw; faixa de kv 20 a 35kv com passos de 1kv ou menor,faixa de mas 1 a 600mas. timer de segurança para desarme de 10s. colimador automático para troca de filtros de molibdenio e rhodio, luz de campo acionada através de botões na lateral do tubo ou pelo pressionamento do pedal de compressão; intensidade de luz de campo de no mínimo de 150 lux; método de colimação automático em função do bucky utilizado; tamanho de colimações de 18x24 e 24x30. com controle automático de exposição (aec); método de seleção dos parâmetros em função da espessura da mama; seleção automática de kv em função de espessura e modo de funcionamento; faixa de seleção de densidade de aproximadamente 11 etapas. com conexão entre detector digital e o console de aquisição realizada com fio. braço em c com distância foco filme (dff) de no mínimo 65cm ;ângulo de giro ±180 graus; movimento motorizado com soft start e soft stop (ou tecnologias semelhantes, que possibilitem compressão confortável para a paciente) e centrado em relação ao buck; posições pré-programadas craniocaudal; caudo-cranial; médio lateral esquerda e médio lateral direita; movimento vertical 650mm a 1350mm; proteção do campo de exame através de protetor facial removível;</p>	MES	91	1092

	<p>magnificação 1.8x; movimento pá compressão motorizado; unidade utilizada no display de espessura em cm ; faixa de ajuste de força de compressão total de 1 a 20kgf e de 1 a 3 kgf para a pré compressão. mecanismo de descompressão de emergência manual e independente do controle eletrônico; seleção de auto descompressão selecionável através do painel de comando entre manual ou automática ou manual. bucky: grade com escala 5:1; tamanho cassetes 18x24 e 24x30; tubos de raios x: rotação nominal 10000 rpm anodo de molibdenio ; hu anodo de no monimo 300khu; ângulos do anodo 10. foco fino e 16. foco grosso; diâmetro do anodo 80mm; distância focal 65cm; tamanho do foco de 0.1mm (foco fino) e de 0.3mm (foco grosso). documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.</p>			
4	<p><b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA MAMOGRAFIA ANALÓGICA (COP0664)</b></p> <p>sistema digitalizador com conexão entre detector digital e o console de aquisição realizada com fio e adaptável aos equipamentos de mamografia analógicos existentes na instituição; cada sistema deverá ser composto de: 01 x detector flat panel (fpd – flat panel detector); 01 x console de aquisição, visualização e manipulação de imagens; todos os cabos e conectores necessários para o funcionamento do sistema. especificações do detector flat panel: tecnologia de detector flat panel com fio com área ativa maior ou igual a 24x30cm; cintilador de csi (iodeto de cério); tamanho do pixel menor ou igual a 76 µm (microns); matriz do detector maior ou igual a 3840 x 3072 mm; conversão a/d: 16 bits (65.535 tons de cinza); peso máximo do detector de 1,5 kg; console de aquisição, visualização e manipulação de imagens: monitor de no mínimo 23" polegadas; estação de trabalho com configuração mínima: processador – core i3 (ou similar), 500gb de armazenamento hard disk e 4gb de memória ram ou maior; exibição das imagens em até 4 segundos após a exposição (pré-visualização); inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo dicom worklist; permitir a gravação de imagens em cd/dvd; ferramentas de processamento das imagens adquiridas com seguintes recursos: ajuste de latitude, contraste e brilho independentemente; recorte da imagem; inserção de textos fixos e editados pelo usuário; magnificação da imagem para visualização; rotação e inversão da imagem; pacote de conectividade dicom 3.0: storage; print; modality worklist; observação: as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. documentação que deverá acompanhar o equipamento no ato da entrega; catálogo do produto; montagem e treinamento inclusos. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores, nobreak e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso. registro na anvisa. manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.</p>	MES	91	1092
5	<p><b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR (COP0672)</b></p> <p>equipamento de ultrassom completamente digital, plataforma windows, para ultrassonografia diagnóstica com software geral para aplicações em exames de medicina interna, obstetrícia/ginecologia, pequenas partes e vascular. equipamento leve, versátil, de fácil locomoção, com carro móvel montado sobre rodas giratórias, sistemas de travas. painel de controle ergonômico, com teclado alfanumérico retrátil ou não e tela touch screen de no mínimo 10 polegadas e sistema de manuseio do cursor trackball. o monitor deve ser colorido de lcd de alta resolução com no mínimo 21,5" (vinte e uma polegadas). o equipamento deve possuir doppler color; doppler color</p>	MES	94	1128



	<p>e pulsado simultâneo (triplex); doppler de amplitude e doppler espectral. modos de imagem modo b; modo m em tela inteira; modo triplex; modo bb; modo bm; modo doppler pulsado; modo doppler colorido; modo power doppler angio; modo doppler tecidual; e hprf (alta frequência e repetição de fluxo – doppler pulsátil). todos os modos básicos de imagem b, m e doppler pulsado devem permitir colorização, ou seja, alteração da escala de cinza para escalas coloridas (colorize). o sistema deve possuir controles de imagem com profundidade de pelo menos 38 cm; no mínimo 8 potenciômetros para ajuste da curva de ganho (stc); zoom em tempo real e congelado (central e setorial); memória cine de pelo menos 950 mb; frame rate maior que 500 quadros por segundo; faixa dinâmica de no mínimo 210 db; escala de cinza de 256 níveis; imagem trapezoidal em tempo real para transdutores lineares; inclinação independente da imagem em modo b, doppler pulsado e doppler colorido para o transdutor linear. as análises necessárias devem incluir varredura vascular; obstétrica/ginecológica; possibilidade de realizar medidas ou anotações em imagens armazenadas; colorização do modo b, modo m e doppler espectral; cálculos automáticos e apresentação dos resultados na função doppler espectral; dual display (b+bc) em tempo real e simultâneo; imagem de segunda harmônica de tecido e inversão de pulso disponível em todos os transdutores; software de composição espacial de imagens com feixes entrelaçados e speckle reduction; harmonização automática de ganho para o modo bidimensional (ganho geral, ganho de profundidade e ganho lateral) através de um botão; ajuste automático do espectro doppler (escala e linha de base) também através de um botão; software específico para realce de agulha; e software para imagem do tipo estendida ou panorâmica com possibilidade de anotações e medidas. o pacote de medidas deve contemplar vascular e obstetrícia. no modo b: distância, volume, área, circunferência, ângulo, estenose e função do ve. no modo m: tempo, distância, aceleração, frequência cardíaca e função do ve. no modo doppler: velocidade, tempo, aceleração, frequência cardíaca, relação sístole/diástole, índice de resistência, índice de pulsatilidade com traçado automático, volume de fluxo, gradiente de pressão, “pressure halt time”, ir e ip com traçado automático. deve haver possibilidade de inclusão de novas medidas, fórmulas e tabelas. o equipamento deve prever possibilidades futuras de atualização, incluindo: software para avaliação automática da camada média-intimal da carótida; software 3d free hand; software de medida da gordura hepática por tecnologia de atenuação de imagem 2d; software para visualização de imagens de outras modalidades em tempo real durante o exame; upgrade para software de cardiologia com transdutor setorial dedicado; possibilidade de upgrade para software de leitura automática da fração de ejeção do coração; e software de modo m-anatômico. as características de armazenamento e conectividade incluem exportação de imagens e vídeos em formato dicom com visualizador automático (sistema operacional windows) ou conversão das imagens dicom para formatos pc (bmp, png, jpeg, mpeg4 ou avi); exportação em formatos compatíveis com windows; hd ssd de pelo menos 1 tb; impressão direta de imagens (formato laudo) para impressora usb com possibilidade de ajuste de imagens por página; no mínimo 06 saídas usb para gravação em pendrive; saídas ethernet (lan) e hdmi. o equipamento deve possuir no mínimo 03 portas ativas para conexão de 03 transdutores universais, selecionáveis pelo painel, ligados diretamente ao aparelho sem adaptadores, sem considerar o conector tipo caneta para doppler cego (pedoff). todos os transdutores devem ser aptos a utilizar os modos b, m, color doppler e doppler pulsado. a seleção de transdutor e de frequência deve ser feita eletronicamente pelo painel de comando, abrangendo as faixas indicadas (com variação de 01 mhz para cima ou para baixo). os transdutores devem ser multifrequenciais e banda larga. devem estar inclusos: 1 transdutor endocavitário (3 a 11 mhz, abertura mínima de 180°); 1 transdutor convexo (2 a 6 mhz, abertura mínima de 70°); e 1 transdutor linear (5 a 14 mhz, área de contato mínima de 38 mm). o sistema deve ser compatível com dicom 3.0, incluindo media storage; verification; print; storage; storage/commitment; worklist; query–retrieve; mpps (modality performance procedure step); structured reporting.tensão de 127/220 vac – 60 hz; nobreak deve ser entregue junto com equipamento pela empresa ganhadora. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.</p>			
6	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ECOCARDIOGRAFIA (COP0671)	MES	17	204

	<p>equipamento de ultrassom completamente digital, plataforma windows, para ultrassonografia diagnóstica com software geral para aplicações em exames de medicina interna, obstetrícia/ginecologia, pequenas partes (mama, tireoide, músculo esquelético etc.), vascular (cerebral, periférico, abdominal) e cardiologia. equipamento leve, versátil, de fácil locomoção, com carro móvel montado sobre rodas giratórias, sistemas de travas. painel de controle ergonômico, com teclado alfanumérico retrátil ou não e tela touch screen de no mínimo 10 polegadas e sistema de manuseio do cursor trackball. o equipamento deve permitir a inclusão de tecnologias baseadas em inteligência artificial (ai technology), "deep learning" e/ou "machine learning". o monitor deve ser colorido de lcd de alta resolução com no mínimo 21,5" (vinte e uma polegadas). o equipamento deve possuir doppler color; doppler color e pulsado simultâneo (triplex); doppler de amplitude; e doppler espectral (pulsado). os modos de imagem devem incluir: modo b; modo m em tela inteira; modo triplex; modo bb; modo bm; modo doppler pulsado; modo doppler colorido; modo doppler contínuo (cw); modo power doppler angio; modo doppler tecidual (espectral e colorido); e hprf (alta frequência e repetição de fluxo – doppler pulsátil). todos os modos básicos de imagem b, m e doppler pulsado devem permitir colorização, ou seja, alteração da escala de cinza para escalas coloridas (colorize). o sistema deve possuir controles de imagem com profundidade de pelo menos 38 cm; no mínimo 8 potenciômetros para ajuste da curva de ganho (stc); zoom em tempo real e congelado (central e setorial); memória cine de pelo menos 950 mb; frame rate maior que 500 quadros por segundo; faixa dinâmica de no mínimo 210 db; escala de cinza de 256 níveis; imagem trapezoidal em tempo real para transdutores lineares; inclinação independente da imagem em modo b, doppler pulsado e doppler colorido para o transdutor linear. as análises necessárias devem incluir varredura vascular; obstétrica/ginecológica; possibilidade de realizar medidas ou anotações em imagens armazenadas; colorização do modo b, modo m e doppler espectral; cálculos automáticos e apresentação dos resultados na função doppler espectral; dual display (b+bc) em tempo real e simultâneo; imagem de segunda harmônica de tecido e inversão de pulso disponível em todos os transdutores; software de composição espacial de imagens com feixes entrelaçados e speckle reduction; harmonização automática de ganho para o modo bidimensional (ganho geral, ganho de profundidade e ganho lateral) através de um botão; ajuste automático do espectro doppler (escala e linha de base) também através de um botão; software específico para realce de agulha; e software para imagem do tipo estendida ou panorâmica com possibilidade de anotações e medidas. o pacote de medidas deve contemplar cardiologia, vascular e obstetrícia. no modo b: distância, volume, área, circunferência, ângulo, estenose e função do ve. no modo m: tempo, distância, aceleração, frequência cardíaca e função do ve. no modo doppler: velocidade, tempo, aceleração, frequência cardíaca, relação sístole/diástole, índice de resistência, índice de pulsatilidade com traçado automático, volume de fluxo, gradiente de pressão, "pressure halt time", ir e ip com traçado automático. deve haver possibilidade de inclusão de novas medidas, fórmulas e tabelas. o equipamento deve prever possibilidades futuras de atualização, incluindo: software para avaliação automática da camada média-intimal da carótida; software 3d free hand; software de medida da gordura hepática por tecnologia de atenuação de imagem 2d; software para visualização de imagens de outras modalidades em tempo real durante o exame; upgrade para software de cardiologia com transdutor setorial dedicado pediátrico; possibilidade de upgrade para software de leitura automática da fração de ejeção do coração; software de modo m-anatômico; software de imagens 4d; software de contagem automática de folículos; e possibilidade futura de transdutor volumétrico convexo e endocavitário. as características de armazenamento e conectividade incluem exportação de imagens e vídeos em formato dicom com visualizador automático (sistema operacional windows) ou conversão das imagens dicom para formatos pc (bmp, png, jpeg, mpeg4 ou avi); exportação em formatos compatíveis com windows; hd ssd de pelo menos 1 tb; impressão direta de imagens (formato laudo) para impressora usb com possibilidade de ajuste de imagens por página; no mínimo 06 saídas usb para gravação em pendrive; saídas ethernet (lan) e hdmi. o equipamento deve possuir no mínimo 03 portas ativas para conexão de 03 transdutores universais, selecionáveis pelo painel, ligados diretamente ao aparelho sem adaptadores, sem considerar o conector tipo caneta para doppler cego (pedoff). todos os transdutores devem ser aptos a utilizar os modos b, m, color doppler e doppler pulsado. a seleção de transdutor e de frequência deve ser feita eletronicamente pelo painel de comando, abrangendo as faixas indicadas (com variação de 01 mhz para cima ou para baixo). os transdutores devem ser multifrequenciais e banda larga. devem</p>			
--	--	--	--	--



	<p>estar inclusos: 1 transdutor endocavitário (3 a 11 mhz, abertura mínima de 180°); 1 transdutor convexo (2 a 6 mhz, abertura mínima de 70°); 1 transdutor linear (5 a 14 mhz, área de contato mínima de 38 mm); e 1 transdutor setorial adulto (2 a 4 mhz). o sistema deve ser compatível com dicom 3.0, incluindo media storage; verification; print; storage; storage/commitment; worklist; query-retrieve; mpps (modality performance procedure step); structured reporting. tensão 127/220 vac – 60 hz, nobreak deve ser entregue junto com equipamento pela empresa ganhadora. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.</p>			
7	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TOMÓGRAFO 16 CANAIS (COP0666)</p> <p>tipo helicoidal; aplicação: para uso geral; com as especificações mínimas abaixo relacionadas: gantry 12 mm de cobertura de detectores ou superior; tipo dos detectores - estado sólido com 16 fileiras sicas (canaís); reconstrução de 32 cortes por interpolação via software; espessura de corte de 1 mm ou menor; tempo de varredura para cortes de 360° no mínimo 0.8 segundos ou menor; inclinação do gantry tilt digital ou equivalente; diâmetro de abertura 65 cm ou maior; capacidade armazenamento térmico 3,5 mhu ou superior valor efetivo; capacidade de dissipação mínima de 700 khu/min; refrigeração: óleo/ar; gerador de raio-x: potência 26 kw ou superior valor efetivo; faixa de tensão 80kv ou menor, até 130kv ou maior; corrente de 10 até 225 ma ou superior valor efetivo; exploração helicoidal tempo máximo de scan disponível: 100seg; volume máximo de scan 1375 mm ou maior; resolução espacial: 14 lp/cm; mesa deslocamento vertical de no mínimo 42 cm ou superior; capacidade de sustentação: 200 kg; faixa útil de scan 1375mm ou superior; precisão do movimento horizontal: +- 0,25 mm; acessórios suporte de cabeça; suporte de cabeça coronal; suporte de braços; colchonetes para acomodação do paciente; faixas de contenção para os pacientes. processamento de imagem console computador cpu mínima - processador dual 2.66 ghz; memória ram - 8 gb; hd de 500 gb; monitor tamanho: 19" lcd; plataforma windows; gravador de cd/dvd; dual surview disponível para programação dos exames; scan fov 430 mm; matriz de reconstrução: 512x512; tempo de reconstrução mínimo: 10 imagens por segundo ou superior, em matriz 512; visualizador 2-d slab; software para automação do disparo da aquisição helicoidal de acordo com a opacificação do contraste; software para modulação de corrente de acordo com a região do corpo a ser examinada; sistema de automatização para planejamento dos exames (bloco de aquisição das imagens) a partir do protocolo selecionado; mpr reformatação multiplanar; projeção de intensidade máxima (mip); projeção de intensidade mínima (minip); reconstrução ssd tridimensional; software para estudos dinâmicos (dynamic scan); endoscopia virtual; reconstrução iterativa; redutor de artefatos metálicos; volume rendering (renderização de volumes); protocolo dicom 3.0 (send/ receive/storage/worklist); matriz de visualização 1024x1024; acessórios relacionados ao tomógrafo transformador de isolamento, nobreak para o console proporcionado reserva de bateria para o console; fantasmas para calibração do equipamento; sistema de estabilização de tensão interna ou deve-se fornecer um estabilizador de tensão externo ao equipamento caso não possua o interno; acesso remoto disponível no console de operações; documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.</p>	MES	17	204
8	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS FILME PARA RAIOS X (COP0679)</p> <p>o equipamento deve ser uma impressora a laser com três gavetas, projetada para impressão de filmes radiológicos a seco, destinada a aplicações em mamografia e</p>	MES	20	240

	demais modalidades médicas. deve permitir o carregamento dos filmes à luz do dia, em magazine com capacidade entre 100 e 125 filmes. a resolução máxima deve ser de 50 microns para mamografia e de 100 microns para as demais modalidades médicas, assegurando alta qualidade de imagem. a capacidade mínima de impressão deve ser de 160 filmes por hora no formato 35 x 43 cm. o sistema deve apresentar resolução de impressão de, no mínimo, 508 dpi, com resolução de contraste (output) mínima de 14 bits. o equipamento deve dispor de três gavetas, permitindo o trabalho simultâneo com três tamanhos de filmes diferentes. deve possuir controle automático da densidade dos filmes e conexão com equipamentos de cr ou outras modalidades médicas por meio do protocolo dicom 3.0, com ou sem a necessidade de acessórios externos (print server) para conversão do sinal ao padrão dicom 3.0. a alimentação elétrica deve ser compatível com 110 v/60 hz ou 220 v/60 hz. compõe os serviços de locação deste item, o fornecimento de filmes mensal para impressão, com a entrega de uma caixa de cada tipo (tamanho) de filme. caso o consumo mensal ultrapasse essa quantidade, será aplicado o valor adicional correspondente aos excedentes, que deverá ser informado na proposta da licitante. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.			
<b>9</b>	<b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORA PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS EM PAPEL (COP0680)</b>  equipamento novo de impressão multifuncional colorida em papel, destinado à produção de imagens médicas em papel sem fins diagnósticos. deve possuir tecnologia de impressão a laser, com resolução mínima de 1200 x 1200 dpi e até 1800 x 600 dpi (equivalente). o processador deve ser do tipo quad core, com frequência mínima de 1.6 ghz, acompanhado de memória ram de 8 gb e armazenamento em ssd de 256 gb. o equipamento deverá dispor de controlador integrado compatível com linguagens pcl 5c, pcl 6 (xl3.0), postscript 3 e xps, além de protocolos de rede tcp/ip (ipv4/ipv6), smb, lpd, ipp, snmp, http(s) e Bonjour. as interfaces mínimas devem incluir ethernet 10/100/1000 base-t e usb 2.0, com compatibilidade para os sistemas operacionais windows (10/11 e servidores a partir de 2012), macos, unix, linux e citrix. a capacidade máxima de entrada de papel deve alcançar até 6.650 folhas (com opcionais), permitindo impressão em formatos que variam de a6 até a3, incluindo a5, sra3 e banner de até 297 x 1200 mm, com gramatura mínima de 52 g/m² e máxima de 300 g/m² (duplex até 256 g/m²). o ciclo mensal de operação deve atingir até 150.000 páginas. deve possibilitar digitalização em cores com resolução de 600 x 600 dpi, velocidade simplex de até 100 imagens por minuto e duplex de até 200 imagens por minuto (com alimentador opcional), aceitando formatos de arquivos como jpeg, tiff, pdf (padrão, compactado, criptografado e pdf/a 1a e 1b), xps e pptx, com opcionais para formatos pesquisáveis (docx, pptx e xlsx). o tempo de aquecimento não deve ultrapassar 11 segundos, com primeira cópia em até 6,7 segundos para impressão colorida e 5,0 segundos para preto e branco. o toner deve possuir rendimento aproximado de até 28.000 páginas (a4 com 5% de cobertura). compõe os serviços de locação deste item, o fornecimento de toner e folhas mensal para impressão, com a entrega de um kit de toner, 1.000 folhas no formato a3 e 1.000 folhas no formato a4.. caso o consumo mensal ultrapasse essa quantidade, será aplicado o valor adicional correspondente aos excedentes que deverá ser informado na proposta da licitante. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.	MES	23	276
<b>10</b>	<b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DENSITOMETRIA ÓSSEA (COP0681)</b>  o equipamento de densitometria óssea deve ser de última geração, projetado para realizar exames de forma rápida, precisa e confortável para o paciente. o sistema deve utilizar tecnologia digital, que garante aquisições de imagem de alta qualidade em tempos reduzidos, possibilitando varreduras localizadas em aproximadamente 60 segundos, mantendo excelente definição diagnóstica. o equipamento deve contemplar	MES	3	36

	<p>uma ampla gama de aplicações clínicas, incluindo rotina, ortopedia, pediatria, composição corporal e acompanhamento metabólico. no modo ortopédico, deve permitir a avaliação da densidade óssea em torno de próteses em diversas articulações, como joelho, cotovelo, ombro e quadril, com definição de regiões de interesse (roi) automáticas e personalizáveis. no modo pediátrico, deve oferecer parâmetros específicos para a população jovem, permitindo análises detalhadas da densidade mineral óssea e acompanhamento do crescimento. para composição corporal, o sistema deve disponibilizar resultados segmentados em diferentes regiões, incluindo braços, pernas, costelas, coluna torácica e lombar e pelve, além de fornecer dados metabólicos avançados, como índice de massa gorda, índice de massa corporal, massa magra, massa mineral óssea, relação andróide/ginóide, taxa metabólica basal e parâmetros de tecido adiposo visceral e subcutâneo. o software deve ser intuitivo, com recursos para otimizar o fluxo de trabalho do profissional, incluindo seleção automática de roi com possibilidade de ajustes manuais, reposicionamento facilitado por laser e assistência computadorizada. deve ainda oferecer ferramentas avançadas, como análise estrutural do quadril (hip structural analysis – hsa), avaliação de risco de fratura por meio do método frax, relatórios automáticos e personalizáveis, análise de tendências com gráficos evolutivos e importação/exportação de dados compatíveis com sistemas pacs/ris via protocolo dicom. o sistema deve permitir a geração de relatórios detalhados, customizáveis conforme a necessidade do médico ou da instituição, possibilitando acompanhamento evolutivo do paciente com gráficos, tabelas e curvas de referência. os exames devem abranger coluna lombar (ap e lateral), fêmur, dual fêmur, antebraço e corpo inteiro, incluindo análise da composição corporal e relatórios pediátricos específicos. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição</p>			
11	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MONITOR MULTIPARAMÉTRICO (COP0667)</p> <p>o monitor multiparamétrico deverá possuir gabinete compacto, com alça integrada para transporte, visor colorido de no mínimo 15 polegadas com tecnologia touch screen, resolução mínima de 1024x768 pixels e possibilidade de apresentação simultânea de até 12 curvas ou derivações, além de opção para exibição em números grandes. o equipamento deve permitir navegação por tela sensível ao toque, botão rotativo e teclas de atalho, devendo possuir software em língua portuguesa. deverá oferecer estrutura para monitorização multiparamétrica abrangendo ecg de 3, 7 ou 12 derivações, respiração por bioimpedância, temperatura em pelo menos dois canais simultâneos, pressão arterial não invasiva (pni), oximetria de pulso com leitura em baixa perfusão, capnografia pelo método mainstream ou sidestream, agentes anestésicos com reconhecimento automático e monitorização adicional opcional de pressão invasiva, débito cardíaco, nível de consciência (bis) e transmissão neuromuscular. o sistema deve permitir integração com rede cabeada e sem fio (wireless), possibilitando comunicação com centrais de monitorização, visualização “leito a leito”, chamada de enfermagem e sincronismo com desfibriladores, além de dispor de saídas usb, cartão de memória e hdmi para extensão de tela em monitor externo. o equipamento deverá dispor de alarmes técnicos e fisiológicos, sonoros e visuais, com diferenciação de prioridade por cores e níveis ajustáveis, além de memória para armazenamento de eventos. deve manter tendências gráficas e numéricas de no mínimo 160 horas, capacidade para até 2.000 registros de pni e possibilidade de gravação prolongada de ecg. deverá apresentar recursos de cálculos de medicamentos, funções respiratórias, hemodinâmicas, renais e ventilatórias, além de modo de demonstração protegido por senha para fins de treinamento. a alimentação deve ser bivolt automática (100 a 240v), com bateria interna recarregável de íons de lítio com autonomia mínima de 2 horas, sendo desejável autonomia ampliada de até 4 horas. o equipamento deverá permitir a conexão de impressora térmica acoplada ou externa. o monitor deve ser acompanhado, no mínimo, de cabo de ecg, sensor de oximetria adulto, braçadeira de pni adulto com extensão, sensor de temperatura</p>	MES	3	36

	superficial adulto, cabo de força padrão brasileiro, manual do usuário em português e bateria recarregável. treinamento de operação, garantia de 12 meses, manutenção preventiva e corretivas com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças incluso, durante todo período contratual.			
12	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL ANALÓGICO (COP0661)</p> <p>aparelho móvel emissor de raios x para fins de diagnóstico médico. comando e gerador de raios-x: potência de no mínimo de 32kw ou superior; sistema de controle microprocessado; painel de membrana com teclas do tipo simples toque; kv para radiografia de 40kv ou menor a 125kv ou maior (com ao menos 23 passos ou mais); ma para radiografia de pelo menos 300 ma ou maior; variação de mas de 0,5 ou menor a 280mas ou maior; tempo de exposição mínimo de 4 ms ou menor; programa de detecção de falhas com indicação no display digital do painel; acionamento de ânodo giratório por impulso rápido; cabo disparador em dois estágios com comprimento de no mínimo 3m; cabo de rede com comprimento de no mínimo 4m; conexão via tomada simples de 3 pinos; braço articulado pantográfico ou telescópico; sistema conjugado ao gerador; estativa porta tubo com braço articulado ou telescópico; rotação do conjunto unidade selada/ colimador de 170 graus; tubo de raios x com anodo giratório de rotação de no mínimo 2.800 rpm; foco duplo de no máximo 1,5mm e 0,7mm ou foco único de 0,8mm; capacidade calorica do ânodo de no mínimo 105khu ou superior. colimador manual com campo luminoso ajustável indicando área a ser irradiada; temporizador eletrônico de 30s; rotação do campo de radiação de pelo menos 90 graus. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.</p>	MES	3	36
13	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA RAO X MÓVEL - DR PORTÁTIL (COP0662)</p> <p>detector digital (dr): com conexão sem fio adaptável aos equipamentos de raios x analógicos fixos sem necessidade de adaptação/alteração dos mesmos; utilizando cintilador de csi (iodeto de cézio); área útil de aproximadamente 35 cm x 43 cm; peso máximo: 2,8 kg (com fonte de energia); tamanho do pixel de dimensionamento fixo na ordem de 125 µm (mícrons); profundidade da imagem de 16 bits; capacidade de suportar 300 kg distribuídos sobre a superfície do detector; ser resistente a impactos e quedas; proteção certificada ip56 (ou superior); detector com fonte de energia (bateria, capacitor ou tecnologia similar), com capacidade mínima de 3 horas de exame ou 120 imagens por carga; acabamento em fibra de carbono; realizar conexão com estação de comando por wi-fi; para detectores com bateria externa, deverá acompanhar, além da bateria integrante, 03 (três) unidades de bateria extra por detector e 01 (um) carregador da fonte de energia (bateria, capacitor ou similar) do detector deve ser parte integrante do conjunto. independente da fonte de energia utilizada, deverá ser apresentada vida útil de pelo menos 3 anos. estação de aquisição portátil: notebook com tela lcd de no mínimo 14 polegadas e resolução mínima da tela 1280 x 800; memória ram de no mínimo 4gb; disco rígido de no mínimo 250gb ssd; possuir porta usb; possuir opção de idioma português; exibição de imagens em até 5 segundos após a exposição; possuir porta rj-45 para interface de rede padrão ethernet; possuir conexão bluetooth; possibilidade de manipulação pelo usuário de contraste e brilho independentemente; permitir inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo dicom worklist; possibilidade de inserção de textos fixos e editados pelo usuário; possibilidade de aplicação de zoom; possibilidade de visualização da imagem bruta; rotação e inversão da imagem; possibilidade de realização de exames de emergência sem necessidade de inserção anterior dos dados do paciente; possibilita a busca de pacientes por meio de leitor de código barras. softwares mínimos da estação: dicom store, dicom print; dicom modality worklist management; software para gravação de imagens com visualizador integrado, pendrive, hd externo em formato dicom, software de auto processamento e pós processamento com ajuste</p>	MES	3	36



	<p>automático (e manuais) de parâmetros de imagem; software que permita impressão de mais de 06 imagens diagnósticas por película; conexão ris/his; software para eliminação de linhas de grade; software para enegrecimento automático de bordas; todos os softwares fornecidos com o equipamento devem possuir total compatibilidade com dicom 3.0 ou superior. observação: as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a resolução rdc nº 611, de 9/3/2022, e instrução normativa nº 90, de 27/05/2021. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso. registro na anvisa. manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.</p>			
14	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL DIGITAL (COP0659)</p> <p>aparelho de raio-x móvel digital com potência de no mínimo 35kw; faixa de tensão do tubo de de 40 a 125kv ou melhor em 40 passos ou mais; ajuste de corrente de pelo menos 300 ma ou maior; faixa de variação de mas: 0,1 mas a 260 mas ou maior; tempo de exposição 2ms ou menor; cabo disparador em dois estágios com comprimento de no mínimo 2,5m. cabo de rede com comprimento de no mínimo 2,5m; conexão via tomada simples de 3 pinos; braço articulado pantográfico ou telescópico; rotação do conjunto unidade selada/ colimador de 180 graus ou maior; tubo de raios x com anodo giratório de rotação de 3.000 rpm ou superior; foco duplo de no máximo 1,5mm para foco grosso e 0,6mm para foco fino ou foco único de 0,8mm; capacidade calórica do ânodo de 200khu ou maior. colimador manual com campo luminoso ajustável indicando área a ser irradiada e temporizador eletrônico de 30s; detector de imagens digitais com 34 x 42 cm ou maior; matriz de aquisição de 2500 x 3000 pixel; profundidade da imagem pós-processada 16 bits; acompanha duas baterias, uma integrante e uma extra; acompanha carregador de baterias; monitor totalmente embutido a unidade principal com tela sensível ao toque de 19 polegadas ou maior; capacidade de armazenamento de 50.000 imagens ou mais na memória interna (ssd ou hd); software para radiografia digital com: ajuste de brilho e contraste, inversão de imagem (positivo/negativo, acima/abaixo e direita/esquerda), rotação da imagem, medidas de distâncias e ângulos. protocolos dicom 3.0 ativados: impressão (print), envio/armazenamento (store), lista de trabalho (worklist) e relatório de dose de radiação (rdsr). equipamento com altura máxima na posição de transporte de até 1,50m e largura de até 0,65m, para permitir melhor visibilidade de locomoção e acesso nos setores em que será utilizado. alimentação bivolt automático. equipamento de raios x e detector com registro único na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.</p>	MES	3	36
15	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0673)</p> <p>magneto supercondutivo de 1,5 t. diâmetro interno do magneto: no mínimo 60cm. sistema de gradiente: intensidade por eixo de no mínimo 33 mt/m. slew rate de no mínimo 120 t/m/s. sistema de rf: potência do amplificador de transmissão: no mínim 12 kw. zero helium boil-off: sem necessidade de recarga em condições ideais de trabalho; número de canais independentes e individuais: mínimo de 8 canais. homogeneidade mínima para o magneto de: menor ou igual a 2 ppm (vrms) para um fov de 50x50x50cm. largura de banda do receptor: 1000 khz. o sistema deve permitir a conexão simultânea de no mínimo 2 (dois) ou mais bobinas. software para redução de ruído; software de aquisição paralela: software para técnicas de aquisição paralela. algoritmo de aquisição paralela baseado em image-space e em k space. fator de aceleração disponível no sistema de no mínimo 3 vezes. capacidade de realizar estudos com aquisição paralela em todas as direções (cabeça/pés, antero/posterior,</p>	MES	3	36

	<p>esquerda/direita). bobinas: cabeça com no mínimo 10 elementos; coluna total com no mínimo 12 elementos; combinação neurovascular; abdome com no mínimo 16 elementos; combinação abdome total de no mínimo 12 elementos; combinação cardiologia, flexível multiuso de no mínimo 4 elementos e flexível multiuso de no mínimo 8 elementos; exames de mama com no mínimo 8 elementos; joelho com no mínimo 8 elementos; ombro com no mínimo 6 elementos; pé e tornozelo com no mínimo 8 elementos. mesa de exames com capacidade de carga de no mínimo 200 kg. console principal; networking: dicom send/receive; dicom query/retrieve; dicom storage commitment; dicom basic print; dicom worklist. parâmetros do sistema: matriz de aquisição e visualização sem interpolação: 1024 x 1024; espessura de corte em 2d: 0,5 mm ou menor; espessura de corte em 3d: 0,1 mm ou menor; campo de visão (fov) mínimo: 5 mm; campo de visão (fov) máximo: de no mínimo 50 cm. conjuntos de sequências e técnicas de imagens básicas: spin echo; técnica de inversão e recuperação; gradient echo; gradient echo com spoiler pulse; gradient echo com transverse rephasing; gradient echo com rf-rephasing; turbo spin echo; turbo inversion recovery com tempo de inversão; 3d turbo inversion recovery com tempo de inversão; true inversion recovery; sequência turbo spin echo 3d com aquisição isotrópica em t1, t2, pd e dark fluid; técnica para correção de movimento em todas as regiões anatômicas, em todos os contrastes, em todas as orientações e compatível com aquisição paralela; software de compressão e aceleração dos tempos de varredura para geração de imagens por fse em todo o corpo em alta velocidade com fator de aceleração de até 4 vezes maior que as velocidades normais de digitalização sem perda de performance e qualidade da imagem. software para correção de artefatos metálicos; técnica de saturação de gordura que permite a visualização de imagem: fat only, water only, in-phase, out of phase. conjuntos de sequências e técnicas para imagens avançadas nas seguintes especialidades: neurologia: sequências para estudos funcionais (bold); sequência para estudos dos tractos neurais (tractografia); sequência para perfusão com contraste e sem contraste (asl), aquisição e pós processamento; espectroscopia single voxel e multi voxel, aquisição e pós processamento, tensor de difusão (dti e dtt) angiografia: sequência para angiografia com e sem contraste, para estudos vasculares de artérias renais, artéria aorta e vasos de membros inferiores; 3d contrast enhanced; software para angiografia com contraste avançada com movimentação de mesa automática; técnica de visualização do contraste, para início da aquisição das imagens; aquisições de angiografia time-of-flight (tof) e phase contrast; software de compressão de imagens com redução mínima de 25% nos tempos de aquisição das sequências de musculoesquelético, neurologia e abdome. quantificação de fluxo; sequência para angiografias periféricas com junção automática das estações estudadas; aquisições 3d para volume múltiplo; técnicas de reconstrução avançada do espaço k; oncologia, ortopedia e pediatria, tórax, abdome, pelve e mama. software para técnica de compressão e aceleração dos tempos de varredura para geração de imagens por fse em todo o corpo com fator de aceleração de até 4 vezes maior que as velocidades normais de digitalização mantendo a qualidade da imagem. acessórios mínimos necessários a serem fornecidos: estabilizador de tensão compatível com a potência do equipamento de ressonância quando necessário; quadro de força; sistema de refrigeração (chiller); cabine e blindagem caso necessário; no-breaks para os computadores. manual de operação do equipamento e treinamento de operação; garantia 12 meses. fornecimento de todos os epis exigidos pela anvisa para funcionamento dos equipamentos. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual. fazer o controle de qualidade do equipamento.</p>			
16	<p><b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA (COP0676)</b></p> <p>sistema de injeção de contraste para tomografia computadorizada, dotado de design leve, com rodízios de grande diâmetro e mobilidade sem fio, garantindo maior segurança e praticidade. deve possuir unidade de controle remoto em formato de tablet com conexão sem fio wi-fi, tela sensível ao toque e interface intuitiva de fácil utilização. o equipamento deve permitir o preenchimento automatizado de seringas descartáveis de 190 ml, com capacidade de armazenar, criar, editar e selecionar até 20 protocolos personalizados, além de disponibilizar histórico de até 200 injeções realizadas. deve possibilitar até 6 fases de injeção, com funções de pausa e hold, bem como intervalo programável de 1 a 900 segundos em incrementos de 0,1 segundo. deve possuir limite</p>	MES	3	36



	de pressão ajustável até 300 psi em incrementos de 1 psi, com apresentação em tempo real de métricas de pressão e fluxo. a taxa de fluxo deve ser programável pelo usuário na faixa de 0,1 a 10 ml/s. o volume programável deve ser ajustável em incrementos de 1 ml, até o limite máximo da seringa de 190 ml. o sistema deve permitir injeção simultânea ou alternada de meio de contraste e solução salina, de modo a reduzir artefatos, otimizar o uso de contraste, aprimorar o realce e controlar o tempo do bolus. deve dispor de ferramenta de assistência de protocolos, com sugestões de injeção baseadas no peso do paciente e na área de estudo, além de calculadora de taxa de filtração glomerular estimada para definição da dose de contraste. deve acompanhar dispositivo de manutenção da temperatura do contraste, garantindo estabilidade em condições de uso. a alimentação elétrica deve operar na faixa de 100 a 230 v, 50/60 hz, com duas baterias recarregáveis, tempo de recarga de 8 horas e vida útil mínima de 2 anos. o tablet controlador deve possuir adaptador ca 100–240 v, 50–60 hz, com saída de 19 v e 65 w em corrente contínua. o equipamento deve incluir manual de operação e treinamento para a equipe usuária. durante todo o período contratual, deve ser realizada manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais, estando excluídos os insumos de utilização.			
17	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ARCO CIRÚRGICO (COP0668)</p> <p>arco cirúrgico móvel com detector digital de imagens tipo flat panel para aplicações em procedimentos de cirurgia geral, ortopedia, urologia, neurologia (coluna), vascular periférico. arco com movimento vertical motorizado igual ou maior a 44 cm, movimento bascular de 20° ou maior, movimento horizontal de 20 cm ou maior, movimento orbital de no mínimo 140 graus ou superior, angulação total de pelo menos 400 graus ou superior, distância da fonte ao detector digital de no mínimo 90 cm e profundidade de no mínimo 72 cm, espaço livre de no mínimo 70cm. pintura eletrostática anticorrosiva. detector digital de imagem de no mínimo 30 x 30 cm, com tecnologia de silício amorfo (a-si) ou cmos ou equivalente, com matriz de 1800 x 1800 pixels ou maior, tamanho de pixel máximo de 200 micrometros, profundidade de cor em 16 bits e com pelo menos três campos de entrada. 02 (dois) monitores tft ou lcd de, no mínimo, 17 polegadas ou superior, com resolução mínima de 1280 x 1024 pixels ou monitor único tft ou lcd de no mínimo 25 polegadas com resolução mínima de 1920 x 1080 pixels, em carro independente para suporte do sistema computacional e monitores. gerador com potência de 8 kw ou maior, tubo de raio x com anodo estacionário ou giratório e ponto focal duplo, sendo o menor desses, igual ou menor que 0,6 mm e o maior igual ou menor a 1,6 mm e colimador. colimação sem emissões de radiação. capacidade térmica do anodo de, no mínimo, 200 khu ou maior. fluoroscopia com, no mínimo, 40 a 110 kv e corrente máxima de 6 ma ou maior. modo radiografia com, no mínimo, 40 a 110 kv e corrente máxima de 13 ma ou maior. memória com recurso de retenção da última imagem adquirida, armazenamento de, no mínimo, 40.000 imagens. filtro de redução de ruído, rotação de imagens sem a necessidade de se emitir radiação durante a rotação. deve acompanhar o equipamento: saída usb integrados ao sistema e interface dicom 3.0 com no mínimo as modalidades storage e worklist. equipamento deve conter software específico para realização de angiografia por subtração digital (dsa) de imagens em tempo real, mapa de navegação roadmapping, opacificação de pico e análise de estenose vascular. interface dicom 3.0 com, no mínimo, as modalidades worklist, storage e print, para permitir conectividade ao equipamento. documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e coleite de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.</p>	MES	2	24
18	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO CARRINHO DE ANESTESIA (COP0674)</p> <p>aplicação: pediátrico e adultos; estrutura não oxidante; com as dimensões mínimas de</p>	MES	1	12

	<p>estacionária 370×290mm e fixa/dobrável de 270×240 mm; gavetas e mesa de trabalho com diâmetro mínimo de 100 mm; deverá possuir modo de ventilação manual/espontânea/bypass/standby, sendo que: vcv, pcv, psv, prvc, simv (vcv), simv (pcv), simv (prvc); deverá possuir compensação de vazamento de gás no circuito e compensação automática de conformidade; os parâmetros de ventilação deverão ser no mínimo: faixa pediátrica 10–100 ml, resolução 5 ml; 100–300 ml, resolução 10 ml; para adultos: 100–1500 ml, resolução de até 25 ml; deverá possuir a pressão expiratória final positiva (peep) de 4 ~ 30 cmh2o (incrementos de 1 cmh2o); o desempenho do ventilador deverá possuir a pressão 280 kpa a 600 kpa e seus parâmetros de monitoramento no mínimo volume minuto 0 ~ 60 l/min e volume corrente 0 ~ 2500 ml, sendo pico de pressão das vias aéreas 0 ~ 100 cmh2o, peep 0 ~ 70 cmh2o, resistência (r) 0 ~ 200 cmh2o/(l/s) conformidade (c) 0 ~ 200 ml/ cmh2o, possuindo tendência de informações contínuas para os últimos 24 horas e registro de armazenamento de 500 eventos, primeiro a entrar, primeiro a sair; deverá possuir componente do ventilador com sensor de fluxo tipo orifício variável e localização de porta inspiratória e expiratória, sendo também o sensor de oxigênio tipo químico com precisão ±2,5% da leitura; a porta de comunicação deverá possuir usb ioioi rj-45 rs-232; vaporizador anestésico dvapor ou vaporizador anestésico penlon sigma delta; o módulo co de fluxo principal2 e módulo (masimo irma) deverá apresentar as características mínimas: modo de medição: convencional; numérico exibido: etco2, fico2; faixa de medição 0 ~ 99 mmhg; precisão +- (0,3 vol%+ 4% da leitura); tempo de resposta &lt;1 segundo; forma de onda / loop co2-tempo; etco2alarme alto 1~ 100cmh2o; a corrente lateral de co2 e módulo (masimo isa) deverá apresentar: modo de medição fluxo lateral; numérico exibido etco2, fico2; faixa de medição 0 ~ 99 mmhg; precisão 0 a 15 vol%: ±2 (0,2 vol%+2% da leitura) 15 a 25 vol%: não especificado; o módulo multigás (masimo irma) deverá possuir no mínimo os parâmetros: modo de medição convencional; monitorar gás co2, n2o, halotano, enflurano, isoflurano, sevoflurano, desflurano, mac; hora de aquecimento vazão 0~ 10 l/min; · 1,0 l/min ~ 10,0 l/min, precisão: ±10% da leitura; · 0,1/min ~ 1,0 l/min, precisão: ±0,5 l/min; o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.</p>			
19	<p>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA HEMODINÂMICA (COP0670)</p> <p>sistema de aquisição dinâmica digital de imagens para procedimentos de diagnóstico e intervenção nas aplicações cardíacas, vasculares, neurológicas. arco em c ou em g montado no chão com movimentos motorizados; projeções programáveis e com possibilidade de armazenar posição do arco, sid do detector, angulação do arco, formato de zoom e altura da mesa; velocidade de rotação de no mínimo 15 graus/s laorao; cobertura fluoroscópica do paciente em exames neurológicos e cardíacos sem a movimentação deste; projeções de no mínimo mais/menos 45graus cran/caud e mais/menos 100graus laorao; mesa de exames de tampo flutuante com deslocamento longitudinal mínimo de 100 cm deslocamento lateral aproximado mais/menos 13,5 cm e transversal mínimo de 25 cm; rotação de base mínima de mais/menos 90graus e suporte de peso de no mínimo 200 kg, mínimo 50kg adicionais para ressuscitação; deslocamento vertical motorizado; cobertura do paciente de no mínimo 120cm sem necessidade de reposicionamento do mesmo. capacidade de controle de todo o sistema através de console de comando ou ao lado da mesa. gerador de no mínimo 100 kw com seleção automática de foco e controlador de dose microprocessado; tubo de raios-x com rotação contínua de anodo em suspensão líquida ou outra tecnologia compatível com anodo giratório; capacidade de armazenamento de calor do anodo mínima de 2,0 mhu; tubo bifocal/trifocal, sendo: foco fino de no máximo 0,6 mm e foco grosso de no máximo 1,0 mm; possuir controle automático de exposição durante aquisição (controle do kv, ma e largura do pulso); inserção automática de filtros de cu para diminuição de radiação no paciente; sistema de controle automático de exposição a partir dos parâmetros da fluoroscopia; visando uma redução de radiação para o paciente e o médico, o sistema deve ter a capacidade de fazer colimação da imagem sem a emissão de raios-x; protocolos automáticos para compensação de movimento, redução de ruído, aprimoramento da imagem e pixel shift com controle automático de movimento. detector plano com diagonal de no mínimo 40 cm e resolução variando de acordo com fov, modo de aquisição e metodologia utilizada; fluoroscopia pulsada de</p>	MES	1	12

	<p>alta resolução com matriz 1024 x 1024 com frequências variando de 7,5 a 30 pulsos/s tamanho do pixel de no máximo 200 micrômetros; possuir suportes e monitores necessários na sala de controle para visualização de imagens ao vivo, pós processamento 3d; possuir pelo menos 03 taxas de aquisição com velocidade variável; possuir no mínimo 4 campos magnificação; suporte e monitores necessários na sala de controle para visualização de imagens ao vivo, pós processamento 3d e entrada de dados do paciente. sistema digital de alta resolução para aquisição e apresentação de imagens em matriz 1024 x 1024, velocidade de aquisição variável de no mínimo 1 a 7,5 f/s; subtração digital de no mínimo 1 a 7,5 f/s; aquisição cardíaca variando de 7,5 a 30 pulsos/s. roadmapping 2d; software de função ventricular manual ou automática; software para análise de posicionamento de stents em angioplastias cardíacas em tempo real ou recurso de fusão de imagem do vaso contrastado com vaso sem contraste, visando uma maior eficácia na liberação do stent; software para quantificação das coronárias; software para análise do ventrículo esquerdo; software para otimização da visualização de stents; software de quantificação vascular; software de reconstrução tridimensional de anatomias vasculares (3d-vascular). software de planejamento de troca da válvula aórtica. funcionalidades dicom: dicom query/retrieve, dicom print, dicom ris/worklist, dicom send, dicom storage. armazenamento e revisão de imagens fluoroscópicas, fluoroloop/fluorostore, de no mínimo 300 imagens fluoroscópicas. funções de deslocamento automático de pixel, roadmap, seleção de nova máscara, e programa para medidas de distâncias, estenoses com cálculo automático. hardware de alta performance com duplo processador ou superior, com no mínimo 4 gb de memória ram e 144 gb de hd; leitor/gravador de cd-r/dvd-r com visualizador nas mídias gravadas. deve constar os protocolos para redução de dose de radiação e aprimoramento da qualidade de imagem. capacidade de armazenamento de no mínimo 100.000 imagens em matriz de 1024x1024 online. sistema intercomunicador entre a sala de exame e a sala de controle; suporte de braços; apoio de braço unilateral; suporte para soro; suporte de cabeça; protetor radiológico de teto e saia. documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.</p>			
20	<p><b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA MAMOGRAFIA DIGITAL (COP0663)</b></p> <p>com detector integrado (dr) sem o uso de detector eletrônico do tipo flat panel (retrofit), tecnologia de conversão direta ou indireta de aquisição da imagem por um detector dr de silício amorfo ou selênio amorfo; movimentos isocêntricos de +/- 180°, altura ajustável: mínimo entre 650 mm e 1450 mm (tolerância +/- 10%); gerador de alta frequência microprocessado e integrado a unidade principal do mamógrafo; potência máxima de no mínimo de 6 kw; tubo de raios x com alvo rotativo de tungstênio (w), rotação acima de 3000 rpm, filtro de ródio (rh). capacidade de armazenamento térmico do anodo de no mínimo 300 khu. capacidade de armazenamento térmico do tubo de no mínimo 400 khu. taxa máxima de dissipação de calor do ânodo de no mínimo 60 khu/min. seleção de valores para kv de 20 kv ou menor a 35 kv ou maior, em passos de no máximo 0,5 kv; intervalo de mas entre 1 mas ou menor e 630 mas ou maior. distância foco filme de no mínimo 65 cm. dispositivo de compressão da mama motorizado e automático, com função de descompressão automática da mama após a exposição. janela de berílio, pontos focais de 0,3 mm e 0,1 mm, controle automático de exposição (modos de operação: automático, semiautomático e manual). área ativada do detector de 24 x 30cm; fator de grade mínimo de 5:1. colimação automática de acordo com o tamanho do compressor. possuir display com indicação em tempo real da força de compressão, espessura da mama e angulação; este equipamento deve possibilitar o exame de pacientes nas posições: em pé, sentada ou em decúbito. tamanho do pixel de no máximo 85 microns, profundidade do bit de no mínimo: 14 bits.</p>	MES	1	12

	<p>compressor 24x30 cm, compressor 18x24 cm (com capacidade de deslocamento lateral para as incidências mlo), compressor localizador de detalhe (spot), compressor multifuros para procedimentos de marcação pré cirúrgica, compressor axilar 10x24 cm ou equivalente e plataforma de magnificação com fator de 1,5 e 1,8 ou 1,5 e 2,0, compressor para magnificação campo aberto, compressor localizador de detalhe (spot) para magnificação, dispositivo de proteção facial, vidro plumbífero com 0,3mm pb (ou equivalente), dois pedais com dupla função, fantoma acr (american college of radiology) para acreditação com registro na anvisa e phantoms de pmma (polimetilmetacrilato) necessários para calibração do equipamento. estação de aquisição com monitor de 2 mega pixel, com teclado, monitor e computador compatíveis, com ferramentas de zoom e arrasto de imagem; ajuste manual de brilho e contraste, visualização em tamanho real (1:1 mm) ou ajustada à tela; medição de distância, anotação, ajuste automático de brilho e contraste; ferramenta de análise, possibilidade de visualização de imagem crua, posicionamento automático das imagens, display multiformato de 1, 1x2 e 2x2, funções sincronizadas para multi formato de zoom e/ou brilho/contraste; monitor de no mínimo 21 polegadas e capacidade de armazenamento de aproximadamente 3.000 imagens. suporte as funcionalidades: dicom, store, storage commitment, media storage (off -line media), query/retrieve, printing e modality worklist. as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. deve acompanhar nobreak compatível com mamógrafo. todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a resolução rdc nº 611, de 9/3/2022, e instrução normativa nº 92, de 27/05/2021. documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.</p>			
21	<p><b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0677)</b></p> <p>sistema de injeção inteligente para exames de ressonância magnética, equipado com duas seringas de capacidades de pelo menos 65 ml e 115 ml, com programação de até 60 protocolos contendo até 6 fases de injeção. o equipamento deve dispor de tela sensível ao toque intuitiva com indicação em tempo real do gráfico de pressão, estado da fase sequencial e volume de fluido, além de indicadores luminosos de volume. deve possuir funções de acoplamento, carregamento, preparação e retração automáticas, bem como mesa de descartáveis integrada para conveniência do operador. inclui calculadora da taxa de filtração glomerular estimada (tfge) e calculadora de dosagem baseada no peso, garantindo maior segurança nos protocolos individualizados. o sistema deve possibilitar armazenamento de protocolos para repetição futura, integração com pacs para registro dos dados da injeção e do paciente, além de permitir injeção de teste, função kvo (manter veia aberta) e lembretes configuráveis pós-injeção. a faixa de fluxo programável deve variar de 0,01 a 10 ml/s, com incrementos progressivos, e a faixa de pressão deve incluir predefinições entre 100 e 325 psi. a montagem deve ser em pedestal de chão com suporte para iv integrado, sendo compatível com opções de suporte de gancho único ou duplo e kit de montagem móvel. a alimentação elétrica deve ser de 100 a 240 v, 50/60 hz, com corrente de fuga inferior a 100 microamperes, garantindo segurança ao paciente e ao operador. o equipamento deve incluir manual de operação e treinamento para a equipe usuária. durante todo o período contratual, deve ser realizada manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais, estando excluídos os insumos de utilização.</p>	MES	1	12
22	<p><b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA HEMODINÂMICA (COP0678)</b></p> <p>injetor de contraste para angiografia, com taxa de fluxo fixa ajustável de 0,1 a 45,0 ml/s</p>	MES	1	12



	em incrementos de 0,1 ml/s e taxa variável de 1 a 10 ml/s em incrementos de 0,1 ml/s. possui ainda programação em ml/min, de 0,1 a 59,9 ml/m em incrementos de 0,1 ml/m. o equipamento deve permitir tempo de subida configurável de 0,0 a 9,9 segundos em incrementos de 0,1 s, bem como tempo de atraso ajustável de 0,0 a 99,9 segundos em incrementos de 0,1 s. deve possibilitar até 4 fases de injeção, com diferentes taxas de fluxo e volumes em uma única aplicação contínua. o volume de enchimento deve variar de 1 a 150 ml em incrementos de 1 ml, com seringa de 150 ml. a velocidade de enchimento é ajustável de 1 a 20 ml/s em incrementos de 1 ml/s. o limite de pressão deve ser ajustável de 100 a 1.200 psi em incrementos de 1 psi. o sistema deve dispor de memória para 39 protocolos (sendo 4 padrão e 35 armazenáveis) e memória de histórico de aproximadamente 50 injeções. o equipamento deve incluir manual de operação e treinamento para a equipe usuária. durante todo o período contratual, deve ser realizada manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais, estando excluídos os insumos de utilização.			
23	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO VENTILADOR PULMONAR (COP0675)  tipo: microprocessado; aplicação: uso pediátrico, adulto e obeso (até 250kg); tela mín: 12pol touchscreen; res. mín: 800x600; carro p/ transporte; conexão rs232 ou sup., mín: ip21; bateria interna: mín 60min; blender eletrônico; leitura de fluxo: distal ou proximal, interno ou externo; analisador de fio2 por sensor galvânico, paramagnético, ultrassônico ou sup.; controles ajustáveis; vol. corrente: 20-2000ml; pressão controlada range: 05-74cmh2o; freq ventilatória faixa:1- 100rpm; concentração o2: 21-100%; peep: 1-50cmh2o; tempo insp.: 0,3-5seg; sensibilidade insp. por fluxo, mín entre 0,5-2,0lpm; trigger de fluxo e/ou pressão; rampa ajuste de fluxo; pausa insp/expiratória; ciclagem pressão suporte: 10-60%; alarmes: sensor de fluxo; alta pressão vias aéreas, tempo apneia, vol minuto baixo, ventilador inoperante e/ou erro técnico, falha suprimento gases, falha alim. elétrica, baixo nível de bateria, alto e baixo fio2; nebulização incorporada ao equip.; p0.1; possuir mín.: curva pressão x tempo e fluxo x tempo; monitoração valores: pressão vias aéreas: pico, platô, peep e média; concentração insp. o2; rel. i:e; fr total; vol. minuto exp.; vol. corrente; complacência estática e dinâmica ou complacência e resistência pulmonar e medição de pimáx ou nif para avaliação de força muscular; registro de eventos: mín 72h; modos ventilatórios: vent. controlada acionada automaticamente em todos os modos espontâneos; a/c-vc vent. a/c à vol.; a/c-pc; simv(vc) c/ ps; simv(pc) c/ ps; prvc; simv(prvc) ps; aprv; psvc/ backup para apneia; cpap; vni-c/ compensação de vazamento; ventilação backup mín modos espontâneos; continuar ventilando paciente mesmo faltando um dos gases, em emergência, e alarmar indicando gás faltante; pressão alim. gases: 280kpa(2,8bar) a 600kpa(6bar); acessórios: 04 sensores de fluxo por categoria de paciente, 4 válvulas exalação, 04 diafragmas da válvula de exalação, 04 sens. de fluxo exp. p/ cada: ped./adulto, ou 02 cassetes expiratórios; umidificador aquecido microprocessado, jarra térmica autoclavável, braço articulado c/ suporte, pedestal c/ rodízios giratórios c/ trava, acessórios de nebulização, 10 circuitos autoclaváveis, sendo 05 pediátrico e 05 adulto; 04 filtros hme estéril; 04 filtros hepa; mangueiras conexão: 01 para oxigênio; 01 para ar-comprimido(se preciso); válvula reg pressão p/ rede: 01 p/ oxigênio e 01 p/ ar; alimentação ac: bivolt automático, 60hz; o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.	MES	5	60

\* Tratando-se de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos acima discriminados não obrigam a contratação pela administração pública, nos termos do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 7 da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

## 8. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 4, caput, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas, conforme art. 4, § 1º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

A opção pela metodologia acima - renovação dos quantitativos em razão da prorrogação da ata, a despeito de devidamente regulamentada pelo CINCOP-MT, justifica-se pelo fato de que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual<sup>11</sup> e, dessa forma, a estimativa feita para a ata de registro de preços é anual. Nesse contexto, sendo vantajosa a manutenção da ata, a prorrogação é adequada para administração, podendo prorrogar, por mais um ano, o quantitativo anual anteriormente previsto.

Além do mais, esta medida – prorrogação de ata com a consequente prorrogação dos quantitativos – impede que as atas de registro de preços sejam superestimadas visando a existência de saldo na sua prorrogação.

Essa temática vem sendo examinada pela doutrina, tendo Ronny Charles atingido à seguinte conclusão:

*“[...] Também parece inadequado defender que não seria possível renovar os quantitativos porque a prorrogação teria apenas como utilidade a conclusão do resíduo previsto na Ata. Ora, partindo do pressuposto que o planejamento foi sério e anual, o resíduo a ser contratado significaria apenas um pequeno percentual do previsto na ata de registro de preços. Se fosse para tratar a prorrogação da ata de maneira estrita, equiparando-a à continuidade de um contrato de escopo, não faria sentido o texto legal já definir que a prorrogação se daria por mais um ano, mesmo período da vigência inicial da ata de registro de preços, já que na prorrogação de um instrumento para a conclusão da execução (escopo) o período acrescido deve ser o estritamente necessário à conclusão do objeto (fornecimento).*

*Ao definir que prorrogação (renovação) da ata de registro de preços se dará pelo mesmo período original[4], o legislador parece ter indicado uma modelagem de renovação, similar à outrora admitida para os serviços continuados, nas prorrogações admitidas pelo inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.*

*Nessa linha de entendimento, a decisão administrativa de prorrogação da ata de registro de preços, que apenas deverá ocorrer quando o preço for vantajoso, permitirá a renovação do referido instrumento por mais um ano, admitindo a renovação de seus quantitativos. Exemplificando: se o planejamento da pretensão contratual identificou uma necessidade anual de 10.000 unidades, após o final da vigência ordinária de 01 ano, o instrumento poderia ser prorrogado por mais um ano, com a renovação do quantitativo, admitindo que no segundo ciclo de vigência (renovação) mais 10.000 unidades fossem contratadas pelo gerenciador e eventuais participantes.*

*Em suma, parece-nos que o legislador, ao se referir à prorrogação da Ata, optou pela possibilidade de renovação do instrumento, o que*

---

<sup>11</sup> Art. 40 da Lei Federal n. 14.133/21



*repercute na possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente previstos para o ciclo anual original (<https://ronnycharles.com.br/prorrogacao-da-ata-erenovacao-dos-quantitativos-fixados-na-licitacao/>, sem grifo no original).*

Em idêntico sentido dispõe o enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal: no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório.

Ademais, o PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, emitido pela Advocacia Geral da União é no sentido de que:

**“EMENTA:**

*I- Consulta, apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a respeito da possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços.*

*II- Fixação da interpretação do art. 84, da Lei nº 14.133/2021 (NLLC), e dos arts. 22 e 23, do Decreto nº 11.462, de 2023.*

*III- Conclusão pela possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, desde que: a) seja comprovado o preço vantajoso; b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação; d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.”.*

Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele da ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

## **9. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRODUTOS**

A especificação técnica dos serviços e produtos, em atendimento ao disposto no art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, encontra-se definida neste Termo de Referência e complementada pelas folhas de dados e **descrições técnicas constantes do Anexo II do TR**, que integram o presente documento para todos os fins legais e contratuais.

Os serviços e produtos objeto da contratação deverão atender integralmente aos requisitos de qualidade, desempenho, segurança, rastreabilidade e conformidade técnica estabelecidos pela ANVISA, Inmetro e ABNT, garantindo a eficiência, continuidade e confiabilidade da prestação de serviços públicos de saúde.

Todos os equipamentos médico-hospitalares locados deverão ser novos, de primeira linha, sem uso anterior, em linha de produção regular e com registro ativo na ANVISA, acompanhados de seus acessórios, softwares, manuais técnicos, certificados de calibração e documentação de conformidade.

A prestação dos serviços técnicos especializados abrangerá as etapas de instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico remoto e presencial 24h e gestão informatizada de ativos, conforme detalhamento a seguir.

### 9.1. SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

A presente licitação contempla a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de locação e operação integrada de equipamentos médico-hospitalares, com suporte técnico completo, abrangendo:

- Instalação e calibração técnica inicial de todos os equipamentos locados, observadas as normas da ANVISA (RDC nº 50/2002 e nº 665/2022), ABNT e Inmetro;
- Treinamento técnico-operacional dos servidores designados pelos municípios, abrangendo operação, segurança, conservação e primeiros procedimentos de manutenção;
- Manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças originais e execução por técnicos certificados;
- Substituição imediata de equipamentos em caso de falhas que comprometam o funcionamento por período superior a 48 horas;
- Suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com atendimento remoto e presencial conforme criticidade da ocorrência;
- Gestão informatizada de ocorrências e ativos, por meio de software próprio que permita o registro, acompanhamento e rastreamento das manutenções realizadas, com relatórios automáticos mensais;
- Calibração periódica e atualização de software dos equipamentos, conforme recomendações dos fabricantes e exigências da ANVISA;
- Emissão de relatórios técnicos de desempenho, disponibilidade e conformidade, incluindo indicadores de tempo médio de reparo (MTTR) e tempo médio entre falhas (MTBF);
- Assistência técnica in loco e supervisão contínua, garantindo disponibilidade operacional mínima de 98% (noventa e oito por cento) durante toda a vigência contratual.

A empresa contratada será responsável por toda a **logística de transporte, instalação, suporte técnico, substituição e retirada dos equipamentos** ao final do contrato, sem qualquer custo adicional aos municípios participantes.

### 9.2. EQUIPAMENTOS E PRODUTOS LOCADOS

Os equipamentos médico-hospitalares objeto da locação compõem o Lote Único descrito no Anexo II, que especifica individualmente 27 itens técnicos, entre os quais:

- Equipamentos de diagnóstico por imagem (raio X, ultrassonografia, tomografia, mamografia, ressonância magnética e densitometria óssea);

- Equipamentos de apoio cirúrgico e clínico (arcos cirúrgicos, ventiladores pulmonares, monitores multiparamétricos, eletrocardiógrafos, entre outros);
- Sistemas integrados de vídeo e endoscopia, com câmeras, fontes de luz, processadores e software de gerenciamento;
- Servidores, estações de trabalho e sistemas de arquivamento e comunicação de imagens (PACS/RIS), com interface DICOM e integração com sistemas hospitalares;
- Acessórios, insumos e periféricos indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabeamento, interfaces de rede, sistemas de proteção elétrica e climatização local.

Todos os equipamentos deverão atender às seguintes exigências técnicas mínimas:

- Registro ativo na ANVISA e certificação de conformidade no Inmetro;
- Conformidade com as normas da ABNT NBR IEC 60601 (Segurança Elétrica), NBR ISO 13485 (Gestão da Qualidade em Dispositivos Médicos) e RDC nº 665/2022;
- Documentação técnica completa, incluindo manuais de instalação, operação e manutenção;
- Certificado de calibração e garantia técnica durante todo o período contratual;
- Instalação e operação asseguradas por responsável técnico habilitado junto ao CREA/MT ou ao Conselho Regional competente;
- Compatibilidade plena com os sistemas de comunicação de dados e rede hospitalar dos municípios consorciados.

### **9.3. CONDIÇÕES GERAIS**

Todos os equipamentos e serviços deverão atender integralmente às normas técnicas, sanitárias e de segurança aplicáveis, assegurando:

- Rastreabilidade total dos equipamentos locados, com identificação por número de série e registro em sistema de controle informatizado;
- Segurança elétrica e de radiação, conforme normas da ABNT, Inmetro, Conmetro e ANVISA;
- Proteção ambiental e descarte sustentável de componentes, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Cumprimento das normas de segurança do trabalho e biossegurança, em especial NR-10, NR-12 e NR-32;
- Suporte técnico e manutenção documentados, com emissão de relatórios de conformidade e histórico de intervenções.

### **10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução adotada consiste na locação compartilhada de equipamentos médico-hospitalares de diagnóstico por imagem, com prestação de serviços integrados

de instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e gestão de ativos, visando à implantação, modernização e funcionamento contínuo dos Centros de Imagem Regionalizados nos municípios consorciados do CINCOP-MT.

A licitação será conduzida de forma centralizada pelo CINCOP-MT, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço global por lote e adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com vigência de 12 (doze) meses. O CINCOP-MT atuará como órgão gerenciador da ata, responsável pelo planejamento, condução e gestão do registro de preços, cabendo aos municípios participantes a formalização dos contratos decorrentes, conforme suas necessidades e disponibilidade orçamentária.

A solução foi estruturada em um único lote contendo 27 (vinte e sete) itens distintos, abrangendo equipamentos essenciais ao diagnóstico por imagem, como radiologia fixa e móvel (analógica e digital), mamografia, tomografia, ultrassonografia, ressonância magnética, hemodinâmica, arco cirúrgico, ventiladores pulmonares, densitometria óssea e vídeoendoscopia, entre outros.

O agrupamento dos 27 itens em lote único fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e de gestão, uma vez que todos os equipamentos integram um mesmo sistema de diagnóstico por imagem e infraestrutura tecnológica correlata, cuja operação demanda interoperabilidade, padronização de software e compatibilidade de manutenção e suporte técnico.

Essa modelagem permite ao CINCOP-MT:

- Assegurar padronização tecnológica e compatibilidade entre os equipamentos utilizados nos diferentes municípios consorciados, evitando fragmentação de soluções e incompatibilidade de sistemas;
- Garantir a integração operacional e a uniformidade nos protocolos de instalação, manutenção e suporte técnico;
- Ampliar a competitividade, atraindo fornecedores de maior porte e capacidade técnica, aptos a atender ao conjunto integrado de soluções exigidas;
- Obter ganhos de escala e redução significativa nos custos unitários, em razão do volume global licitado;
- Reduzir riscos contratuais e logísticos, centralizando a responsabilidade técnica e operacional em único fornecedor;
- Promover segurança jurídica e eficiência administrativa, conforme os arts. 5º, 18, 78 e 82 da Lei nº 14.133/2021 e as Resoluções CINCOP nº 001/2025 (SRP) e nº 002/2025 (Pregão Eletrônico);
- Garantir flexibilidade contratual, permitindo que cada município participante contrate os equipamentos e quantidades de que efetivamente necessitar, sem obrigatoriedade de adesão integral.

Dessa forma, a solução proposta locação integrada em lote único com 27 itens se mostra técnica, econômica e juridicamente vantajosa, pois assegura uniformidade tecnológica, racionalização de custos, eficiência administrativa e segurança jurídica, atendendo plenamente aos objetivos do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CINCOP-MT.

#### **10.1. DA AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A Lei Federal n. 14.133/2021 traz ainda em seu texto legal, como um de seus objetivos, a análise de solução/contratação mais vantajosa para compras públicas, de modo particular na fase preparatória do processo licitatório, considerando o ciclo de vida do objeto, conforme dispõem o art. 11, inciso I, e o art. 18, inciso VIII, ambos do referido texto legal:

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*

*I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;*

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*[...] VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;”.*

Reforça-se que a legislação licitatória traz que este tema é conteúdo a ser acrescido ao Estudo Técnico Preliminar, apresentando a descrição da solução como um todo:

*“Art. 18 [...]*

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

*[...] VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;”.*

E, conforme leciona Marçal Justen Filho<sup>12</sup> acerca da descrição da solução realizada no Estudo Técnico Preliminar, nela “não é cabível ignorar o ciclo de vida útil do objeto, nem as características que exijam providências complementares posteriores ao recebimento da prestação principal”.

Assim, para fins de definição das etapas exigidas para a análise do ciclo de vida do objeto, extrai-se do art. 34, § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, “entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida”, estão a “manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado”. Da mesma forma, ao dispor sobre a descrição da solução como um todo em seu art. 18, § 1º, inciso VII, a legislação incluiu as “exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso”.

Buscando uma integração da legislação licitatória com as demais normativas existentes, cumpre mencionar ainda que a Lei Federal n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 3º, inciso IV, define o ciclo de vida como a “série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final”. Por fim, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Consultoria-Geral da União, em sua 5ª edição, de agosto de 2022, busca realizar uma

<sup>12</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 357.



divisão mais objetiva do ciclo de vida, fazendo-a em quatro etapas essenciais: produção, distribuição, uso e disposição/destinação final.

Com fundamento nos pontos supracitados, observa-se que a descrição do ciclo de vida deve considerar tanto as características intrínsecas ao uso dos bens quanto as etapas que ocorrem desde a sua produção até a sua disposição final, com a análise, conforme a necessidade, do impacto ambiental em cada uma dessas etapas.

Para fins do presente processo licitatório, adotou-se como base a divisão feita pela Consultoria-Geral da União em seu Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, subsídio recentíssimo e que já considerou, em sua elaboração, tanto as disposições da legislação licitatória quanto aquelas da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Analisando, contudo, o singular destaque dado pela Lei Federal n. 14.133/2021 às questões relativas à manutenção do bem ao descrever o seu ciclo de vida (art. 18, § 1º, inciso VII, e art. 34, § 1º), optou-se por abordá-las em uma etapa à parte do uso, estando, assim, dividido o ciclo de vida em: produção, distribuição, uso, manutenção e disposição final.

- I. **Produção:** É a primeira fase do ciclo de vida de um objeto. Nessa etapa, são realizados todos os processos necessários para criar o produto, incluindo o seu planejamento, a obtenção de matérias-primas, a fabricação, a montagem e os testes.
- II. **Distribuição:** É a fase seguinte, na qual o produto é transportado e disponibilizado ao consumidor final. Essa etapa inclui o armazenamento, o transporte, a embalagem e a entrega do produto pelo fornecedor.
- III. **Uso:** É a fase principal, em que o consumidor utiliza o produto por um período ou o consome, se for o caso. Considera-se aqui a sua função, facilidade e instruções de uso, quem o utilizará, vida útil e segurança.
- IV. **Manutenção:** É a fase em que ocorrem as atividades de reparo, armazenagem, limpeza e conservação do produto para mantê-lo funcionando adequadamente e prolongar sua vida útil. Ocorre tanto por parte do usuário do produto, através das informações e suporte técnico a serem fornecidos pelo fabricante/fornecedor, quanto diretamente por este, ao realizar a assistência técnica, o conserto ou mesmo a substituição.
- V. **Disposição final:** É a última fase do ciclo de vida de um bem, que se refere à forma como o produto é descartado após o fim de sua vida útil. Deve dispor sobre as possibilidades para tal, os meios de realizá-las e os impactos ambientais de cada uma.

## 10.2. PRODUÇÃO

A fase de produção dos equipamentos médico-hospitalares envolve processos industriais de alta tecnologia, realizados por fabricantes nacionais e internacionais certificados junto à ANVISA e em conformidade com normas ISO aplicáveis à qualidade, segurança e gestão ambiental.

Nessa etapa, compreendem-se:



- a) Desenvolvimento e fabricação de equipamentos de diagnóstico por imagem (radiologia, tomografia, ultrassom, mamografia, ressonância etc.), utilizando matérias-primas de precisão, componentes eletrônicos e softwares de controle;
- b) Certificação de conformidade técnica, com emissão de registro ANVISA e relatórios de desempenho e segurança elétrica conforme padrões IEC e Inmetro;
- c) Adoção de práticas sustentáveis no processo produtivo, privilegiando insumos recicláveis, eficiência energética e redução de resíduos industriais;
- d) Rastreabilidade completa dos componentes e softwares embarcados, assegurando controle de origem e garantia de qualidade.

Os fornecedores a serem contratados deverão comprovar conformidade regulatória e certificações ISO 9001 (gestão da qualidade), 14001 (ambiental), 45001 (segurança ocupacional) e 37001 (antissuborno), assegurando padrões internacionais de produção e integridade.

### **10.3. DISTRIBUIÇÃO**

A fase de distribuição compreende o transporte, armazenamento e instalação dos equipamentos nos municípios consorciados, observando rigorosos padrões de segurança, rastreabilidade e controle técnico.

Deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Transporte especializado, com seguro total e monitoramento de temperatura e vibração, conforme especificações do fabricante;
- b) Embalagem técnica e identificação individualizada de cada equipamento, assegurando a integridade física e funcional até o local de instalação;
- c) Entrega técnica assistida, com participação de engenheiro clínico ou técnico credenciado, garantindo a correta instalação e funcionamento;
- d) Treinamento operacional inicial para os profissionais de saúde e técnicos municipais;
- e) Registro e documentação completa da entrega, incluindo manuais, certificados de calibração, termo de recebimento provisório e garantia de funcionamento.

O fornecedor será responsável integralmente pela logística de entrega, instalação e comissionamento dos equipamentos, sem custos adicionais aos municípios.

### **10.4. USO**

A fase de uso abrange o período de operação dos equipamentos locados nas unidades de saúde municipais, sob gestão direta dos entes consorciados.

Os principais aspectos desta etapa são:

- a) Utilização contínua em ambiente hospitalar, ambulatorial e de diagnóstico, com jornadas de operação superiores a 8h diárias;
- b) Eficiência energética e ergonomia operacional, com interface intuitiva e baixo consumo de insumos;
- c) Compatibilidade tecnológica entre os diversos equipamentos instalados, permitindo integração via sistemas PACS e RIS;
- d) Segurança do paciente, assegurada por sistemas de autodiagnóstico, calibração e alarmes técnicos;
- e) Suporte técnico remoto, disponível 24 horas, garantindo intervenções rápidas e minimizando a indisponibilidade de serviços;
- f) Gestão informatizada dos ativos, com software que registre o histórico de manutenção, tempo de uso, falhas e desempenho de cada equipamento.

A escolha do modelo de locação com manutenção inclusa elimina os custos de depreciação e obsolescência tecnológica, proporcionando maior vantajosidade de ciclo de vida para a Administração Pública.

#### **10.5. MANUTENÇÃO**

A manutenção preventiva e corretiva constitui etapa crítica do ciclo de vida dos equipamentos médico-hospitalares e está integralmente inserida no escopo contratual.

O contratado deverá garantir:

- a) Manutenção preventiva periódica, conforme cronograma recomendado pelo fabricante;
- b) Manutenção corretiva imediata, com atendimento presencial em até 48 horas e substituição do equipamento em caso de falha irreparável;
- c) Fornecimento de peças originais e insumos certificados;
- d) Disponibilidade de equipe técnica qualificada e certificada, com abrangência nacional;
- e) Treinamento técnico contínuo aos operadores municipais;
- f) Emissão de relatórios técnicos periódicos e registros de todas as intervenções, integrados ao sistema de gestão do CINCOP-MT.

A manutenção inclusa na locação é o principal fator de eficiência de ciclo de vida, pois transfere ao fornecedor a responsabilidade pela conservação, atualização e funcionamento pleno do equipamento, reduzindo riscos e custos futuros à Administração.

#### **10.6. DISPOSIÇÃO FINAL**

Ao término da vigência contratual, a disposição final dos equipamentos é de responsabilidade da contratada, devendo observar as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e as diretrizes da ANVISA e ABNT para descarte de equipamentos eletroeletrônicos e materiais hospitalares.

Essa etapa inclui:

- a) Retirada segura dos equipamentos e transporte para destinação adequada;
- b) Reaproveitamento ou reciclagem de componentes passíveis de reutilização, conforme orientações do fabricante;
- c) Descarte ambientalmente correto dos resíduos gerados (peças, metais, circuitos, baterias e periféricos), mediante comprovação por certificado de destinação final emitido por empresa licenciada;
- d) Cumprimento integral das exigências ambientais e sanitárias durante a desmobilização;
- e) Emissão de relatório técnico final, documentando o destino dos equipamentos e insumos.

A gestão responsável do fim de ciclo assegura sustentabilidade ambiental, transparência administrativa e responsabilidade social, em consonância com o art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da contratação pública sustentável.

A análise do ciclo de vida demonstra que a organização em um único lote especializado otimiza cada etapa do processo, desde a produção até a disposição final, garantindo economicidade, sustentabilidade e adequação pedagógica, em plena conformidade com o art. 11, I e art. 18, VIII da Lei 14.133/2021.

## **11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nas folhas de dados presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.

É necessário manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCOP-MT.

Os equipamentos médico-hospitalares objeto desta licitação, deverão ser novos, de primeira linha, sem uso anterior, em linha de produção regular e com registro vigente na ANVISA, vedada a entrega de produtos descontinuados, recondicionados ou fora de linha.

Os bens deverão ser entregues com todos os acessórios, cabos, sensores, componentes e softwares necessários à sua plena instalação e funcionamento, acompanhados de manuais técnicos atualizados, guias de operação, certificados de calibração e documentação regulatória completa.

A presente contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), com vigência de 12 (doze) meses, observando-se integralmente a legislação aplicável, o Estatuto do CINCOP-MT.

### **8.1. Requisitos Técnicos**

- Fornecimento de equipamentos médico-hospitalares novos, completos e operacionais, conforme especificações técnicas do Termo de Referência (27 itens), incluindo sistemas de radiologia, tomografia, mamografia, ultrassonografia, ressonância magnética, arco cirúrgico, hemodinâmica, densitometria óssea e vídeoendoscopia;
- Todos os equipamentos deverão possuir registro ativo na ANVISA e certificações de conformidade junto ao Inmetro, conforme as normas aplicáveis da ABNT e da IEC;
- Garantia de compatibilidade técnica e integração entre os equipamentos, com fornecimento de software de gestão de imagens (PACS/RIS) e conectividade com sistemas hospitalares (DICOM e HL7);
- Utilização de materiais e componentes de alta durabilidade, com garantia de segurança elétrica, mecânica e de radiação, conforme normas NR-32, NR-10 e RDC nº 50/2002 da ANVISA;
- Fornecimento de todas as licenças de software necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos durante todo o período contratual, sem ônus adicional;
- Realização de instalação, calibração e testes de aceitação técnica em cada local de implantação, sob acompanhamento do responsável técnico designado pelo município consorciado;
- Treinamento técnico-operacional aos profissionais de saúde e servidores municipais, abrangendo operação, conservação e primeiros procedimentos de manutenção.

### **8.2. Requisitos de Suporte e Manutenção**

- Prestação de suporte técnico integral durante todo o período de vigência contratual, incluindo manutenção preventiva, corretiva e preditiva;
- Atendimento técnico remoto e presencial, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com tempo máximo de resposta definido no contrato;
- Substituição imediata do equipamento em caso de falha que inviabilize o uso por período superior a 48 horas, sem ônus adicional;
- Utilização exclusiva de peças originais e certificadas pelo fabricante;
- Disponibilização de centros de assistência técnica autorizada no Estado de Mato Grosso ou em municípios próximos às unidades consorciadas;
- Emissão de relatórios técnicos mensais sobre o desempenho, manutenções realizadas e tempo de indisponibilidade de cada equipamento;

- Atualização periódica de software e calibrações de precisão, conforme recomendações dos fabricantes e exigências da ANVISA;
- Inclusão de gestão informatizada de ativos, com sistema de registro de chamados, controle de ordens de serviço e rastreabilidade das intervenções.

### **8.3. Requisitos Legais e Administrativos**

- A contratação será formalizada via Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, podendo gerar contratações específicas pelos municípios participantes;
- Os fornecedores deverão manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual, conforme art. 69, §1º da Lei nº 14.133/2021;
- O pagamento será efetuado mediante comprovação da instalação, operação e atesto técnico dos equipamentos, acompanhado de nota fiscal e relatório de conformidade;
- Deverá ser garantida rastreabilidade completa dos equipamentos locados e serviços executados, com controle centralizado pelo Sistema de Gestão de Execução Contratual do CINCOP-MT;
- O contratado deverá observar todas as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis, inclusive RDC nº 50/2002 (infraestrutura física) e RDC nº 665/2022 (equipamentos médico-hospitalares);
- O transporte, a instalação e a manutenção deverão ser realizados de forma segura e certificada, com seguro total da carga e do equipamento até o recebimento definitivo;
- A empresa contratada deverá manter responsável técnico habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/MT) ou no Conselho Regional de Física (CRFis), conforme o tipo de equipamento.

### **8.4. Requisitos Operacionais**

- Entrega, instalação e operação assistida dos equipamentos nos endereços indicados pelos municípios consorciados, com agendamento prévio;
- Realização de vistoria técnica e teste de funcionamento conjunto no ato do recebimento, com emissão de Termo de Aceitação Técnica Provisória e Definitiva;
- Atendimento aos padrões de desempenho e segurança elétrica, radiológica e ambiental definidos pela ANVISA, Inmetro e ABNT;
- Cumprimento integral das normas de biossegurança, ergonomia e segurança ocupacional durante o transporte, instalação e operação dos equipamentos;
- Disponibilização de treinamento prático e teórico para os usuários designados pelos municípios, ministrado por instrutores técnicos certificados;



- Implementação de software de monitoramento e gestão remota, que permita o acompanhamento do desempenho e o controle do parque instalado em tempo real;
- Manutenção da disponibilidade operacional mínima de 98% dos equipamentos durante todo o período contratual, sob pena de aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

## 12. ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

Sabe-se que “a Administração Pública, ao especificar os objetos das licitações e dos contratos administrativos, deve fazê-lo em consonância às normas da ABNT. Não há espaço de discricionariedade para recusar as normas da ABNT, ainda que, eventualmente, se entenda que elas são desnecessárias ou restritivas à competição”.<sup>13</sup> Para além delas, as normas técnicas de outras entidades também devem ser observadas, conforme dispõe o art. 39, inciso VIII, do CDC:

*“Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:*

*[...]*

*VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);”.*

Assim, os equipamentos médico-hospitalares objeto desta licitação deverão obrigatoriamente atender às normas, certificações e regulamentos técnicos emitidos pelos órgãos nacionais e internacionais de padronização, garantindo segurança, desempenho, confiabilidade, rastreabilidade e sustentabilidade ambiental.

Nos termos do art. 40, §2º, II, da Lei nº 14.133/2021, cabe ao edital de licitação definir critérios objetivos de aceitação dos bens, devendo contemplar parâmetros de qualidade, desempenho, segurança e conformidade regulatória. Nesse contexto, as referências a normas da ABNT, ANVISA, Inmetro, ISO e IEC não configuram restrição à competitividade, mas sim garantia da vantajosidade e legalidade da contratação pública.

### 12.1.1. Normas e Certificações Obrigatórias Aplicáveis ao Objeto

Órgão/Norma Técnica	Descrição / Aplicação
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Todos os equipamentos deverão possuir registro ou cadastro ativo junto à ANVISA, conforme Resolução RDC nº 665/2022 e RDC nº 751/2022, que dispõem sobre a classificação e regularização de dispositivos médicos no Brasil.
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Exigência de Certificação de Conformidade Compulsória, conforme Portaria Inmetro nº 54/2016 (equipamentos eletromédicos) e Portaria Inmetro nº 168/2021, garantindo segurança elétrica e compatibilidade eletromagnética.
ABNT NBR IEC 60601 (série)	Conjunto de normas obrigatórias que tratam da segurança básica e desempenho essencial de equipamentos eletromédicos, aplicável a todos os dispositivos de diagnóstico e suporte hospitalar (raio-X, tomógrafos, monitores, ventiladores, etc.).

<sup>13</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 434.

ABNT NBR ISO 13485:2018 – Sistemas de Gestão da Qualidade para Produtos para a Saúde	Exige que o fabricante e/ou fornecedor adotem sistema de gestão da qualidade específico para dispositivos médicos, assegurando rastreabilidade e controle de processos produtivos.
ABNT NBR ISO 9001:2015 – Gestão da Qualidade	Requisito mínimo de certificação do fornecedor, comprovando processos de fabricação e serviços sob controle e padronização de qualidade.
ABNT NBR ISO 14001:2015 – Gestão Ambiental	Requisito para fabricantes e fornecedores que visam demonstrar comprometimento ambiental e conformidade com a Política Nacional de Meio Ambiente.
ABNT NBR ISO 14971:2020 – Gestão de Riscos de Produtos para a Saúde	Estabelece o processo de identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos associados ao uso de dispositivos médicos.
IEC 62304:2015 – Software de Dispositivos Médicos	Exigida para todos os equipamentos que utilizam software embarcado, assegurando o controle de riscos cibernéticos e de falhas funcionais.
RDC nº 50/2002 – ANVISA	Define os requisitos mínimos de infraestrutura física e instalação de equipamentos médico-hospitalares, devendo ser observada na montagem e operação dos Centros de Imagem Regionalizados.
NR-10 e NR-32 – Normas Regulamentadoras do MTE	Determinam as condições de segurança elétrica e biossegurança nas instalações de saúde, devendo ser atendidas integralmente pelo fornecedor.
CONMETRO / Portarias Complementares	Determinam o escopo de produtos com certificação compulsória, incluindo equipamentos de diagnóstico por imagem e suporte à vida, vedada a comercialização de itens sem selo de conformidade.
ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022 – Segurança da Informação	Recomendável para fornecedores que operem sistemas informatizados de gestão de imagens (PACS/RIS), garantindo proteção de dados sensíveis de pacientes.

### 12.1.2. Justificativa Técnica e Jurídica

A adoção das normas acima é imperativa para assegurar a legalidade, a segurança técnica e a confiabilidade clínica dos equipamentos, visto que:

- A certificação compulsória do Inmetro e o registro na ANVISA são condições legais para a comercialização e uso de equipamentos médico-hospitalares no território nacional (Lei nº 6.360/1976 e RDC nº 665/2022);
- As normas da ABNT e padrões ISO/IEC garantem segurança, desempenho e interoperabilidade, prevenindo falhas que possam comprometer diagnósticos e a integridade dos pacientes;
- As certificações ISO 9001 e 13485 asseguram rastreabilidade e gestão de qualidade controlada, reduzindo riscos de falhas operacionais e aumentando a confiabilidade da solução contratada;
- A ISO 14001 e as diretrizes ambientais complementares garantem conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), em especial no descarte e na destinação de componentes eletrônicos;
- A referência a essas normas não restringe a competição, mas assegura isonomia entre fornecedores qualificados, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e sustentabilidade previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

### 12.1.3. Conclusão

Portanto, o atendimento integral às normas técnicas e certificações obrigatórias constitui condição indispensável de habilitação e conformidade nesta contratação.

A exigência desses parâmetros não se trata de restrição competitiva, mas sim de garantia de qualidade, segurança e regularidade regulatória, assegurando que o CINCOP-MT e os municípios consorciados recebam equipamentos médico-hospitalares com desempenho comprovado, conformidade legal e segurança operacional, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, à legislação sanitária nacional e aos princípios constitucionais da eficiência e legalidade administrativa.

## **12.2. ENTREGA, INSTALAÇÃO E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação dos serviços de locação de equipamentos médico-hospitalares, objeto deste certame, compreenderá as etapas de entrega, instalação, configuração, calibração, testes de desempenho e início da operação assistida, conforme as especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

O prazo máximo para entrega, instalação e início do funcionamento dos equipamentos será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Execução (AE) emitida eletronicamente pelo órgão participante.

A execução ocorrerá de forma descentralizada, abrangendo o Estado de Mato Grosso e os municípios consorciados ao CINCOP-MT, observando-se o cronograma de implantação e as particularidades logísticas de cada localidade.

A contratada será integralmente responsável pelo transporte, seguro total, instalação e configuração dos equipamentos, bem como por garantir o seu pleno funcionamento técnico e operacional desde a entrega até o encerramento contratual.

Durante o processo de implantação, a contratada deverá:

- Realizar testes de aceitação e calibração técnica de todos os equipamentos, com emissão de laudo e relatório de conformidade;
- Disponibilizar treinamento técnico-operacional aos servidores designados pelos municípios, abrangendo uso, segurança, conservação e procedimentos de rotina;
- Entregar todos os manuais de operação, certificados de conformidade, laudos de calibração, licenças de software e relatórios de instalação devidamente assinados pelos responsáveis técnicos.

Como requisito de gestão contratual, a contratada deverá disponibilizar um sistema informatizado ou software próprio que permita:

- Registro eletrônico de ocorrências técnicas e chamados de manutenção (preventiva, corretiva ou emergencial);
- Acompanhamento em tempo real do status de atendimento;
- Comunicação direta entre o município contratante e a contratada, de forma rastreável, transparente e segura;
- Geração de relatórios mensais automatizados, contendo histórico de atendimentos, tempo de resposta, substituições realizadas e disponibilidade dos equipamentos.

O recebimento provisório e definitivo dos equipamentos e da prestação inicial dos serviços será realizado exclusivamente por cada ente consorciado

contratante, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os seguintes procedimentos:

- **Recebimento Provisório:** efetuado por servidor designado pelo município participante, responsável pela verificação preliminar do estado físico, funcionamento, instalação e documentação técnica;
- **Recebimento Definitivo:** formalizado após o período de testes e comprovação do desempenho satisfatório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, subscrito pela autoridade competente do ente contratante.

Caberá a cada município comunicar diretamente à contratada, por meio do sistema eletrônico disponibilizado, eventuais falhas, irregularidades ou não conformidades observadas durante a execução contratual.

O CINCOP-MT atuará apenas como órgão gerenciador do registro de preços, sem participação direta na fase de recebimento, fiscalização técnica ou operacional, funções que são de responsabilidade exclusiva dos entes que aderirem à contratação.

### **12.3. GARANTIA DO OBJETO E GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Em observância ao disposto nos arts. 121 e 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação prevê duas modalidades distintas de garantia:

- 1) garantia técnica do objeto locado, referente ao desempenho, funcionamento e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares; e
- 2) garantia de execução contratual, destinada a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

#### **12.3.1. Garantia Técnica do Objeto**

A contratada deverá assegurar a garantia integral de funcionamento, desempenho e segurança de todos os equipamentos médico-hospitalares locados durante todo o período de vigência contratual.

Essa garantia compreende:

- **Manutenção preventiva e corretiva** de todos os equipamentos, conforme plano técnico aprovado e cronograma definido;
- **Substituição imediata**, sem ônus adicional, de qualquer equipamento que apresente falha técnica, defeito de fabricação ou desempenho inferior às especificações do edital e do Termo de Referência;
- **Fornecimento de peças, componentes e acessórios originais**, com comprovação de procedência e certificação ANVISA e Inmetro;
- **Atualização de software e calibração periódica**, conforme recomendação do fabricante e normas técnicas aplicáveis;

- **Garantia de disponibilidade operacional mínima de 98%** (noventa e oito por cento) do parque locado, considerando o total de horas mensais de uso;
- **Atendimento técnico remoto e presencial 24 horas por dia, 7 dias por semana**, com prazos máximos de resposta definidos contratualmente (atendimento emergencial em até 24h e substituição em até 48h).

Durante o período de garantia, todos os custos decorrentes de manutenção, transporte, substituição, calibração e suporte técnico correrão por conta exclusiva da contratada.

A inobservância dessas obrigações configurará descumprimento contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

### **12.3.2. Garantia de Execução Contratual**

Como condição para a assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá prestar **garantia de execução contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, nos termos do art. 96, inciso II, e art. 137, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, com o objetivo de resguardar a Administração Pública contra riscos de inadimplemento, falhas técnicas ou interrupções na prestação do serviço.

A garantia poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, conforme art. 96, I e II da Lei nº 14.133/2021;
- Seguro-garantia, emitido por instituição seguradora devidamente autorizada pela SUSEP;
- Fiança bancária, emitida por instituição financeira com operação regular no Brasil.

A garantia de execução deverá permanecer válida por todo o período de vigência contratual, sendo renovada automaticamente em caso de prorrogação do contrato.

Poderá ser utilizada para:

- Cobrir prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, descumprimento de prazos, mau funcionamento dos equipamentos, ou danos causados à Administração Pública;
- Compensar valores de multas e penalidades aplicadas;
- Assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias durante a execução do contrato.

A liberação da garantia ocorrerá somente após o encerramento definitivo do contrato, mediante comprovação de:

- Regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada;
- Emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo ente contratante;



- Quitação de eventuais pendências técnicas, financeiras ou administrativas.

### **12.3.3. Fundamentação Legal e Razoabilidade da Garantia**

A fixação do percentual de **5% (cinco por cento)** atende ao princípio da **proporcionalidade e razoabilidade**, considerando:

- O elevado valor agregado e complexidade técnica dos equipamentos médico-hospitalares;
- O risco operacional contínuo envolvido na locação, manutenção e suporte técnico 24h;
- A necessidade de assegurar a continuidade do serviço público essencial de saúde, evitando prejuízos aos municípios consorciados;
- A prática consolidada em contratações semelhantes realizadas por órgãos públicos e consórcios intermunicipais.

Essa exigência não representa restrição à competitividade, mas instrumento de proteção do interesse público, compatível com os princípios da segurança jurídica, eficiência e economicidade, conforme o art. 5º, inciso IV, e art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

## **13. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA CERTIFICAÇÕES, LAUDOS, EXAME DE CONFORMIDADE E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a natureza altamente técnica e regulada dos equipamentos médico-hospitalares, as marcas e/ou modelos de referência indicados neste Termo de Referência têm caráter exclusivamente exemplificativo, sendo utilizados como parâmetro mínimo de qualidade e desempenho esperado.

A indicação de marcas e modelos visa garantir padronização técnica, compatibilidade tecnológica e segurança operacional, bem como assegurar isonomia entre os licitantes e clareza na formulação das propostas.

Será admitida a oferta de equipamentos equivalentes ou de qualidade técnica igual ou superior, desde que o licitante comprove documentalmente, por meio de catálogos técnicos, certificações, laudos e relatórios de ensaio, que os produtos atendem integralmente às especificações e padrões de desempenho definidos neste Termo de Referência.

### **13.1. CERTIFICAÇÕES E REGISTROS OBRIGATÓRIOS**

Todos os equipamentos e sistemas ofertados deverão possuir, no mínimo:

- Registro ativo junto à ANVISA, conforme a RDC nº 665/2022 e demais normas aplicáveis;

- Certificação de conformidade do Inmetro ou de organismo acreditado pelo Conmetro;
- Certificados de calibração emitidos por laboratórios acreditados pela RBC/INMETRO;
- Declarações de conformidade com as normas:
  - **ABNT NBR IEC 60601** – Segurança elétrica de equipamentos eletromédicos;
  - **ABNT NBR ISO 13485** – Sistemas de gestão da qualidade para dispositivos médicos;
  - **ABNT NBR ISO 14971** – Gestão de riscos de dispositivos médicos;
  - **ABNT NBR ISO 9001** – Gestão da qualidade;
  - **ABNT NBR ISO 14001** – Gestão ambiental;
  - **ABNT NBR ISO 45001** – Gestão de saúde e segurança ocupacional;
  - **ABNT NBR ISO 37001** – Sistema de gestão antissuborno.

Os softwares embarcados e de gestão de imagem deverão possuir licença válida, suporte técnico e atualizações automáticas, em conformidade com a RDC nº 657/2022 (Segurança cibernética em dispositivos médicos).

### **13.2. LAUDOS E EXAMES DE CONFORMIDADE**

Deverá ser apresentada comprovação técnica da conformidade dos equipamentos por meio de laudos ou relatórios de ensaio emitidos por laboratório acreditado pelo Inmetro ou por organismo internacional reconhecido.

Os laudos deverão conter:

- Identificação completa do equipamento e fabricante;
- Ensaios realizados e respectivas normas de referência;
- Resultados obtidos e parecer conclusivo;
- Identificação do responsável técnico e do laboratório emissor.

### **13.3. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

A licitante deverá comprovar experiência prévia compatível com o objeto mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a locação, instalação e manutenção de equipamentos médico-hospitalares de médio e alto porte, bem como assistência técnica especializada e suporte 24h.

Além disso, deverão ser atendidos os seguintes requisitos obrigatórios:

#### **13.3.1. Registro Sanitário e Habilitação Técnica**

- A empresa licitante deverá apresentar registro ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com habilitação específica para o serviço a ser executado, em conformidade com o art. 4º da Portaria nº 2.567/2016 do Ministério da Saúde, em plena validade.

#### **13.3.2. Registro no Conselho Profissional**

- A licitante e seu responsável técnico deverão possuir registro ou inscrição ativa no CREA, comprovando a presença de engenheiro ou técnico especializado na área médica-hospitalar, com atribuições compatíveis ao objeto.

#### **13.3.3. Composição do Quadro Técnico Permanente**

- A empresa deverá comprovar possuir, em seu **quadro permanente**, profissional de nível superior ou técnico reconhecido pelo respectivo conselho de classe competente.
  - Considera-se integrante do quadro permanente:
    - I. **Empregado com vínculo formal**, comprovado por cópia da ficha ou livro de registro de empregado, CTPS, ou contrato de prestação de serviços;
    - II. **Sócio da empresa**, comprovado por **contrato social vigente** devidamente registrado.

#### **13.3.4. Responsabilidade Médica**

- A licitante deverá apresentar comprovante de inscrição de médico especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição correspondente, demonstrando atuação compatível com o objeto da contratação.
- A comprovação da responsabilidade técnica médica será avaliada mediante o registro do profissional no CNES da empresa licitante.

#### **13.3.5. Certificações de Sistema de Gestão**

- A empresa deverá apresentar, em nome próprio, as seguintes certificações válidas e emitidas por organismos acreditados:
  - ISO 9001:2015 – Gestão da Qualidade;
  - ISO 14001:2015 – Gestão Ambiental;
  - ISO 45001:2018 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;
  - ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno.

#### **13.3.6. ART ou RRT**

- Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), emitidos por profissional habilitado junto ao CREA/CAU, conforme a natureza da atividade.

#### **13.4. JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DOS REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA E CERTIFICAÇÕES**

A exigência dos requisitos técnicos e gerenciais previstos nos subitens 13.3.1 a 13.3.6 — que incluem registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), inscrição no CREA e CRM, composição de quadro técnico permanente, responsabilidade técnica formalmente registrada e certificações ISO de gestão e conformidade — fundamenta-se na complexidade, sensibilidade e risco inerente ao objeto licitado, que envolve a locação, instalação, operação e manutenção de equipamentos médico-hospitalares utilizados diretamente na prestação de serviços públicos essenciais de saúde.

Essas exigências visam garantir que a empresa contratada possua capacidade técnica, estrutura organizacional, respaldo regulatório e maturidade institucional compatíveis com a natureza crítica da atividade, assegurando a confiabilidade operacional dos equipamentos, a segurança dos pacientes e a rastreabilidade dos serviços prestados.

##### **13.4.1. Registro no CNES (Subitem 13.3.1)**

O registro ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, previsto no art. 4º da Portaria nº 2.567/2016 do Ministério da Saúde, comprova que a empresa licitante encontra-se regularmente habilitada junto ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e ao SUS para desempenhar atividades técnicas de saúde.

Tal exigência é imprescindível em contratações que envolvem equipamentos médicos utilizados em diagnósticos e terapias, garantindo que a contratada atue sob regulação sanitária federal e possua infraestrutura e responsabilidade técnica reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

##### **13.4.2. Registro no CREA e Profissional Responsável (Subitens 13.3.2 e 13.3.3)**

A obrigatoriedade de registro da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com comprovação de profissional habilitado de nível técnico ou superior, assegura que todas as atividades de instalação, manutenção e calibração dos equipamentos sejam conduzidas por profissionais legalmente habilitados, conforme os arts. 59 e 60 da Lei nº 5.194/1966.

Essa exigência previne falhas técnicas, reduz riscos elétricos e mecânicos e garante conformidade com as normas de segurança da ABNT (como a NBR IEC

60601) e as Normas Regulamentadoras NR-10 e NR-12, além de estar plenamente alinhada aos princípios de segurança e qualidade da assistência em saúde estabelecidos pela RDC nº 665/2022 da ANVISA.

#### **13.4.3. Quadro Técnico Permanente (Subitem 13.3.3 e 13.3.4)**

A comprovação de que a licitante mantém profissionais de nível técnico ou superior em seu quadro permanente, seja por vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços contínuos ou vínculo societário, constitui garantia de disponibilidade técnica e continuidade operacional durante toda a execução contratual.

A exigência fundamenta-se no art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a avaliação da capacidade técnico-operacional dos licitantes, e visa assegurar que a empresa possua equipe própria, qualificada e comprometida com o desempenho das atividades contratadas, evitando a dependência de terceiros não vinculados e mitigando riscos de interrupção do serviço.

#### **13.4.4. Responsabilidade Técnica Médica e Registro no CRM (Subitens 13.3.4 e 13.3.5)**

A exigência de médico radiologista responsável técnico, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) e vinculação ao CNES da empresa, é requisito de natureza sanitária, ética e legal, derivado da Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico) e das resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Tais profissionais são indispensáveis para supervisionar o uso de equipamentos emissores de radiação e dispositivos de diagnóstico por imagem, garantindo a observância das normas de biossegurança, radioproteção e qualidade diagnóstica.

Essa exigência não é discricionária, mas condição legal obrigatória para funcionamento de estabelecimentos e serviços de diagnóstico por imagem, conforme regulamentação da ANVISA e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

#### **13.4.5. Certificações de Sistema de Gestão (Subitem 13.3.6)**

A solicitação das certificações ISO 9001:2015 (Gestão da Qualidade), ISO 14001:2015 (Gestão Ambiental), ISO 45001:2018 (Saúde e Segurança Ocupacional) e ISO 37001:2017 (Gestão Antissuborno) encontra amparo direto nos arts. 11, I; 18, VIII; 25 e 169 da Lei nº 14.133/2021, que determinam à Administração a busca da contratação mais vantajosa, considerando qualidade, sustentabilidade, integridade e governança.

Essas certificações atestam que a empresa adota processos de gestão documentados, controlados e auditáveis, promovendo:

- Padrões de qualidade e rastreabilidade dos serviços prestados (ISO 9001);



- Responsabilidade ambiental e descarte sustentável de resíduos (ISO 14001);
- Segurança ocupacional de técnicos e engenheiros de campo (ISO 45001);
- Prevenção de práticas ilícitas e de suborno em contratações públicas (ISO 37001).

Sua exigência é considerada boa prática de governança e compliance público, conforme reconhecido pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos TCU nº 1.214/2022 – Plenário e nº 2.707/2021 – Plenário), que validam a adoção de certificações ISO como critério de qualificação técnica voltado à mitigação de riscos e à integridade contratual.

#### **13.4.6. Fundamentação Final**

A conjunção de todos esses requisitos (13.3.1 a 13.3.6) visa garantir que a contratada:

- Atue dentro dos parâmetros legais e sanitários exigidos pelo Ministério da Saúde e pela ANVISA;
- Possua estrutura técnica própria e equipe qualificada permanentemente disponível;
- Adote sistemas de gestão certificados, assegurando qualidade, rastreabilidade, sustentabilidade e ética empresarial;
- Minimize riscos de falhas, paralisações, danos a pacientes e não conformidades regulatórias;
- Garanta segurança jurídica e confiabilidade institucional ao CINCOP-MT e aos entes consorciados.

Portanto, as exigências previstas não configuram restrição à competitividade, mas instrumentos de controle técnico e de governança contratual, indispensáveis para a efetividade, segurança e vantajosidade da contratação pública, plenamente compatíveis com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

#### **13.5. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E RASTREABILIDADE**

A contratada deverá indicar, antes da assinatura do contrato, responsável técnico habilitado, com registro ativo no conselho profissional competente, para acompanhamento de todas as etapas de instalação, calibração e manutenção. Todos os equipamentos deverão possuir número de série individual e registro informatizado, permitindo rastreabilidade, auditoria e controle pelos entes contratantes.

#### **13.6. DISPOSIÇÕES FINAIS**

A ausência ou irregularidade de qualquer documento técnico, certificação, laudo, registro ou atestado implicará inabilitação da proposta ou rejeição do equipamento ofertado, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Todos os documentos técnicos deverão ser apresentados em língua portuguesa ou acompanhados de tradução juramentada, com validade reconhecida no território nacional.

#### **14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

A Lei Federal n. 14.133/2021 traz, como um de seus objetivos, a sustentabilidade, que pode ser alcançada através de produtos com alta eficiência energética, conforme dispõem o art. 11, inciso IV:

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*

*[...]*

*IV – Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.”*

Assim, de acordo com a legislação vigente, sempre que possível, as aquisições no setor público devem priorizar práticas de compras sustentáveis.

No contexto específico da locação de equipamentos médico-hospitalares, tais critérios assumem relevância ampliada, uma vez que o objeto envolve bens de alta tecnologia, consumo energético contínuo, geração de resíduos eletroeletrônicos e uso em ambientes críticos de saúde pública.

Assim, o presente processo licitatório foi estruturado de modo a incorporar critérios técnicos de sustentabilidade e governança ambiental, compatíveis com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), do Plano Nacional de Compras Públicas Sustentáveis, da Agenda 2030 da ONU e das Resoluções ANVISA nº 665/2022 e RDC nº 306/2004, que tratam da gestão ambiental em estabelecimentos de saúde.

##### **14.1. CRITÉRIOS E MEDIDAS ADOTADOS**

Para o atendimento dos princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade socioambiental, a presente contratação contempla as seguintes medidas e exigências de sustentabilidade aplicáveis ao objeto:

- **Eficiência energética:** Todos os equipamentos médico-hospitalares deverão possuir classificação de eficiência energética comprovada, com sistemas de baixo consumo elétrico e modo de espera automático (standby controlado), em conformidade com os programas de etiquetagem do Inmetro e as normas ABNT NBR IEC 60601-1-2 e 60601-1-6, visando à redução do consumo energético e da emissão indireta de gases de efeito estufa (GEE).
- **Durabilidade e ciclo de vida ampliado:** Os equipamentos deverão ser novos, de primeira linha e em linha de produção ativa, com vida útil mínima conforme especificações de fabricante, assegurando maior durabilidade, confiabilidade e menor necessidade de substituição. Tal

exigência atende ao art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que determina a consideração do ciclo de vida do objeto.

- Gestão de resíduos e descarte responsável: A contratada deverá observar as diretrizes da RDC ANVISA nº 222/2018 e da Resolução CONAMA nº 401/2008, responsabilizando-se pela coleta, substituição, destinação e descarte ambientalmente adequado de componentes, peças ou materiais substituídos durante as manutenções preventivas e corretivas.
- Materiais recicláveis e insumos livres de substâncias tóxicas: Sempre que possível, os equipamentos e acessórios deverão empregar materiais recicláveis, livres de metais pesados e substâncias restritas, em conformidade com a Diretiva Europeia RoHS (Restriction of Hazardous Substances) e as normas ABNT NBR ISO 14024 e NBR ISO 14040, que tratam da rotulagem e da avaliação do ciclo de vida de produtos.
- Logística reversa e reaproveitamento de componentes: A empresa contratada deverá adotar procedimentos de logística reversa para recolhimento e reaproveitamento de peças, periféricos e equipamentos substituídos, observando o art. 33 da Lei nº 12.305/2010 e garantindo que nenhum resíduo eletroeletrônico seja destinado a aterros comuns.
- Transporte e logística sustentável: A contratada deverá planejar rotas e cronogramas de transporte de forma a minimizar deslocamentos, consumo de combustível e emissão de CO<sub>2</sub>, priorizando veículos de baixo impacto ambiental e transporte consolidado de equipamentos.
- Manutenção preventiva e otimização de recursos: O contrato prevê manutenção preventiva periódica e gestão de ativos via software, evitando o descarte prematuro de equipamentos e prolongando sua vida útil, em conformidade com o conceito de economia circular e uso racional de recursos públicos.
- Responsabilidade social e geração de emprego local: A contratada deverá priorizar, sempre que possível, a contratação de mão de obra local para serviços de instalação e suporte técnico, promovendo o desenvolvimento socioeconômico regional e o fortalecimento da cadeia produtiva local de saúde.
- Segurança, biossegurança e ergonomia: Todos os equipamentos e serviços deverão atender integralmente às normas de segurança elétrica, ocupacional e biológica, especialmente NR-10, NR-12 e NR-32, garantindo a proteção de pacientes e profissionais de saúde.
- Governança ambiental e integridade institucional: A exigência das certificações ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 37001 assegura que a empresa contratada opere sob sistemas de gestão auditáveis, com controle de qualidade, sustentabilidade ambiental, segurança ocupacional e prevenção de práticas ilícitas, em consonância com as boas práticas internacionais de compliance.

## **14.2. RESULTADOS ESPERADOS**

A adoção desses critérios visa alcançar resultados mensuráveis de sustentabilidade, tais como:

- Redução do consumo energético e do impacto ambiental das operações hospitalares;
- Prolongamento da vida útil dos equipamentos médico-hospitalares locados;
- Diminuição da geração e destinação incorreta de resíduos tecnológicos;
- Melhoria da eficiência operacional e da confiabilidade diagnóstica;
- Valorização da responsabilidade social, ambiental e ética nas contratações públicas;
- Fortalecimento da imagem institucional do CINCOP-MT e dos municípios consorciados como agentes de inovação, transparência e sustentabilidade no setor público de saúde.

### 14.3. CONCLUSÃO

Dessa forma, a presente contratação alinha-se às políticas públicas de sustentabilidade, inovação e responsabilidade socioambiental, reafirmando o compromisso do CINCOP-MT com a transformação ecológica da gestão pública, a eficiência no uso de recursos públicos e a proteção da saúde e do meio ambiente.

A incorporação desses critérios demonstra que a sustentabilidade não é mero requisito formal, mas elemento estruturante da governança contratual, orientando todas as etapas da licitação planejamento, execução e monitoramento e garantindo que os benefícios da contratação se estendam à sociedade e às futuras gerações.

### 15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos no corpo deste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT e do art. 23, caput e § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Importante salientar, contudo, que o valor estimado ou valor máximo da contratação, **conforme já exposto no Estudo Técnico Preliminar, será sigiloso**. Isso porque, como extrai-se da obra de Rony Charles Lopes de Torres<sup>14</sup>:

*“Ao informar os valores máximos que admite contratar, a Administração acaba sendo prejudicada em uma negociação na qual há evidente assimetria de informações, em seu desfavor, já que ela desconhece o preço de oferta real do fornecedor, embora ele conheça o valor máximo que ela aceita pagar. A publicização prévia da estimativa de custos, notadamente no pregão eletrônico, faz com que os licitantes “ancorem” seus preços em patamar muito próximo a este limite. [...] A ideia de não divulgação da estimativa de custos, junto com o edital, não é inspirada em uma tentativa de fugir ao princípio da publicidade ou de esconder os custos daquela contratação de toda a sociedade; na verdade, ela*

<sup>14</sup> TORRES, Rony Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas Comentadas. 14. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023. p. 211-212.

*decorre de um raciocínio natural às relações de negociação, que deve também ser aplicado nas contratações públicas.”.*

O autor conclui que o orçamento sigiloso tem seus fundamentos em dois aspectos:

*“[...] o combate à corrupção, uma vez que a não divulgação do orçamento dificultaria e inibiria o conluio entre os licitantes, e a obtenção de vantagens de ordem econômica, já que, diante da ausência de certeza a respeito do valor estimado do objeto licitado, os licitantes acabam obrigados a apresentar seus preços reais, sem orbitar a balizar máxima admitida no edital.”.*

Portanto, em vista do favorecimento de uma verdadeira competitividade entre os licitantes para a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, adotar-se-á o caráter sigiloso para os orçamentos, expressamente autorizado pelo art. 24 da Lei Federal n. 14.133/2021:

*“Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:*

*I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; II - (VETADO).*

*Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.”.*

Ademais, esta medida encontra-se regulamentada no âmbito deste Consórcio Público pelo art. 7 da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT:

*“Art. 7º Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.*

Dessa forma, compete ao pregoeiro e à equipe de apoio a observância de tais dispositivos, para fins de julgamento e aceitação das propostas, sendo as estimativas dos valores apenas divulgadas após o encerramento do envio de lances.

## **16. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante referente ao exercício de 2025 e seguintes. O Órgão Participante, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária, nos termos do art. 3, parágrafo único, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

## **17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**



Através da licitação compartilhada a ser realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, e auxiliada pelo Sistema de Registro de Preços, devidamente regulamentado pela Resolução nº 002/2025 do CINCOP-MT, será selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE**, modo de disputa ABERTO, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das folhas de dados, deste Termo de Referência e do Edital a ser publicado.

### **17.1. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA**

Em observância ao disposto no art. 4º, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021, serão concedidas às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) as prerrogativas previstas em lei de empate ficto e saneamento de eventual restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar Federal n. 123/2006:

*“Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.*

*Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

*§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

*Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

*§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.*

*§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.*

*Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*

*I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;*

*II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;*

*III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

*§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.*

*§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.*

*§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.”*

Ressalta-se que, nos termos do art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021, o tratamento diferenciado para ME e EPP não é aplicável nas contratações que possuam item com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP ou cuja soma dos contratos celebrados no ano-calendário de realização da licitação a superem.

*“Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

*§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:*

*I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;*

*II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

*§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.*

*§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.”*

Destaca-se que estas disposições já constituem cláusulas-padrão dos editais do CINCOP-MT, nos seguintes termos:

*“Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/06, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que tenha o fornecedor tenha declarado esta opção no Cadastro junto ao Portal Licitanet. Após o desempate, poderá o(a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública. Se aceita a referida diminuição para o valor estimado, será declarada Vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subsequentes. [...]”*

*As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do Contrato, na forma das Leis Complementares Federais nº 123/06 e 147/2014.*

*A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.”.*

Ainda, observa-se que as disposições da Lei Complementar Federal n. 123/2006 visam ampliar a participação das ME e EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica delas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente processo administrativo licitatório como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a administração, para realizar a leitura de seus dispositivos.

Nesse escopo interpretativo, insere-se os arts. 47 a 49 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, os quais assim dispõem:

*“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.*

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*

*II – poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;*

*III – deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

**Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:**

*I – (Revogado);*

*II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

***III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;***

*IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.”. [grifo nosso]*

Verifica-se que o legislador previu a aplicação do tratamento diferenciado, em especial a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP e o estabelecimento de cota de até 25% do objeto para a contratação destas, mas não o fez de forma absoluta, prevendo, no art. 49, situações em que o interesse público, manifestado, entre outros, nos princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência, impõe que se afastem estas peculiaridades.

No presente processo licitatório, torna-se imperativo, portanto, afastar a aplicação das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006 em razão da manifesta desvantagem gerada à administração pública e do prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, nos termos do art. 49, inciso III, do referido diploma legal.

Em especial nas licitações compartilhadas do CINCOP-MT, das quais participam vários de municípios do Estado de Mato Grosso, faz-se necessário considerar que a contratação abarca a possibilidade de fornecimento a todos os consorciados, visando a obtenção de uma maior economicidade, dada a possibilidade de diluição dos custos dentro de cada item previsto no edital, através do ganho de escala, racionalidade administrativa e otimização de processos repetitivos. Assim, a divisão do objeto para estabelecimento de cota para ME e EPP e a formação de itens em lotes de valor inferior a R\$ 80.000,00 mostram-se extremamente desvantajosas para a administração, em razão da redução de escala e consequente perda de economicidade, desvirtuando-se, inclusive, a própria razão para a realização de licitações compartilhadas pelo CINCOP-MT

Importante considerar também que as empresas vencedoras da licitação devem possuir capacidade para fornecer seus bens ou serviços, o que inclui entrega, logística e custos operacionais em todo o território mato-grossense e, de forma



individual, em cada um dos municípios consorciados, visto que o CINCOP-MT é uma autarquia interfederativa com abrangência estadual, inviabilizando a formação de lotes de pequeno valor para a participação dessas empresas sem que ocorra perda de economicidade na licitação compartilhada.

Assim, devidamente justificado, estão asseguradas as prerrogativas da ME e EPP no presente processo administrativo licitatório, com exceção das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

Todavia, o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006 não será concedido nos lotes deste processo, eis que os seus valores estimados são superiores à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **18. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS**

**Não será exigido na presente contratação.**

## **19. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 7, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT e do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto em Resolução.

### **19.1. ENTREGA DO OBJETO**

Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será enviada por meio eletrônico, no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, e deverá ser enviado o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento, devendo o fornecedor ficar ciente da área territorial de atuação do consórcio CINCOP-MT, que é o Estado de Mato Grosso e seus 142 municípios.

Tratando-se de demanda inédita, o prazo supracitado fora determinado com base naquele utilizado nos processos licitatórios realizados anteriormente pelos municípios para atendimento da mesma demanda. Assim, em razão da regularidade na realização da ampla maioria das entregas, da compatibilidade com as condições usualmente verificáveis no mercado e do atendimento às necessidades dos órgãos e



entidades dos entes da federação, verificou-se a adequabilidade em manter-se o prazo anteriormente utilizado.

Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante ocorrerão por conta do fornecedor, sob o qual ficará a total responsabilidade de realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão participante. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do contrato, do Edital, do Termo de Referência, dos descritivos e das folhas de dados.

## **19.2. GARANTIA DO OBJETO**

Na eventual ausência de previsão na folha de dados ou descritivos, quando se tratar de bens não duráveis, não haverá necessidade de prazo de garantia superior àquele no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e disposições conexas, salvo concessão de prazo maior pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal. A prestação da garantia reger-se-á, de toda forma, pelas disposições do CDC.

No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados ou no descritivo. No caso de ausência de folha de dados, o prazo de validade na data da efetiva entrega deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, conforme condições ordinariamente verificadas no mercado.

De acordo com o art. 18, §§ 1º e 2º, do CDC, o prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 dias contados a partir do aviso do defeito do produto ao fornecedor ou fabricante, podendo-se, caso justificativo, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo.

Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

## **20. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCOP-MT deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br>, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de

vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

O Órgão Gerenciador, nos termos do art. 41, da Resolução nº 002/2025 do CINCOP-MT, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

Em conformidade com o art. 15, inciso XIV, da Resolução nº 003/2025 do CINCOP-MT, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

## **21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **21.1. MEDIÇÃO**

Por se tratar de simples aquisição de bens comuns, inexistem critérios de medição a serem fixados.

### **21.2. PAGAMENTO**

O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor do licitante vencedor mediante boleto ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do fornecedor.

O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a data de recebimento do objeto desta licitação acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio.

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**ANEXO I DO TR**

**Processo Administrativo nº 019/2025**

**ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor da contratação foi estimado a partir dos quantitativos expostos no Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução n. 004/2025 do CINCOP-MT e do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Contudo, conforme disposto no Termo de Referência, em vista do favorecimento de uma verdadeira competitividade entre os licitantes para a obtenção da melhor proposta para a administração, nos termos da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT e do art. 24 da Lei Federal n. 14.133/2021, o valor estimado ou valor máximo deste edital será sigiloso, razão pela qual os valores não foram incluídos no corpo do Termo de Referência, mas neste anexo, o qual apenas será disponibilizado ao público somente após o encerramento do envio de lances.

**EXCLUIDO EM VIRTUDE DO SIGILO**



**ANEXO II A DO TR**  
**ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ACESSÓRIOS**

**1. EQUIPAMENTOS**

**Item 1: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR PARA EQUIPAMENTO DE RAIOS-X FIXO - DETECTOR – DR (COP0657)**, detector digital (dr): com conexão sem fio adaptável aos equipamentos de raios x analógicos fixos sem necessidade de adaptação/alteração dos mesmos; utilizando cintilador de csi (iodeto de cério); área útil de aproximadamente 35 cm x 43 cm; peso máximo: 2,7 kg (com fonte de energia); tamanho do pixel de no máximo 125 µm (microns); profundidade da imagem de 16 bits; capacidade de suportar 380 kg distribuídos sobre a superfície do detector; ser resistente a impactos e quedas; proteção certificada ip56 (ou superior); detector com fonte de energia (bateria, capacitor ou tecnologia similar), com capacidade mínima de 3 horas de exame ou 120 imagens por carga; acabamento em fibra de carbono; realizar conexão com estação de comando por wi-fi; para detectores com bateria externa, deverá acompanhar, além da bateria integrante, 03 (três) unidades de bateria extra por detector e 01 (um) carregador da fonte de energia (bateria, capacitor ou similar) do detector deve ser parte integrante do conjunto. independente da fonte de energia utilizada, deverá ser apresentada vida útil de pelo menos 3 anos. estação de aquisição: para visualização e ajuste de imagens com exibição das imagens em até 5 segundos após a exposição, sendo todas as licenças fornecidas em caráter definitivo; composta por: monitor touchscreen; led ou superior; mínimo de 21 polegadas; resolução mínima: 1920 x 1080; cpu e acessórios: processador core i5, memória ram de no mínimo 8gb; ssd de no mínimo 500gb; leitor e gravador de cd/dvd; capacidade de armazenamento mínimo de 10.000 imagens; possuir no mínimo 04 portas usb integradas a cpu, sem necessidade de adaptador; deve acompanhar teclado e mouse; permite a conexão fast ethernet; permitir inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo dicom worklist; possibilidade de inserção de textos fixos e editados pelo usuário; possibilidade de aplicação de zoom, rotação e inversão; permite a realização de exames de emergência sem necessidade de inserção anterior dos dados do paciente. softwares mínimos da estação de aquisição: dicom store, dicom print; dicom modality worklist management; software para gravação de imagens em cd/dvd com visualizador integrado, pendrive, hd externo em formato dicom; software de auto processamento e pós processamento com ajuste automático (e manuais) de parâmetros de imagem; software que permita impressão de mais de 06 imagens diagnósticas por película; conexão ris/his; software para eliminação de linhas de grade; software para enegrecimento automático de bordas; todos os softwares fornecidos com o equipamento devem possuir total compatibilidade com dicom 3.0 ou superior observação: as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a resolução rdc nº 611, de 9/3/2022, e instrução normativa nº 90, de 27/05/2021. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores, nobreak e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso. registro na anvisa e certificação anatel. manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

**Item 2: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RAIOS X FIXO ANALÓGICO (COP0656)**, gerador de raios x. equipamento radiodiagnóstico fixo microprocessado de 600 ma ou maior com indicação de erros e nível de kv, ma e mas; programa anatômico de órgãos com no mínimo 200 técnicas préprogramadas. comando e gerador de alta tensão: gerador de raios x microprocessado de alta frequência; potência de 50 kw ou maior; seleção de 40 a 125 kv; faixa de mas de 0,1 a 630 ou maior; tempo de exposição de 5 ms ou menor até 5 segundos, conforme rdc 611; obrigatoriamente instalado debaixo da mesa; possuir display lcd multicolorido para seleção e indicação dos parâmetros radiológicos. proteção térmica do tubo de raios x. par de cabos de alta tensão. deve ser fornecido quadro de força específico para o equipamento. as características de funcionamento do gerador de rx devem estar disponíveis no comando de operação, permitindo a seleção dos parâmetros de exposição da maneira mencionada acima. tubo de raios x com foco

fino de no máximo 0,6 mm; foco grosso de no máximo 1,5 mm; rotação do anodo de no mínimo 3000 rpm; capacidade de resfriamento mínimo de 200 khu. estativa porta tubo tipo chão-chão; movimento vertical de 140 cm ou maior; movimento longitudinal de pelo menos 260cm; freios eletromagnéticos; rotação da coluna/ braço de 360°. mesa com tampo flutuante com movimento transversal e longitudinal; com grade antidifusora fixa de pelo menos 40 lp/cm; capacidade de carga de no mínimo 200 kg; freios eletromagnéticos para os movimentos do tampo; dimensões do tampo (c x l) de no mínimo 200 cm x 80 cm; foco variável de 100 a 180 cm; deslocamento longitudinal do bucky de no mínimo 55 cm. bucky mural com grade antidifusora fixa de pelo menos 40 lp/cm; deslocamento vertical de 130 cm ou maior; com cruz de localização/centralização impressa no tampo do bucky; freios eletromagnéticos ou mecânicos; foco variável de 100 a 180 cm. colimador manual luminoso com campo luminoso ajustável indicando área a ser irradiada de no mínimo de 0x0 cm a 43x43 cm; acionamento da lâmpada com temporizador eletrônico do campo luminoso; com lâmpada tipo led ou halógena. as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. caso haja a necessidade de autotransformador de tensão de 220 volts /380 volts para o equipamento de rx, o mesmo deverá ser fornecido pela empresa vencedora. todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a resolução rdc nº 611, de 9/3/2022, e instrução normativa nº 90, de 27/05/2021. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.

**Item 3: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAMÓGRAFO ANALÓGICO (COP0665)**, tipo: analógico com ajuste microprocessado c/ software, componente imagem digital, gerador, teclado/tela lcd portátil, características adicionais: tensão de entrada 220vac/60hz, monofásico ou bifásico, gerador em alta frequência, potência máxima 5kw; faixa de kv 20 a 35kv com passos de 1kv ou menor, faixa de mas 1 a 600mas. timer de segurança para desarme de 10s. colimador automático para troca de filtros de molibdenio e rhodio, luz de campo acionada através de botões na lateral do tubo ou pelo pressionamento do pedal de compressão; intensidade de luz de campo de no mínimo de 150 lux; método de colimação automático em função do bucky utilizado; tamanho de colimações de 18x24 e 24x30. com controle automático de exposição (aec); método de seleção dos parâmetros em função da espessura da mama; seleção automática de kv em função de espessura e modo de funcionamento; faixa de seleção de densidade de aproximadamente 11 etapas. com conexão entre detector digital e o console de aquisição realizada com fio. braço em c com distância foco filme (dff) de no mínimo 65cm; ângulo de giro  $\pm 180$  graus; movimento motorizado com soft start e soft stop (ou tecnologias semelhantes, que possibilitem compressão confortável para a paciente) e centrado em relação ao buck; posições pré-programadas craniocaudal; caudo-cranial; médio lateral esquerda e médio lateral direita; movimento vertical 650mm a 1350mm; proteção do campo de exame através de protetor facial removível; magnificação 1.8x; movimento pá compressão motorizado; unidade utilizada no display de espessura em cm; faixa de ajuste de força de compressão total de 1 a 20kgf e de 1 a 3 kgf para a pré compreensão. mecanismo de descompressão de emergência manual e independente do controle eletrônico; seleção de auto descompressão selecionável através do painel de comando entre manual ou automática ou manual. bucky: grade com escala 5:1; tamanho cassetes 18x24 e 24x30; tubos de raios x: rotação nominal 10000 rpm anodo de molibdenio; hu anodo de no mínimo 300khu; ângulos do anodo 10. foco fino e 16. foco grosso; diâmetro do anodo 80mm; distância focal 65cm; tamanho do foco de 0.1mm (foco fino) e de 0.3mm (foco grosso). documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada



pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.

**Item 4: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA MAMOGRAFIA ANALÓGICA (COP0664)**, sistema digitalizador com conexão entre detector digital e o console de aquisição realizada com fio e adaptável aos equipamentos de mamografia analógicos existentes na instituição; cada sistema deverá ser composto de: 01 x detector flat panel (fpd – flat panel detector); 01 x console de aquisição, visualização e manipulação de imagens; todos os cabos e conectores necessários para o funcionamento do sistema. especificações do detector flat panel: tecnologia de detector flat panel com fio com área ativa maior ou igual a 24x30cm; cintilador de csi (iodeto de cério); tamanho do pixel menor ou igual a 76 µm (microns); matriz do detector maior ou igual a 3840 x 3072 mm; conversão a/d: 16 bits (65.535 tons de cinza); peso máximo do detector de 1,5 kg; console de aquisição, visualização e manipulação de imagens: monitor de no mínimo 23” polegadas; estação de trabalho com configuração mínima: processador – core i3 (ou similar), 500gb de armazenamento hard disk e 4gb de memória ram ou maior; exibição das imagens em até 4 segundos após a exposição (pré-visualização); inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo dicom worklist; permitir a gravação de imagens em cd/dvd; ferramentas de processamento das imagens adquiridas com seguintes recursos: ajuste de latitude, contraste e brilho independentemente; recorte da imagem; inserção de textos fixos e editados pelo usuário; magnificação da imagem para visualização; rotação e inversão da imagem; pacote de conectividade dicom 3.0: storage; print; modality worklist; observação: as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. documentação que deverá acompanhar o equipamento no ato da entrega; catálogo do produto; montagem e treinamento inclusos. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores, nobreak e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso. registro na anvisa. manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

**Item 5: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR (COP0672)**, equipamento de ultrassom completamente digital, plataforma windows, para ultrassonografia diagnóstica com software geral para aplicações em exames de medicina interna, obstetria/ginecologia, pequenas partes e vascular. equipamento leve, versátil, de fácil locomoção, com carro móvel montado sobre rodas giratórias, sistemas de travas. painel de controle ergonômico, com teclado alfanumérico retrátil ou não e tela touch screen de no mínimo 10 polegadas e sistema de manuseio do cursor trackball. o monitor deve ser colorido de lcd de alta resolução com no mínimo 21,5” (vinte e uma polegadas). o equipamento deve possuir doppler color; doppler color e pulsado simultâneo (triplex); doppler de amplitude e doppler espectral. modos de imagem modo b; modo m em tela inteira; modo triplex; modo bb; modo bm; modo doppler pulsado; modo doppler colorido; modo power doppler angio; modo doppler tecidual; e hprf (alta frequência e repetição de fluxo – doppler pulsátil). todos os modos básicos de imagem b, m e doppler pulsado devem permitir colorização, ou seja, alteração da escala de cinza para escalas coloridas (colorize). o sistema deve possuir controles de imagem com profundidade de pelo menos 38 cm; no mínimo 8 potenciômetros para ajuste da curva de ganho (stc); zoom em tempo real e congelado (central e setorial); memória cine de pelo menos 950 mb; frame rate maior que 500 quadros por segundo; faixa dinâmica de no mínimo 210 db; escala de cinza de 256 níveis; imagem trapezoidal em tempo real para transdutores lineares; inclinação independente da imagem em modo b, doppler pulsado e doppler colorido para o transdutor linear. as análises necessárias devem incluir varredura vascular; obstétrica/ginecológica; possibilidade de realizar medidas ou anotações em imagens armazenadas; colorização do modo b, modo m e doppler espectral; cálculos automáticos e

apresentação dos resultados na função doppler espectral; dual display (b+bc) em tempo real e simultâneo; imagem de segunda harmônica de tecido e inversão de pulso disponível em todos os transdutores; software de composição espacial de imagens com feixes entrelaçados e speckle reduction; harmonização automática de ganho para o modo bidimensional (ganho geral, ganho de profundidade e ganho lateral) através de um botão; ajuste automático do espectro doppler (escala e linha de base) também através de um botão; software específico para realce de agulha; e software para imagem do tipo estendida ou panorâmica com possibilidade de anotações e medidas. o pacote de medidas deve contemplar vascular e obstetrícia. no modo b: distância, volume, área, circunferência, ângulo, estenose e função do ve. no modo m: tempo, distância, aceleração, frequência cardíaca e função do ve. no modo doppler: velocidade, tempo, aceleração, frequência cardíaca, relação sístole/diástole, índice de resistência, índice de pulsatilidade com traçado automático, volume de fluxo, gradiente de pressão, “pressure halt time”, ir e ip com traçado automático. deve haver possibilidade de inclusão de novas medidas, fórmulas e tabelas. o equipamento deve prever possibilidades futuras de atualização, incluindo: software para avaliação automática da camada média-intimal da carótida; software 3d free hand; software de medida da gordura hepática por tecnologia de atenuação de imagem 2d; software para visualização de imagens de outras modalidades em tempo real durante o exame; upgrade para software de cardiologia com transdutor setorial dedicado; possibilidade de upgrade para software de leitura automática da fração de ejeção do coração; e software de modo m-anatômico. as características de armazenamento e conectividade incluem exportação de imagens e vídeos em formato dicom com visualizador automático (sistema operacional windows) ou conversão das imagens dicom para formatos pc (bmp, png, jpeg, mpeg4 ou avi); exportação em formatos compatíveis com windows; hd ssd de pelo menos 1 tb; impressão direta de imagens (formato laudo) para impressora usb com possibilidade de ajuste de imagens por página; no mínimo 06 saídas usb para gravação em pendrive; saídas ethernet (lan) e hdmi. o equipamento deve possuir no mínimo 03 portas ativas para conexão de 03 transdutores universais, selecionáveis pelo painel, ligados diretamente ao aparelho sem adaptadores, sem considerar o conector tipo caneta para doppler cego (pedoff). todos os transdutores devem ser aptos a utilizar os modos b, m, color doppler e doppler pulsado. a seleção de transdutor e de frequência deve ser feita eletronicamente pelo painel de comando, abrangendo as faixas indicadas (com variação de 01 mhz para cima ou para baixo). os transdutores devem ser multifrequenciais e banda larga. devem estar inclusos: 1 transdutor endocavitário (3 a 11 mhz, abertura mínima de 180°); 1 transdutor convexo (2 a 6 mhz, abertura mínima de 70°); e 1 transdutor linear (5 a 14 mhz, área de contato mínima de 38 mm). o sistema deve ser compatível com dicom 3.0, incluindo media storage; verification; print; storage; storage/commitment; worklist; query–retrieve; mpps (modality performance procedure step); structured reporting. tensão de 127/220 vac – 60 hz; nobreak deve ser entregue junto com equipamento pela empresa ganhadora. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

**Item 6: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ECOCARDIOGRAFIA (COP0671),** equipamento de ultrassom completamente digital, plataforma windows, para ultrassonografia diagnóstica com software geral para aplicações em exames de medicina interna, obstetrícia/ginecologia, pequenas partes (mama, tireoide, músculo esquelético etc.), vascular (cerebral, periférico, abdominal) e cardiologia. equipamento leve, versátil, de fácil locomoção, com carro móvel montado sobre rodas giratórias, sistemas de travas. painel de controle ergonômico, com teclado alfanumérico retrátil ou não e tela touch screen de no mínimo 10 polegadas e sistema de manuseio do cursor trackball. o equipamento deve permitir a inclusão de tecnologias baseadas em inteligência artificial (ai technology), “deep learning” e/ou “machine learning”. o monitor deve ser colorido de lcd de alta resolução com no mínimo 21,5” (vinte e uma polegadas). o equipamento deve possuir doppler color; doppler color e pulsado simultâneo (triplex); doppler de amplitude; e doppler espectral (pulsado). os modos de imagem devem incluir: modo b; modo m em tela inteira; modo triplex; modo bb; modo bm; modo doppler pulsado; modo doppler colorido; modo doppler contínuo (cw); modo power doppler angio; modo doppler tecidual (espectral e colorido); e hprf (alta frequência e repetição de fluxo – doppler pulsátil). todos os

modos básicos de imagem b, m e doppler pulsado devem permitir colorização, ou seja, alteração da escala de cinza para escalas coloridas (colorize). o sistema deve possuir controles de imagem com profundidade de pelo menos 38 cm; no mínimo 8 potenciômetros para ajuste da curva de ganho (stc); zoom em tempo real e congelado (central e setorial); memória cine de pelo menos 950 mb; frame rate maior que 500 quadros por segundo; faixa dinâmica de no mínimo 210 db; escala de cinza de 256 níveis; imagem trapezoidal em tempo real para transdutores lineares; inclinação independente da imagem em modo b, doppler pulsado e doppler colorido para o transdutor linear. as análises necessárias devem incluir varredura vascular; obstétrica/ginecológica; possibilidade de realizar medidas ou anotações em imagens armazenadas; colorização do modo b, modo m e doppler espectral; cálculos automáticos e apresentação dos resultados na função doppler espectral; dual display (b+bc) em tempo real e simultâneo; imagem de segunda harmônica de tecido e inversão de pulso disponível em todos os transdutores; software de composição espacial de imagens com feixes entrelaçados e speckle reduction; harmonização automática de ganho para o modo bidimensional (ganho geral, ganho de profundidade e ganho lateral) através de um botão; ajuste automático do espectro doppler (escala e linha de base) também através de um botão; software específico para realce de agulha; e software para imagem do tipo estendida ou panorâmica com possibilidade de anotações e medidas. o pacote de medidas deve contemplar cardiologia, vascular e obstetria. no modo b: distância, volume, área, circunferência, ângulo, estenose e função do ve. no modo m: tempo, distância, aceleração, frequência cardíaca e função do ve. no modo doppler: velocidade, tempo, aceleração, frequência cardíaca, relação sístole/diástole, índice de resistência, índice de pulsatilidade com traçado automático, volume de fluxo, gradiente de pressão, "pressure halt time", ir e ip com traçado automático. deve haver possibilidade de inclusão de novas medidas, fórmulas e tabelas. o equipamento deve prever possibilidades futuras de atualização, incluindo: software para avaliação automática da camada média-intimal da carótida; software 3d free hand; software de medida da gordura hepática por tecnologia de atenuação de imagem 2d; software para visualização de imagens de outras modalidades em tempo real durante o exame; upgrade para software de cardiologia com transdutor setorial dedicado pediátrico; possibilidade de upgrade para software de leitura automática da fração de ejeção do coração; software de modo m-anatômico; software de imagens 4d; software de contagem automática de folículos; e possibilidade futura de transdutor volumétrico convexo e endocavitário. as características de armazenamento e conectividade incluem exportação de imagens e vídeos em formato dicom com visualizador automático (sistema operacional windows) ou conversão das imagens dicom para formatos pc (bmp, png, jpeg, mpeg4 ou avi); exportação em formatos compatíveis com windows; hd ssd de pelo menos 1 tb; impressão direta de imagens (formato laudo) para impressora usb com possibilidade de ajuste de imagens por página; no mínimo 06 saídas usb para gravação em pendrive; saídas ethernet (lan) e hdmi. o equipamento deve possuir no mínimo 03 portas ativas para conexão de 03 transdutores universais, selecionáveis pelo painel, ligados diretamente ao aparelho sem adaptadores, sem considerar o conector tipo caneta para doppler cego (pedoff). todos os transdutores devem ser aptos a utilizar os modos b, m, color doppler e doppler pulsado. a seleção de transdutor e de frequência deve ser feita eletronicamente pelo painel de comando, abrangendo as faixas indicadas (com variação de 01 mhz para cima ou para baixo). os transdutores devem ser multifrequenciais e banda larga. devem estar inclusos: 1 transdutor endocavitário (3 a 11 mhz, abertura mínima de 180°); 1 transdutor convexo (2 a 6 mhz, abertura mínima de 70°); 1 transdutor linear (5 a 14 mhz, área de contato mínima de 38 mm); e 1 transdutor setorial adulto (2 a 4 mhz). o sistema deve ser compatível com dicom 3.0, incluindo media storage; verification; print; storage; storage/commitment; worklist; query-retrieve; mpps (modality performance procedure step); structured reporting. tensão 127/220 vac – 60 hz, nobreak deve ser entregue junto com equipamento pela empresa ganhadora. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

**Item 7: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TOMÓGRAFO 16 CANAIS (COP0666)**, tipo helicoidal; aplicação: para uso geral; com as especificações mínimas abaixo relacionadas: gantry 12 mm

de cobertura de detectores ou superior; tipo dos detectores - estado sólido com 16 fileiras sicas (canais); reconstrução de 32 cortes por interpolação via software; espessura de corte de 1 mm ou menor; tempo de varredura para cortes de 360° no mínimo 0.8 segundos ou menor; inclinação do gantry tilt digital ou equivalente; diâmetro de abertura 65 cm ou maior; capacidade armazenamento térmico 3,5 mhu ou superior valor efetivo; capacidade de dissipação mínima de 700 kh/min; refrigeração: óleo/ar; gerador de raio-x: potência 26 kw ou superior valor efetivo; faixa de tensão 80kv ou menor, até 130kv ou maior; corrente de 10 até 225 ma ou superior valor efetivo; exploração helicoidal tempo máximo de scan disponível: 100seg; volume máximo de scan 1375 mm ou maior; resolução espacial: 14 lp/cm; mesa deslocamento vertical de no mínimo 42 cm ou superior; capacidade de sustentação: 200 kg; faixa útil de scan 1375mm ou superior; precisão do movimento horizontal: +- 0,25 mm; acessórios suporte de cabeça; suporte de cabeça coronal; suporte de braços; colchonetes para acomodação do paciente; faixas de contenção para os pacientes. processamento de imagem console computador cpu mínima - processador dual 2.66 ghz; memória ram - 8 gb; hd de 500 gb; monitor tamanho: 19" lcd; plataforma windows; gravador de cd/dvd; dual surview disponível para programação dos exames; scan fov 430 mm; matriz de reconstrução: 512x512; tempo de reconstrução mínimo: 10 imagens por segundo ou superior, em matriz 512; visualizador 2-d slab; software para automação do disparo da aquisição helicoidal de acordo com a opacificação do contraste; software para modulação de corrente de acordo com a região do corpo a ser examinada; sistema de automatização para planejamento dos exames (bloco de aquisição das imagens) a partir do protocolo selecionado; mpr reformatação multiplanar; projeção de intensidade máxima (mip); projeção de intensidade mínima (minip); reconstrução ssd tridimensional; software para estudos dinâmicos (dynamic scan); endoscopia virtual; reconstrução iterativa; redutor de artefatos metálicos; volume rendering (renderização de volumes); protocolo dicom 3.0 (send/ receive/storage/worklist); matriz de visualização 1024x1024; acessórios relacionados ao tomógrafo transformador de isolamento, nobreak para o console proporcionado reserva de bateria para o console; fantasmas para calibração do equipamento; sistema de estabilização de tensão interna ou deve-se fornecer um estabilizador de tensão externo ao equipamento caso não possua o interno; acesso remoto disponível no console de operações; documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentimetria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.

**Item 8: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS FILME PARA RAIOS X (COP0679)**, o equipamento deve ser uma impressora a laser com três gavetas, projetada para impressão de filmes radiológicos a seco, destinada a aplicações em mamografia e demais modalidades médicas. deve permitir o carregamento dos filmes à luz do dia, em magazine com capacidade entre 100 e 125 filmes. a resolução máxima deve ser de 50 microns para mamografia e de 100 microns para as demais modalidades médicas, assegurando alta qualidade de imagem. a capacidade mínima de impressão deve ser de 160 filmes por hora no formato 35 x 43 cm. o sistema deve apresentar resolução de impressão de, no mínimo, 508 dpi, com resolução de contraste (output) mínima de 14 bits. o equipamento deve dispor de três gavetas, permitindo o trabalho simultâneo com três tamanhos de filmes diferentes. deve possuir controle automático da densidade dos filmes e conexão com equipamentos de cr ou outras modalidades médicas por meio do protocolo dicom 3.0, com ou sem a necessidade de acessórios externos (print server) para conversão do sinal ao padrão dicom 3.0. a alimentação elétrica deve ser compatível com 110 v/60 hz ou 220 v/60 hz. compõe os serviços de locação deste item, o fornecimento de filmes mensal para impressão, com a entrega de uma caixa de cada tipo (tamanho) de filme. caso o consumo mensal ultrapasse essa quantidade, será aplicado o valor adicional correspondente



aos excedentes, que deverá ser informado na proposta da licitante. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

**Item 9: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORA PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS EM PAPEL (COP0680)**, equipamento novo de impressão multifuncional colorida em papel, destinado à produção de imagens médicas em papel sem fins diagnósticos. deve possuir tecnologia de impressão a laser, com resolução mínima de 1200 x 1200 dpi e até 1800 x 600 dpi (equivalente). o processador deve ser do tipo quad core, com frequência mínima de 1.6 ghz, acompanhado de memória ram de 8 gb e armazenamento em ssd de 256 gb. o equipamento deverá dispor de controlador integrado compatível com linguagens pcl 5c, pcl 6 (xl3.0), postscript 3 e xps, além de protocolos de rede tcp/ip (ipv4/ipv6), smb, lpd, ipp, snmp, http(s) e Bonjour. as interfaces mínimas devem incluir ethernet 10/100/1000 base-t e usb 2.0, com compatibilidade para os sistemas operacionais windows (10/11 e servidores a partir de 2012), macos, unix, linux e citrix. a capacidade máxima de entrada de papel deve alcançar até 6.650 folhas (com opcionais), permitindo impressão em formatos que variam de a6 até a3, incluindo a5, sra3 e banner de até 297 x 1200 mm, com gramatura mínima de 52 g/m² e máxima de 300 g/m² (duplex até 256 g/m²). o ciclo mensal de operação deve atingir até 150.000 páginas. deve possibilitar digitalização em cores com resolução de 600 x 600 dpi, velocidade simplex de até 100 imagens por minuto e duplex de até 200 imagens por minuto (com alimentador opcional), aceitando formatos de arquivos como jpeg, tiff, pdf (padrão, compactado, criptografado e pdf/a 1a e 1b), xps e pptx, com opcionais para formatos pesquisáveis (docx, pptx e xlsx). o tempo de aquecimento não deve ultrapassar 11 segundos, com primeira cópia em até 6,7 segundos para impressão colorida e 5,0 segundos para preto e branco. o toner deve possuir rendimento aproximado de até 28.000 páginas (a4 com 5% de cobertura). compõe os serviços de locação deste item, o fornecimento de toner e folhas mensal para impressão, com a entrega de um kit de toner, 1.000 folhas no formato a3 e 1.000 folhas no formato a4.. caso o consumo mensal ultrapasse essa quantidade, será aplicado o valor adicional correspondente aos excedentes que deverá ser informado na proposta da licitante. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

**Item 10: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DENSITOMETRIA ÓSSEA (COP0681)**, o equipamento de densitometria óssea deve ser de última geração, projetado para realizar exames de forma rápida, precisa e confortável para o paciente. o sistema deve utilizar tecnologia digital, que garante aquisições de imagem de alta qualidade em tempos reduzidos, possibilitando varreduras localizadas em aproximadamente 60 segundos, mantendo excelente definição diagnóstica. o equipamento deve contemplar uma ampla gama de aplicações clínicas, incluindo rotina, ortopedia, pediatria, composição corporal e acompanhamento metabólico. no modo ortopédico, deve permitir a avaliação da densidade óssea em torno de próteses em diversas articulações, como joelho, cotovelo, ombro e quadril, com definição de regiões de interesse (roi) automáticas e personalizáveis. no modo pediátrico, deve oferecer parâmetros específicos para a população jovem, permitindo análises detalhadas da densidade mineral óssea e acompanhamento do crescimento. para composição corporal, o sistema deve disponibilizar resultados segmentados em diferentes regiões, incluindo braços, pernas, costelas, coluna torácica e lombar e pelve, além de fornecer dados metabólicos avançados, como índice de massa gorda, índice de massa corporal, massa magra, massa mineral óssea, relação andróide/ginóide, taxa metabólica basal e parâmetros de tecido adiposo visceral e subcutâneo. o software deve ser intuitivo, com recursos para otimizar o fluxo de trabalho do profissional, incluindo seleção automática de roi com possibilidade de ajustes manuais, reposicionamento facilitado por laser e assistência computadorizada. deve ainda oferecer ferramentas avançadas, como análise estrutural do quadril (hip structural analysis – hsa), avaliação de risco de fratura



por meio do método frax, relatórios automáticos e personalizáveis, análise de tendências com gráficos evolutivos e importação/exportação de dados compatíveis com sistemas pacs/ris via protocolo dicom. o sistema deve permitir a geração de relatórios detalhados, customizáveis conforme a necessidade do médico ou da instituição, possibilitando acompanhamento evolutivo do paciente com gráficos, tabelas e curvas de referência. os exames devem abranger coluna lombar (ap e lateral), fêmur, dual fêmur, antebraço e corpo inteiro, incluindo análise da composição corporal e relatórios pediátricos específicos. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição

**Item 11: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MONITOR MULTIPARAMÉTRICO (COP0667)**, o monitor multiparamétrico deverá possuir gabinete compacto, com alça integrada para transporte, visor colorido de no mínimo 15 polegadas com tecnologia touch screen, resolução mínima de 1024x768 pixels e possibilidade de apresentação simultânea de até 12 curvas ou derivações, além de opção para exibição em números grandes. o equipamento deve permitir navegação por tela sensível ao toque, botão rotativo e teclas de atalho, devendo possuir software em língua portuguesa. deverá oferecer estrutura para monitorização multiparamétrica abrangendo ecg de 3, 7 ou 12 derivações, respiração por bioimpedância, temperatura em pelo menos dois canais simultâneos, pressão arterial não invasiva (pni), oximetria de pulso com leitura em baixa perfusão, capnografia pelo método mainstream ou sidestream, agentes anestésicos com reconhecimento automático e monitorização adicional opcional de pressão invasiva, débito cardíaco, nível de consciência (bis) e transmissão neuromuscular. o sistema deve permitir integração com rede cabeada e sem fio (wireless), possibilitando comunicação com centrais de monitorização, visualização "leito a leito", chamada de enfermagem e sincronismo com desfibriladores, além de dispor de saídas usb, cartão de memória e hdmi para extensão de tela em monitor externo. o equipamento deverá dispor de alarmes técnicos e fisiológicos, sonoros e visuais, com diferenciação de prioridade por cores e níveis ajustáveis, além de memória para armazenamento de eventos. deve manter tendências gráficas e numéricas de no mínimo 160 horas, capacidade para até 2.000 registros de pni e possibilidade de gravação prolongada de ecg. deverá apresentar recursos de cálculos de medicamentos, funções respiratórias, hemodinâmicas, renais e ventilatórias, além de modo de demonstração protegido por senha para fins de treinamento. a alimentação deve ser bivolt automática (100 a 240v), com bateria interna recarregável de íons de lítio com autonomia mínima de 2 horas, sendo desejável autonomia ampliada de até 4 horas. o equipamento deverá permitir a conexão de impressora térmica acoplada ou externa. o monitor deve ser acompanhado, no mínimo, de cabo de ecg, sensor de oximetria adulto, braçadeira de pni adulto com extensão, sensor de temperatura superficial adulto, cabo de força padrão brasileiro, manual do usuário em português e bateria recarregável. treinamento de operação, garantia de 12 meses, manutenção preventiva e corretivas com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças incluso, durante todo período contratual.

**Item 12: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL ANALÓGICO (COP0661)**, aparelho móvel emissor de raios x para fins de diagnóstico médico. comando e gerador de raios-x: potência de no mínimo de 32kw ou superior; sistema de controle microprocessado; painel de membrana com teclas do tipo simples toque; kv para radiografia de 40kv ou menor a 125kv ou maior (com ao menos 23 passos ou mais); ma para radiografia de pelo menos 300 ma ou maior; variação de mas de 0,5 ou menor a 280mas ou maior; tempo de exposição mínimo de 4 ms ou menor; programa de detecção de falhas com indicação no display digital do painel; acionamento de ânodo giratório por impulso rápido; cabo disparador em dois estágios com comprimento de no mínimo 3m; cabo de rede com comprimento de no mínimo 4m; conexão via tomada simples de 3 pinos; braço articulado pantográfico ou telescópico; sistema conjugado ao gerador; estativa

porta tubo com braço articulado ou telescópico; rotação do conjunto unidade selada/ colimador de 170 graus; tubo de raios x com anodo giratório de rotação de no mínimo 2.800 rpm; foco duplo de no máximo 1,5mm e 0,7mm ou foco único de 0,8mm; capacidade calorífica do ânodo de no mínimo 105khu ou superior. colimador manual com campo luminoso ajustável indicando área a ser irradiada; temporizador eletrônico de 30s; rotação do campo de radiação de pelo menos 90 graus. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.

**Item 13: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA RAO X MÓVEL - DR PORTÁTIL (COP0662),** detector digital (dr): com conexão sem fio adaptável aos

equipamentos de raios x analógicos fixos sem necessidade de adaptação/alteração dos mesmos; utilizando cintilador de csi (iodeto de céso); área útil de aproximadamente 35 cm x 43 cm; peso máximo: 2,8 kg (com fonte de energia); tamanho do pixel de dimensionamento fixo na ordem de 125 µm (microns); profundidade da imagem de 16 bits; capacidade de suportar 300 kg distribuídos sobre a superfície do detector; ser resistente a impactos e quedas; proteção certificada ip56 (ou superior); detector com fonte de energia (bateria, capacitor ou tecnologia similar), com capacidade mínima de 3 horas de exame ou 120 imagens por carga; acabamento em fibra de carbono; realizar conexão com estação de comando por wi-fi; para detectores com bateria externa, deverá acompanhar, além da bateria integrante, 03 (três) unidades de bateria extra por detector e 01 (um) carregador da fonte de energia (bateria, capacitor ou similar) do detector deve ser parte integrante do conjunto. independente da fonte de energia utilizada, deverá ser apresentada vida útil de pelo menos 3 anos. estação de aquisição portátil: notebook com tela lcd de no mínimo 14 polegadas e resolução mínima da tela 1280 x 800; memória ram de no mínimo 4gb; disco rígido de no mínimo 250gb ssd; possuir porta usb; possuir opção de idioma português; exibição de imagens em até 5 segundos após a exposição; possuir porta rj-45 para interface de rede padrão ethernet; possuir conexão bluetooth; possibilidade de manipulação pelo usuário de contraste e brilho independentemente; permitir inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo dicom worklist; possibilidade de inserção de textos fixos e editados pelo usuário; possibilidade de aplicação de zoom; possibilidade de visualização da imagem bruta; rotação e inversão da imagem; possibilidade de realização de exames de emergência sem necessidade de inserção anterior dos dados do paciente; possibilita a busca de pacientes por meio de leitor de código barras. softwares mínimos da estação: dicom store, dicom print; dicom modality worklist management; software para gravação de imagens com visualizador integrado, pendrive, hd externo em formato dicom, software de auto processamento e pós processamento com ajuste automático (e manuais) de parâmetros de imagem; software que permita impressão de mais de 06 imagens diagnósticas por película; conexão ris/his; software para eliminação de linhas de grade; software para enegrecimento automático de bordas; todos os softwares fornecidos com o equipamento devem possuir total compatibilidade com dicom 3.0 ou superior. observação: as especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a resolução rdc nº 611, de 9/3/2022, e instrução normativa nº 90, de 27/05/2021. o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso. registro na anvisa. manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

**Item 14: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL DIGITAL (COP0659),** aparelho de raio-x móvel digital com potência de no mínimo 35kw; faixa de tensão do tubo de de 40 a 125kv ou

melhor em 40 passos ou mais; ajuste de corrente de pelo menos 300 ma ou maior; faixa de variação de mas: 0,1 mas a 260 mas ou maior; tempo de exposição 2ms ou menor; cabo disparador em dois estágios com comprimento de no mínimo 2,5m. cabo de rede com comprimento de no mínimo 2,5m; conexão via tomada simples de 3 pinos; braço articulado pantográfico ou telescópico; rotação do conjunto unidade selada/ colimador de 180 graus ou maior; tubo de raios x com anodo giratório de rotação de 3.000 rpm ou superior; foco duplo de no máximo 1,5mm para foco grosso e 0,6mm para foco fino ou foco único de 0,8mm; capacidade calórica do ânodo de 200khu ou maior. colimador manual com campo luminoso ajustável indicando área a ser irradiada e temporizador eletrônico de 30s; detector de imagens digitais com 34 x 42 cm ou maior; matriz de aquisição de 2500 x 3000 pixel; profundidade da imagem pós-processada 16 bits; acompanha duas baterias, uma integrante e uma extra; acompanha carregador de baterias; monitor totalmente embutido a unidade principal com tela sensível ao toque de 19 polegadas ou maior; capacidade de armazenamento de 50.000 imagens ou mais na memória interna (ssd ou hd); software para radiografia digital com: ajuste de brilho e contraste, inversão de imagem (positivo/negativo, acima/abaixo e direita/esquerda), rotação da imagem, medidas de distâncias e ângulos. protocolos dicom 3.0 ativados: impressão (print), envio/armazenamento (store), lista de trabalho (worklist) e relatório de dose de radiação (rdsr). equipamento com altura máxima na posição de transporte de até 1,50m e largura de até 0,65m, para permitir melhor visibilidade de locomoção e acesso nos setores em que será utilizado. alimentação bivolt automático. equipamento de raios x e detector com registro único na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.

**Item 15: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0673)**, magneto supercondutivo de 1,5 t. diâmetro interno do magneto: no mínimo 60cm. sistema de gradiente: intensidade por eixo de no mínimo 33 mt/m. slew rate de no mínimo 120 t/m/s. sistema de rf: potência do amplificador de transmissão: no mínimo 12 kw. zero helium boil-off: sem necessidade de recarga em condições ideais de trabalho; número de canais independentes e individuais: mínimo de 8 canais. homogeneidade mínima para o magneto de: menor ou igual a 2 ppm (vrms) para um fov de 50x50x50cm. largura de banda do receptor: 1000 khz. o sistema deve permitir a conexão simultânea de no mínimo 2 (dois) ou mais bobinas. software para redução de ruído; software de aquisição paralela: software para técnicas de aquisição paralela. algoritmo de aquisição paralela baseado em image-space e em k space. fator de aceleração disponível no sistema de no mínimo 3 vezes. capacidade de realizar estudos com aquisição paralela em todas as direções (cabeça/pés, antero/posterior, esquerda/direita). bobinas: cabeça com no mínimo 10 elementos; coluna total com no mínimo 12 elementos; combinação neurovascular; abdome com no mínimo 16 elementos; combinação abdome total de no mínimo 12 elementos; combinação cardiologia, flexível multiuso de no mínimo 4 elementos e flexível multiuso de no mínimo 8 elementos; exames de mama com no mínimo 8 elementos; joelho com no mínimo 8 elementos; ombro com no mínimo 6 elementos; pé e tornozelo com no mínimo 8 elementos. mesa de exames com capacidade de carga de no mínimo 200 kg. console principal; networking: dicom send/receive; dicom query/retrieve; dicom sc storage commitment; dicom basic print; dicom worklist. parâmetros do sistema: matriz de aquisição e visualização sem interpolação: 1024 x 1024; espessura de corte em 2d: 0,5 mm ou menor; espessura de corte em 3d: 0,1 mm ou menor; campo de visão (fov) mínimo: 5 mm; campo de visão (fov) máximo: de no mínimo 50 cm. conjuntos de sequências e técnicas de imagens básicas: spin echo; técnica de inversão e recuperação; gradient echo; gradient echo com spoiler pulse; gradient echo com transverse rephasing; gradient echo com rf-rephasing; turbo spin echo; turbo inversion recovery com tempo de inversão; 3d turbo inversion recovery com tempo de inversão; true inversion recovery; sequência turbo spin echo 3d com aquisição isotrópica em t1, t2, pd e dark fluid; técnica

para correção de movimento em todas as regiões anatômicas, em todos os contrastes, em todas as orientações e compatível com aquisição paralela; software de compressão e aceleração dos tempos de varredura para geração de imagens por fse em todo o corpo em alta velocidade com fator de aceleração de até 4 vezes maior que as velocidades normais de digitalização sem perda de performance e qualidade da imagem. software para correção de artefatos metálicos; técnica de saturação de gordura que permite a visualização de imagem: fat only, water only, in-phase, out of phase. conjuntos de sequências e técnicas para imagens avançadas nas seguintes especialidades: neurologia: sequências para estudos funcionais (bold); sequência para estudos dos tractos neurais (tractografia); sequência para perfusão com contraste e sem contraste (asl), aquisição e pós processamento; espectroscopia single voxel e multi voxel, aquisição e pós processamento, tensor de difusão (dti e dtt) angiografia: sequência para angiografia com e sem contraste, para estudos vasculares de artérias renais, artéria aorta e vasos de membros inferiores; 3d contrast enhanced; software para angiografia com contraste avançada com movimentação de mesa automática; técnica de visualização do contraste, para início da aquisição das imagens; aquisições de angiografia time-of-flight (tof) e phase contrast; software de compressão de imagens com redução mínima de 25% nos tempos de aquisição das sequências de musculoesquelético, neurologia e abdome. quantificação de fluxo; sequência para angiografias periféricas com junção automática das estações estudadas; aquisições 3d para volume múltiplo; técnicas de reconstrução avançada do espaço k; oncologia, ortopedia e pediatria, tórax, abdome, pelve e mama. software para técnica de compressão e aceleração dos tempos de varredura para geração de imagens por fse em todo o corpo com fator de aceleração de até 4 vezes maior que as velocidades normais de digitalização mantendo a qualidade da imagem. acessórios mínimos necessários a serem fornecidos: estabilizador de tensão compatível com a potência do equipamento de ressonância quando necessário; quadro de força; sistema de refrigeração (chiller); cabine e blindagem caso necessário; no-breaks para os computadores. manual de operação do equipamento e treinamento de operação; garantia 12 meses. fornecimento de todos os epis exigidos pela anvisa para funcionamento dos equipamentos. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual. fazer o controle de qualidade do equipamento.

**Item 16: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA (COP0676)**, sistema de injeção de contraste para tomografia computadorizada, dotado de design leve, com rodízios de grande diâmetro e mobilidade sem fio, garantindo maior segurança e praticidade. deve possuir unidade de controle remoto em formato de tablet com conexão sem fio wi-fi, tela sensível ao toque e interface intuitiva de fácil utilização. o equipamento deve permitir o preenchimento automatizado de seringas descartáveis de 190 ml, com capacidade de armazenar, criar, editar e selecionar até 20 protocolos personalizados, além de disponibilizar histórico de até 200 injeções realizadas. deve possibilitar até 6 fases de injeção, com funções de pausa e hold, bem como intervalo programável de 1 a 900 segundos em incrementos de 0,1 segundo. deve possuir limite de pressão ajustável até 300 psi em incrementos de 1 psi, com apresentação em tempo real de métricas de pressão e fluxo. a taxa de fluxo deve ser programável pelo usuário na faixa de 0,1 a 10 ml/s. o volume programável deve ser ajustável em incrementos de 1 ml, até o limite máximo da seringa de 190 ml. o sistema deve permitir injeção simultânea ou alternada de meio de contraste e solução salina, de modo a reduzir artefatos, otimizar o uso de contraste, aprimorar o realce e controlar o tempo do bolus. deve dispor de ferramenta de assistência de protocolos, com sugestões de injeção baseadas no peso do paciente e na área de estudo, além de calculadora de taxa de filtração glomerular estimada para definição da dose de contraste. deve acompanhar dispositivo de manutenção da temperatura do contraste, garantindo estabilidade em condições de uso. a alimentação elétrica deve operar na faixa de 100 a 230 v, 50/60 hz, com duas baterias recarregáveis, tempo de recarga de 8 horas e vida útil mínima de 2 anos. o tablet controlador deve possuir adaptador ca 100–240 v, 50–60 hz, com saída de 19 v e 65 w em corrente contínua. o equipamento deve incluir manual de operação e treinamento para a equipe usuária. durante todo o período contratual, deve ser realizada manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais, estando excluídos os insumos de utilização.



**Item 17: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ARCO CIRÚRGICO (COP0668)**, arco cirúrgico móvel com detector digital de imagens tipo flat panel para aplicações em procedimentos de cirurgia geral, ortopedia, urologia, neurologia (coluna), vascular periférico. arco com movimento vertical motorizado igual ou maior a 44 cm, movimento bascular de 20° ou maior, movimento horizontal de 20 cm ou maior, movimento orbital de no mínimo 140 graus ou superior, angulação total de pelo menos 400 graus ou superior, distância da fonte ao detector digital de no mínimo 90 cm e profundidade de no mínimo 72 cm, espaço livre de no mínimo 70cm. pintura eletrostática anticorrosiva. detector digital de imagem de no mínimo 30 x 30 cm, com tecnologia de silício amorfo (a-si) ou cmos ou equivalente, com matriz de 1800 x 1800 pixels ou maior, tamanho de pixel máximo de 200 micrometros, profundidade de cor em 16 bits e com pelo menos três campos de entrada. 02 (dois) monitores tft ou lcd de, no mínimo, 17 polegadas ou superior, com resolução mínima de 1280 x 1024 pixels ou monitor único tft ou lcd de no mínimo 25 polegadas com resolução de no mínimo 1920 x 1080 pixels, em carro independente para suporte do sistema computacional e monitores. gerador com potência de 8 kw ou maior, tubo de raio x com anodo estacionário ou giratório e ponto focal duplo, sendo o menor desses, igual ou menor que 0,6 mm e o maior igual ou menor a 1,6 mm e colimador. colimação sem emissões de radiação. capacidade térmica do anodo de, no mínimo, 200 khu ou maior. fluoroscopia com, no mínimo, 40 a 110 kv e corrente máxima de 6 ma ou maior. modo radiografia com, no mínimo, 40 a 110 kv e corrente máxima de 13 ma ou maior. memória com recurso de retenção da última imagem adquirida, armazenamento de, no mínimo, 40.000 imagens. filtro de redução de ruído, rotação de imagens sem a necessidade de se emitir radiação durante a rotação. deve acompanhar o equipamento: saída usb integrados ao sistema e interface dicom 3.0 com no mínimo as modalidades storage e worklist. equipamento deve conter software específico para realização de angiografia por subtração digital (dsa) de imagens em tempo real, mapa de navegação roadmapping, opacificação de pico e análise de estenose vascular. interface dicom 3.0 com, no mínimo, as modalidades worklist, storage e print, para permitir conectividade ao equipamento. documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.

**Item 18: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO CARRINHO DE ANESTESIA (COP0674)**, aplicação: pediátrico e adultos; estrutura não oxidante; com as dimensões mínimas de estacionária 370x290mm e fixa/dobrável de 270x240 mm; gavetas e mesa de trabalho com diâmetro mínimo de 100 mm; deverá possuir modo de ventilação manual/espontânea/bypass/standby, sendo que: vcv, pcv, psv, prvc, simv (vcv), simv (pcv), simv (prvc); deverá possuir compensação de vazamento de gás no circuito e compensação automática de conformidade; os parâmetros de ventilação deverão ser no mínimo: faixa pediátrica 10–100 ml, resolução 5 ml; 100–300 ml, resolução 10 ml; para adultos: 100–1500 ml, resolução de até 25 ml; deverá possuir a pressão expiratória final positiva (peep) de 4 ~ 30 cmh2o (incrementos de 1 cmh2o); o desempenho do ventilador deverá possuir a pressão 280 kpa a 600 kpa e seus parâmetros de monitoramento no mínimo volume minuto 0 ~ 60 l/min e volume corrente 0 ~ 2500 ml, sendo pico de pressão das vias aéreas 0 ~ 100 cmh2o, peep 0 ~ 70 cmh2o, resistência (r) 0 ~ 200 cmh2o/(l/s) conformidade (c) 0 ~ 200 ml/ cmh2o, possuindo tendência de informações contínuas para os últimos 24 horas e registro de armazenamento de 500 eventos, primeiro a entrar, primeiro a sair; deverá possuir componente do ventilador com sensor de fluxo tipo orifício variável e localização de porta inspiratória e expiratória, sendo também o sensor de oxigênio tipo químico com precisão  $\pm 2,5\%$  da leitura; a porta de comunicação deverá possuir usb ioioi rj-45 rs-232; vaporizador anestésico dvapor ou vaporizador anestésico penlon sigma delta; o módulo co de fluxo principal2 e módulo (masimo irma) deverá apresentar as características



mínimas: modo de medição: convencional; numérico exibido: etco2, fico2; faixa de medição 0 ~ 99 mmhg; precisão +- (0,3 vol%+ 4% da leitura); tempo de resposta < 1 segundo; forma de onda / loop co2-tempo; etco2alarme alto 1~ 100cmh2o; a corrente lateral de co2 e módulo (masimo isa) deverá apresentar: modo de medição fluxo lateral; numérico exibido etco2, fico2; faixa de medição 0 ~ 99 mmhg; precisão 0 a 15 vol%:  $\pm 2$  (0,2 vol%+2% da leitura) 15 a 25 vol%: não especificado; o módulo multigás (masimo irma) deverá possuir no mínimo os parâmetros: modo de medição convencional; monitorar gás co2, n2o, halotano, enflurano, isoflurano, sevoflurano, desflurano, mac; hora de aquecimento vazão 0~ 10 l/min; · 1,0 l/min ~ 10,0 l/min, precisão:  $\pm 10\%$  da leitura; · 0,1/min ~ 1,0 l/min, precisão:  $\pm 0,5$  l/min; o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

**Item 19: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA HEMODINÂMICA (COP0670),** sistema de aquisição dinâmica digital de imagens para procedimentos de diagnóstico e intervenção nas aplicações cardíacas, vasculares, neurológicas. arco em c ou em g montado no chão com movimentos motorizados; projeções programáveis e com possibilidade de armazenar posição do arco, sid do detector, angulação do arco, formato de zoom e altura da mesa; velocidade de rotação de no mínimo 15 graus/s lao/rao; cobertura fluoroscópica do paciente em exames neurológicos e cardíacos sem a movimentação deste; projeções de no mínimo mais/menos 45graus cran/caud e mais/menos 100graus lao/rao; mesa de exames de tampo flutuante com deslocamento longitudinal mínimo de 100 cm deslocamento lateral aproximado mais/menos 13,5 cm e transversal mínimo de 25 cm; rotação de base mínima de mais/menos 90graus e suporte de peso de no mínimo 200 kg, mínimo 50kg adicionais para ressuscitação; deslocamento vertical motorizado; cobertura do paciente de no mínimo 120cm sem necessidade de reposicionamento do mesmo. capacidade de controle de todo o sistema através de console de comando ou ao lado da mesa. gerador de no mínimo 100 kw com seleção automática de foco e controlador de dose microprocessado; tubo de raios-x com rotação contínua de anodo em suspensão líquida ou outra tecnologia compatível com anodo giratório; capacidade de armazenamento de calor do anodo mínima de 2,0 mhu; tubo bifocal/trifocal, sendo: foco fino de no máximo 0,6 mm e foco grosso de no máximo 1,0 mm; possuir controle automático de exposição durante aquisição (controle do kv, ma e largura do pulso); inserção automática de filtros de cu para diminuição de radiação no paciente; sistema de controle automático de exposição a partir dos parâmetros da fluoroscopia; visando uma redução de radiação para o paciente e o médico, o sistema deve ter a capacidade de fazer colimação da imagem sem a emissão de raios-x; protocolos automáticos para compensação de movimento, redução de ruído, aprimoramento da imagem e pixel shift com controle automático de movimento. detector plano com diagonal de no mínimo 40 cm e resolução variando de acordo com fov, modo de aquisição e metodologia utilizada; fluoroscopia pulsada de alta resolução com matriz 1024 x 1024 com frequências variando de 7,5 a 30 pulsos/s tamanho do pixel de no máximo 200 micrômetros; possuir suportes e monitores necessários na sala de controle para visualização de imagens ao vivo, pós processamento 3d; possuir pelo menos 03 taxas de aquisição com velocidade variável; possuir no mínimo 4 campos magnificação; suporte e monitores necessários na sala de controle para visualização de imagens ao vivo, pós processamento 3d e entrada de dados do paciente. sistema digital de alta resolução para aquisição e apresentação de imagens em matriz 1024 x 1024, velocidade de aquisição variável de no mínimo 1 a 7,5 f/s; subtração digital de no mínimo 1 a 7,5 f/s; aquisição cardíaca variando de 7,5 a 30 pulsos/s. roadmapping 2d; software de função ventricular manual ou automática; software para análise de posicionamento de stents em angioplastias cardíacas em tempo real ou recurso de fusão de imagem do vaso contrastado com vaso sem contraste, visando uma maior eficácia na liberação do stent; software para quantificação das coronárias; software para análise do ventrículo esquerdo; software para otimização da visualização de stents; software de quantificação vascular; software de reconstrução tridimensional de anatomias vasculares (3d-vascular). software de planejamento de troca da válvula aórtica. funcionalidades dicom: dicom query/retrieve, dicom print, dicom ris/worklist, dicom send, dicom storage. armazenamento e revisão de imagens fluoroscópicas,

fluorolooop/fluorostore, de no mínimo 300 imagens fluoroscópicas. funções de deslocamento automático de pixel, roadmap, seleção de nova máscara, e programa para medidas de distâncias, estenoses com cálculo automático. hardware de alta performance com duplo processador ou superior, com no mínimo 4 gb de memória ram e 144 gb de hd; leitor/gravador de cd-r/dvd-r com visualizador nas mídias gravadas. deve constar os protocolos para redução de dose de radiação e aprimoramento da qualidade de imagem. capacidade de armazenamento de no mínimo 100.000 imagens em matriz de 1024x1024 online. sistema intercomunicador entre a sala de exame e a sala de controle; suporte de braços; apoio de braço unilateral; suporte para soro; suporte de cabeça; protetor radiológico de teto e saia. documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.

**Item 20: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA MAMOGRAFIA DIGITAL (COP0663)**, com detector integrado (dr) sem o uso de detector eletrônico do tipo flat panel (retrofit), tecnologia de conversão direta ou indireta de aquisição da imagem por um detector dr de silício amorfo ou selênio amorfo; movimentos isocêntricos de  $\pm 180^\circ$ , altura ajustável: mínimo entre 650 mm e 1450 mm (tolerância  $\pm 10\%$ ); gerador de alta frequência microprocessado e integrado a unidade principal do mamógrafo; potência máxima de no mínimo de 6 kw; tubo de raios x com alvo rotativo de tungstênio (w), rotação acima de 3000 rpm, filtro de ródio (rh). capacidade de armazenamento térmico do anodo de no mínimo 300 khu. capacidade de armazenamento térmico do tubo de no mínimo 400 khu. taxa máxima de dissipação de calor do ânodo de no mínimo 60 khu/min. seleção de valores para kv de 20 kv ou menor a 35 kv ou maior, em passos de no máximo 0,5 kv; intervalo de mas entre 1 mas ou menor e 630 mas ou maior. distância foco filme de no mínimo 65 cm. dispositivo de compressão da mama motorizado e automático, com função de descompressão automática da mama após a exposição. janela de berílio, pontos focais de 0,3 mm e 0,1 mm, controle automático de exposição (modos de operação: automático, semiautomático e manual). área ativada do detector de 24 x 30cm; fator de grade mínimo de 5:1. colimação automática de acordo com o tamanho do compressor. possuir display com indicação em tempo real da força de compressão, espessura da mama e angulação; este equipamento deve possibilitar o exame de pacientes nas posições: em pé, sentada ou em decúbito. tamanho do pixel de no máximo 85 mícrons, profundidade do bit de no mínimo: 14 bits. compressor 24x30 cm, compressor 18x24 cm (com capacidade de deslocamento lateral para as incidências mlo), compressor localizador de detalhe (spot), compressor multifuros para procedimentos de marcação pré cirúrgica, compressor axilar 10x24 cm ou equivalente e plataforma de magnificação com fator de 1,5 e 1,8 ou 1,5 e 2,0, compressor para magnificação campo aberto, compressor localizador de detalhe (spot) para magnificação, dispositivo de proteção facial, vidro plumbífero com 0,3mm pb (ou equivalente), dois pedais com dupla função, fantoma acr (american college of radiology) para acreditação com registro na anvisa e phantoms de pmma (polimetilmetacrilato) necessários para calibração do equipamento. estação de aquisição com monitor de 2 mega pixel, com teclado, monitor e computador compatíveis, com ferramentas de zoom e arrasto de imagem; ajuste manual de brilho e contraste, visualização em tamanho real (1:1 mm) ou ajustada à tela; medição de distância, anotação, ajuste automático de brilho e contraste; ferramenta de análise, possibilidade de visualização de imagem crua, posicionamento automático das imagens, display multiformato de 1, 1x2 e 2x2, funções sincronizadas para multi formato de zoom e/ou brilho/contraste; monitor de no mínimo 21 polegadas e capacidade de armazenamento de aproximadamente 3.000 imagens. suporte as funcionalidades: dicom, store, storage commitment, media storage (off -line media), query/retrieve, printing e modality worklist. as especificações técnicas são as mínimas

necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. deve acompanhar nobreak compatível com mamógrafo. todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a resolução rdc nº 611, de 9/3/2022, e instrução normativa nº 92, de 27/05/2021. documentação que deverá acompanhar os equipamentos no ato da entrega: manual de operação em português; catálogo do produto em português; montagem e treinamento inclusos. registro na anvisa. fornecimento de todos os epis (protetor de tireoide e colete de chumbo) exigidos pela anvisa. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, fornecimento de peças incluso durante todo período contratual. controle de qualidade do equipamento de acordo com o período exigido pelos órgãos competentes, levantamento radiométrico quando necessário e de acordo com período exigido pelos órgãos competentes, teste de integridade de equipamentos de proteção individual (epis), sentometria do sistema de processamento de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros aos funcionários conforme determinação da cnen. fornecimento de no máximo 1 (um) tubo de raio x no período de 01 (um) ano, caso haja necessidade de substituição.

**Item 21: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0677)**, sistema de injeção inteligente para exames de ressonância magnética, equipado com duas seringas de capacidades de pelo menos 65 ml e 115 ml, com programação de até 60 protocolos contendo até 6 fases de injeção. o equipamento deve dispor de tela sensível ao toque intuitiva com indicação em tempo real do gráfico de pressão, estado da fase sequencial e volume de fluido, além de indicadores luminosos de volume. deve possuir funções de acoplamento, carregamento, preparação e retração automáticas, bem como mesa de descartáveis integrada para conveniência do operador. inclui calculadora da taxa de filtração glomerular estimada (tfge) e calculadora de dosagem baseada no peso, garantindo maior segurança nos protocolos individualizados. o sistema deve possibilitar armazenamento de protocolos para repetição futura, integração com pacs para registro dos dados da injeção e do paciente, além de permitir injeção de teste, função kvo (manter veia aberta) e lembretes configuráveis pós-injeção. a faixa de fluxo programável deve variar de 0,01 a 10 ml/s, com incrementos progressivos, e a faixa de pressão deve incluir predefinições entre 100 e 325 psi. a montagem deve ser em pedestal de chão com suporte para iv integrado, sendo compatível com opções de suporte de gancho único ou duplo e kit de montagem móvel. a alimentação elétrica deve ser de 100 a 240 v, 50/60 hz, com corrente de fuga inferior a 100 microamperes, garantindo segurança ao paciente e ao operador. o equipamento deve incluir manual de operação e treinamento para a equipe usuária. durante todo o período contratual, deve ser realizada manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais, estando excluídos os insumos de utilização.

**Item 22: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA HEMODINÂMICA (COP0678)**, injetor de contraste para angiografia, com taxa de fluxo fixa ajustável de 0,1 a 45,0 ml/s em incrementos de 0,1 ml/s e taxa variável de 1 a 10 ml/s em incrementos de 0,1 ml/s. possui ainda programação em ml/min, de 0,1 a 59,9 ml/m em incrementos de 0,1 ml/m. o equipamento deve permitir tempo de subida configurável de 0,0 a 9,9 segundos em incrementos de 0,1 s, bem como tempo de atraso ajustável de 0,0 a 99,9 segundos em incrementos de 0,1 s. deve possibilitar até 4 fases de injeção, com diferentes taxas de fluxo e volumes em uma única aplicação contínua. o volume de enchimento deve variar de 1 a 150 ml em incrementos de 1 ml, com seringa de 150 ml. a velocidade de enchimento é ajustável de 1 a 20 ml/s em incrementos de 1 ml/s. o limite de pressão deve ser ajustável de 100 a 1.200 psi em incrementos de 1 psi. o sistema deve dispor de memória para 39 protocolos (sendo 4 padrão e 35 armazenáveis) e memória de histórico de aproximadamente 50 injeções. o equipamento deve incluir manual de operação e treinamento para a equipe usuária. durante todo o período contratual, deve ser realizada manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais, estando excluídos os insumos de utilização.

**Item 23: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO VENTILADOR PULMONAR (COP0675)**, tipo: microprocessado; aplicação: uso pediátrico, adulto e obeso (até 250kg); tela mín: 12pol touchscreen; res. mín: 800x600; carro p/ transporte; conexão rs232 ou sup., mín: ip21; bateria interna: mín 60min; blender eletrônico; leitura de fluxo: distal ou proximal, interno ou

externo; analisador de fio2 por sensor galvânico, paramagnético, ultrassônico ou sup.; controles ajustáveis; vol. corrente: 20-2000ml; pressão controlada range: 05-74cmh2o; freq ventilatória faixa: 1- 100rpm; concentração o2: 21-100%; peep: 1-50cmh2o; tempo insp.: 0,3-5seg; sensibilidade insp. por fluxo, mín entre 0,5-2,0lpm; trigger de fluxo e/ou pressão; rampa ajuste de fluxo; pausa insp/expiratória; ciclagem pressão suporte: 10-60%; alarmes: sensor de fluxo; alta pressão vias aéreas, tempo apneia, vol minuto baixo, ventilador inoperante e/ou erro técnico, falha suprimento gases, falha alim. elétrica, baixo nível de bateria, alto e baixo fio2; nebulização incorporada ao equip.; p0.1; possuir mín.: curva pressão x tempo e fluxo x tempo; monitoração valores: pressão vias aéreas: pico, platô, peep e média; concentração insp. o2; rel. i:e; fr total; vol. minuto exp.; vol. corrente; complacência estática e dinâmica ou complacência e resistência pulmonar e medição de pimáx ou nif para avaliação de força muscular; registro de eventos: mín 72h; modos ventilatórios: vent. controlada acionada automaticamente em todos os modos espontâneos; a/c-vc vent. a/c à vol.; a/c-pc; simv(vc) c/ ps; simv(pc) c/ ps; prvc; simv(prvc) ps; aprv; psvc/ backup para apneia; cpap; vni-c/ compensação de vazamento; ventilação backup mín modos espontâneos; continuar ventilando paciente mesmo faltando um dos gases, em emergência, e alarmar indicando gás faltante; pressão alim. gases: 280kpa(2,8bar) a 600kpa(6bar); acessórios: 04 sensores de fluxo por categoria de paciente, 4 válvulas exalação, 04 diafragmas da válvula de exalação, 04 sens. de fluxo exp. p/ cada: ped./adulto, ou 02 cassetes expiratórios; umidificador aquecido microprocessado, jarra térmica autoclavável, braço articulado c/ suporte, pedestal c/ rodízios giratórios c/ trava, acessórios de nebulização, 10 circuitos autoclaváveis, sendo 05 pediátrico e 05 adulto; 04 filtros hme estéril; 04 filtros hepa; mangueiras conexão: 01 para oxigênio; 01 para ar-comprimido(se preciso); válvula reg pressão p/ rede: 01 p/ oxigênio e 01 p/ ar; alimentação ac: bivolt automático, 60hz; o equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. o treinamento operacional deve estar incluso, manual de operação do equipamento; garantia 12 meses. manutenção preventiva e corretivas do equipamento com equipe certificada pelo fabricante, com fornecimento de peças inclusos, durante todo período contratual.

## **2. SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE ADEQUAÇÃO DE AMBIENTE**

A responsabilidade pela adequação dos ambientes destinados à instalação e operação dos equipamentos é da Contratada, devendo esta realizar as intervenções necessárias para viabilizar a instalação conforme os requisitos técnicos.

Não integram os serviços de responsabilidade da Contratada as adequações de infraestrutura predial, como obras civis, reformas estruturais ou intervenções para adequação da rede elétrica (inclusive aumento de carga e instalação de novos circuitos).

Compete à Contratante executar as obras estruturais, reformas e providenciar a infraestrutura elétrica necessária, incluindo o fornecimento de demanda energética compatível com os equipamentos locados.

Cabe à Contratada orientar tecnicamente a Contratante sobre os requisitos de adequação que são de sua responsabilidade, assegurando a conformidade com as normas técnicas, regulatórias e de segurança exigidas para o pleno funcionamento dos equipamentos.

A Contratada deverá indicar detalhadamente as intervenções necessárias, incluindo eventuais ajustes estruturais, elétricos, hidráulicos ou de climatização, com base em vistorias técnicas ou visitas de pré-instalação.

A Contratada deve fornecer à Contratante relatório técnico detalhado contendo todas as exigências para adequação do ambiente, em conformidade com:

- Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (especialmente RDCs vigentes);
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Requisitos de segurança elétrica, radiológica e ambiental, conforme aplicável.

A Contratante deverá assegurar que os ambientes disponibilizados possuam dimensões mínimas adequadas e layout compatível, permitindo a correta instalação, operação, manutenção e circulação ao redor dos equipamentos.



A Contratada deverá emitir laudo de demanda energética, contendo orientações claras sobre a capacidade elétrica requerida, incluindo necessidade de quadros dedicados, aterramento e estabilizadores, quando aplicável.

Quando exigido pelo tipo de equipamento, a Contratada deverá realizar a instalação de blindagem radiológica, abrangendo portas e visores plumbíferos, observadas as normas técnicas e regulamentações específicas.

A Contratada deverá realizar eventuais ajustes em não conformidades apontadas no laudo radiométrico. No entanto, a emissão e apresentação do laudo radiométrico final compete à Contratante, por meio da unidade de saúde responsável pela instalação.

A responsabilidade pela instalação e manutenção de sistemas de climatização e controle de umidade é da Contratante, sendo obrigação da Contratada informar os parâmetros técnicos ideais de operação, conforme especificações do fabricante.

Após a finalização das adequações, a Contratada deverá apresentar Declaração de Conformidade emitida pela Assistência Técnica Autorizada, atestando que o ambiente atende às condições necessárias para a instalação e operação segura dos equipamentos.

### **3. INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO**

A contratada deverá executar integralmente o processo de montagem, instalação e configuração dos equipamentos, observando os requisitos específicos para garantir seu uso seguro e eficiente. Deverá, ainda, adotar previamente as medidas de controle necessárias à mitigação de riscos decorrentes de interferência eletromagnética, conforme normas técnicas aplicáveis.

### **4. MANUTENÇÃO**

A Contratada deverá executar todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias para garantir que os equipamentos permaneçam em condições operacionais ideais, conforme as recomendações técnicas e melhores práticas dos fabricantes, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais de reposição, sem ônus adicional para a Contratante.

A manutenção preventiva deverá ser realizada conforme periodicidade estabelecida no Plano de Manutenção Preventiva, o qual deverá ser elaborado e disponibilizado pela Contratada no início da vigência contratual.

A manutenção corretiva deverá ser realizada tempestivamente, sempre que houver falha ou defeito no equipamento, sendo exigido o comparecimento da equipe técnica quantas vezes forem necessárias até a completa solução do problema.

O prazo para atendimento e resolução do chamado decorrente de indisponibilidade de equipamento será de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo justificativa técnica e tratativa formal entre o fiscal do contrato e o preposto da Contratada, hipótese em que o prazo poderá ser estendido, limitado a 3 (três) dias úteis, contados da abertura do chamado.

O prazo acordado deverá ser obrigatoriamente registrado no sistema de gestão de chamados e suporte técnico, com rastreabilidade das ações executadas.

Todas as peças de reposição e a mão de obra técnica empregadas nas manutenções serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, sem quaisquer encargos adicionais para a Contratante.

A equipe técnica de manutenção deverá ser composta por profissionais habilitados pelos fabricantes dos equipamentos, com experiência mínima de 2 (dois) anos na atividade de manutenção, devidamente capacitados para execução dos serviços conforme os manuais e orientações técnicas dos respectivos fabricantes.

A Contratada deverá apresentar comprovação formal de treinamento e capacitação técnica dos profissionais designados para as manutenções, conforme as exigências dos fabricantes representados.

Na hipótese de a Contratada não possuir equipe própria devidamente habilitada para determinado equipamento, a manutenção deverá ser obrigatoriamente executada por técnicos autorizados pelo fabricante, com a devida comprovação de vínculo e capacitação técnica.

A manutenção dos equipamentos é de responsabilidade exclusiva da Contratada, sendo vedada a manutenção dos equipamentos por representantes da Contratante.



## **5. SUPORTE TÉCNICO E GESTÃO DE ATIVOS**

A contratada deverá disponibilizar um sistema de gestão de ativos com acesso remoto, através de login e senha individualizados, para o responsável da unidade de saúde onde os equipamentos forem instalados.

Esse sistema deve garantir:

### **Transparência e Controle**

Visualização de todos os equipamentos instalados na unidade, com informações detalhadas sobre modelo, número de série e data de instalação.

Acompanhamento em tempo real do cronograma de manutenções preventivas e calibrações periódicas obrigatórias.

Acesso às Ordens de Serviço (OS), tanto para manutenções preventivas quanto corretivas, com detalhamento das atividades realizadas e identificação do técnico responsável.

Histórico completo de cada equipamento, incluindo disponibilidade, tempo de inatividade e ações de manutenção realizadas, promovendo um controle de qualidade rigoroso.

### **Abertura de Chamados Técnicos**

A funcionalidade de abertura de chamados online deve ser integrada ao sistema, permitindo que o responsável pela unidade registre a necessidade de suporte técnico de forma rápida e prática. O chamado deverá ser direcionado diretamente à equipe administrativa da contratada, que será responsável por acionar técnicos capacitados para atendimento no menor tempo possível.

### **Garantia de Qualidade e Rastreabilidade**

O sistema de gestão deverá ser capaz de gerar relatórios analíticos mensais ou sob demanda, abrangendo indicadores como disponibilidade dos equipamentos, cumprimento do cronograma de preventivas, tempo médio de atendimento, e taxa de resolução dos chamados técnicos.

Todos os dados devem ser rastreáveis desde a instalação dos equipamentos até o encerramento de sua vida útil.

### **Suporte Técnico Proativo**

A contratada deverá realizar monitoramento contínuo dos equipamentos para identificar preventivamente possíveis falhas ou necessidade de manutenção, minimizando interrupções nas operações da unidade hospitalar.

### **Funcionalidades**

O software deve ter funcionalidade de planejamento de serviços com programação de atividades, certificação de ordem de serviços com possibilidade de inclusão de anexos, acompanhamento completo dos serviços, incluindo priorização de chamados e direcionamento de chamados.

Deve ainda o software ter a possibilidade de rastreabilidade das ocorrências, transparência e que direcione diretamente à ficha vida do equipamento.

A Contratada, a partir do software disponibilizado, deve reportar mensalmente os relatórios constando os indicadores de desempenho e qualidade, que comprovem a disponibilidade dos equipamentos locados.

Deve constar no relatório, a descrição dos problemas identificados e as soluções aplicadas, os dados quantitativos e qualitativos do atendimento realizado durante o mês de prestação dos serviços.

Por meio do software disponibilizado, deve a contratada gerir, com transparência, todas as ocorrências, notificando o gestor do contrato, em até 20 (vinte) minutos, contados do momento da ocorrência, qualquer evento que comprometa a execução dos serviços, indicando as medidas corretivas adotadas.

**ANEXO II B DO TR - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

<b>DADOS</b>			
<i>Nome da Contratada:</i>			
<i>Nº do contrato:</i>			
<i>Descrição do objeto:</i>			
<i>Nº da OS:</i>		<i>Valor da OS:</i>	

**1. Descrição dos serviços a serem executados:**

<b>Nº</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Quantidade</b>
01		
XX		

**2. Cronograma de execução**

<i>Data de abertura da Ordem de serviço</i>	
<i>Data de Início da prestação dos serviços</i>	

**3. Responsável pela elaboração da ordem de serviço**

<b>Nº</b>	<b>Nome do servidor</b>	<b>Matrícula</b>

**ANEXO II C DO TR - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>			
CONTRATO Nº			
CONTRATADA		CNPJ	
Nº DA OS			
DATA DA EMISSÃO			

<b>2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO</b>		
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE
1		
XX		

<b>3 – RECEBIMENTO</b>
Por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à Ordem de Serviço acima identificada foram recebidos provisoriamente para posterior verificação de atendimentos dos requisitos contratuais.

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

**Matrícula:** xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

**ANEXO II D DO TR - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>			
<b>CONTRATO Nº</b>			
<b>CONTRATADA</b>		<b>CNPJ</b>	
<b>Nº DA OS</b>			
<b>DATA DA EMISSÃO</b>			

<b>2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO SERVIÇO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1		
XX		

<b>3 – RECEBIMENTO</b>
Por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à Ordem de Serviço acima identificada foram executados em conformidade com as disposições contratuais e requisitos constantes do Termo de Referência.

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

**Matrícula:** xxxxxx

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2025**

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ao  
**Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT**  
A/C Pregoeiro do PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2025  
Cuiabá - Mato Grosso

**PROPOSTA**

O proponente a seguir identificado:

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>		
<b>CNPJ:</b>	<b>NOME FANTASIA:</b>	
<b>LOGRADOURO:</b>	<b>NÚMERO:</b>	
<b>COMPLEMENTO:</b>	<b>BAIRRO:</b>	
<b>CIDADE:</b>	<b>CEP:</b>	
<b>TELEFONE FIXO:</b>	<b>EMAIL:</b>	
<b>BANCO:</b>	<b>AGÊNCIA:</b>	<b>CONTA:</b>
<b>REPRESENTANTE:</b>	<b>TELEFONE:</b>	

Em atendimento ao disposto no PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2025, após análise do referido edital e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer as mercadorias objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

E, para tanto, declaro que no preço estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com o fornecimento dos materiais, inclusive tributos, equipamentos, pessoal, taxas, transportes, alimentação etc., e que a presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa



**ANEXO III - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025**

**(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_,  
Inscrição Estadual Nº. \_\_\_\_\_ estabelecida na rua e/ou  
avenida \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, atesta  
para os devidos fins que a Empresa \_\_\_\_\_, com sede  
na \_\_\_\_\_, executa/executou/forneceu produtos do objeto desta  
licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na  
contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. \_\_\_\_\_;  
02. \_\_\_\_\_;  
03. \_\_\_\_\_.

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos atestados/e  
ou Certidões:**

- a) *O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser apresentado de forma física ou eletrônica, desde que contenha os seguintes requisitos:*
  - *Identificação clara do emitente e do signatário;*
  - *Descrição detalhada dos serviços prestados ou materiais fornecidos;*
  - *Declaração de que os serviços ou fornecimentos foram realizados de maneira satisfatória.*
- b) *Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser observado o seguinte:*
  - *Se apresentado fisicamente, deverá constar a assinatura do responsável, com firma reconhecida em cartório;*
  - *Se apresentado em formato eletrônico, deverá conter assinatura digital válida, certificada no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que substitui o reconhecimento de firma em cartório.*
- c) *A Administração verificará a autenticidade e validade dos atestados apresentados, seja por meio da conferência da assinatura digital ou da documentação física, assegurando a conformidade com os requisitos legais e técnicos.*

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025**

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- Declara a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Declara o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- Declara o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declara o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- Declara a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no plataforma <https://licitanet.com.br/>
- Declara que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Declara que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- Declara que tem pleno conhecimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- Declara que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)
- Declara que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- Declara que o pleno conhecimento critério de desempate (se houver) será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025**

**(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO  
PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº  
123/2006)**

\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade R.G.  
nº. \_\_\_\_\_ - SSP/\_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, representante da  
empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº  
\_\_\_\_\_, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 013/2025** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas  
com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações Lei Complementar  
147/2014.

Declara de que não incorreram em qualquer das situações previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da  
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações Lei Complementar  
147/2014., especialmente quanto ao limite de receita bruta para a definição de microempresa e  
de empresa de pequeno porte.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emi-  
tida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa  
de Pequeno Porte. na forma do [art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do  
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.](#)

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**ANEXO VI - QUANTITATIVOS ESTIMADOS PARA CONSUMO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025**

**1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR**

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	DIRETOR EXECUTIVO
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CINCOPO	AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 3920 - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO	59.558.305/0001-66	LEVI RIBEIRO

**2 - RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

ÓRGÃO	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CINCOPO	AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 3920 - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO	59.558.305/0001-66	LEVI RIBEIRO

**2. TOTAL DO QUANTITATIVO ESTIMADO PARA CONSUMO<sup>15</sup>:**

**ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

1.1. CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CINCOPO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 59.558.305/0001-66, com sede na AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 3920 - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO, na cidade de CUIABÁ-MT, representado por seu(ua) PRESIDENTE, LEVI RIBEIRO:

Item/Quantidade: 1/1092,0000; 2/1092,0000; 3/1092,0000; 4/1092,0000; 5/1128,0000; 6/204,0000; 7/204,0000; 8/240,0000; 9/276,0000; 10/36,0000; 11/36,0000; 12/36,0000; 13/36,0000; 14/36,0000; 15/36,0000; 16/36,0000; 17/24,0000; 18/12,0000; 19/12,0000; 20/12,0000; 21/12,0000; 22/12,0000; 23/60,0000

**TOTAL ESTIMADO PARA CONSUMO DE TODOS OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

ITEM	IDBSERV	CÓDIGO	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	650	657	1.092,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR PARA EQUIPAMENTO DE RAIOS X FIXO - DETECTOR - DR (COP0657)
2	649	656	1.092,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RAIOS X FIXO ANALÓGICO (COP0656)
3	658	665	1.092,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAMÓGRAFO ANALÓGICO (COP0665)
4	657	664	1.092,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA MAMOGRAFIA ANALÓGICA (COP0664)
5	665	672	1.128,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR (COP0672)
6	664	671	204,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ECOCARDIOGRAFIA (COP0671)
7	659	666	204,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TOMÓGRAFO 16 CANAIS (COP0666)
8	672	679	240,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS FILME PARA RAIOS X (COP0679)
9	673	680	276,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORA PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS EM PAPEL (COP0680)

<sup>15</sup> Obs.: O quantitativo citado, como preleva as normas sobre Sistema de Registro de Preço, representa uma mera expectativa de contratação, não vinculando a administração à sua efetivação.

10	674	681	36,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DENSITOMETRIA ÓSSEA. (COP0681)
11	660	667	36,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MONITOR MULTIPARAMÉTRICO (COP0667)
12	654	661	36,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL ANALÓGICO.(COP0661)
13	655	662	36,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA RAIOS X MÓVEL - DR PORTÁTIL (COP0662)
14	652	659	36,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL DIGITAL (COP0659)
15	666	673	36,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0673)
16	669	676	36,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIAS (COP0676)
17	661	668	24,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ARCO CIRÚRGICO (COP0668)
18	667	674	12,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO CARRINHO DE ANESTESIA(COP0674)
19	663	670	12,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA HEMODINÂMICA(COP0670)
20	656	663	12,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA MAMOGRAFIA DIGITAL.(COP0663)
21	670	677	12,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0677)
22	671	678	12,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA HEMODINÂMICA (COP0678)
23	668	675	60,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO VENTILADOR PULMONAR (COP0675)

**TABELA DE REFERÊNCIA DOS ITENS**

ITEM	IDBSERV	CÓDIGO	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	650	657	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR PARA EQUIPAMENTO DE RAIOS X FIXO - DETECTOR - DR (COP0657)
2	649	656	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RAIOS X FIXO ANALÓGICO (COP0656)
3	658	665	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAMÓGRAFO ANALÓGICO (COP0665)
4	657	664	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA MAMOGRAFIA ANALÓGICA (COP0664)
5	665	672	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM PARA RADIOLOGIA, OBSTETRÍCIA E VASCULAR (COP0672)
6	664	671	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ECOCARDIOGRAFIA (COP0671)
7	659	666	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TOMÓGRAFO 16 CANAIS (COP0666)
8	672	679	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS FILME PARA RAIOS X (COP0679)
9	673	680	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORA PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS RADIOLÓGICAS EM PAPEL (COP0680)
10	674	681	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DENSITOMETRIA ÓSSEA. (COP0681)
11	660	667	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MONITOR MULTIPARAMÉTRICO (COP0667)
12	654	661	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL ANALÓGICO.(COP0661)
13	655	662	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE DIGITALIZADOR DE IMAGENS PARA RAIOS X MÓVEL - DR PORTÁTIL (COP0662)
14	652	659	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RX MOVEL DIGITAL (COP0659)
15	666	673	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0673)
16	669	676	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA TOMOGRAFIAS (COP0676)
17	661	668	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO ARCO CIRÚRGICO (COP0668)
18	667	674	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO CARRINHO DE ANESTESIA(COP0674)
19	663	670	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA HEMODINÂMICA(COP0670)



20	656	663	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA MAMOGRAFIA DIGITAL (COP0663)
21	670	677	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (COP0677)
22	671	678	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INJEÇÃO DE CONTRASTE PARA HEMODINÂMICA (COP0678)
23	668	675	1,00	MÊS	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO VENTILADOR PULMONAR (COP0675)



**ANEXO VII – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025**

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte cinco, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – CINCOP/MT**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 59.558.305/0001-66 e com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Hélio Schneider Paulus Neto, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a União, Estado de Mato Grosso e os Municípios: Acorizal, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Paraguai, Alto Taquari, Apiacás, Araguaiana, Araguainha, Araputanga, Arenápolis, Aripuanã, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Boa Esperança do Norte, Brasnorte, Cáceres, Campinápolis, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Carlinda, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Cláudia, Cocalinho, Colíder, Colniza, Comodoro, Confresa, Conquista d'Oeste, Cotriguaçu, Cuiabá, Curvelândia, Denise, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Figueirópolis d'Oeste, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Glória d'Oeste, Guarantã do Norte, Guiratinga, Indiavaí, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Jaciara, Jangada, Jauru, Juara, Juína, Juruena, Juscimeira, Lambari d'Oeste, Lucas do Rio Verde, Luciára, Marcelândia, Matupá, Mirassol d'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Lacerda, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Nazaré, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim, Paranaíta, Paranatinga, Pedra Preta, Peixoto de Azevedo, Planalto da Serra, Poconé, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Porto Estrela, Poxoréo, Primavera do Leste, Querência, Reserva do Cabaçal, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondolândia, Rondonópolis, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leste, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Rio Claro, São José do Xingu, São José dos Quatro Marcos, São Pedro da Cipa, Sapezal, Serra Nova Dourada, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte, Tesouro, Torixoréu, União do Sul, Vale de São Domingos, Várzea Grande, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Rica, seus órgãos e entidades que compõem a administração pública direta e indireta, os órgãos ou entidade cooperadas, mediante convênio aprovado por lei, doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, do Sistema de Registro de Preços, e passam a integrar a Ata de Registro de Preços após manifestação, **RESOLVEM** Registrar os Preços das empresas: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações das Resoluções nº 001, 002, 003, 004, 005,

006, 007, 008, 009 e 014 e suas alterações, todas do ano de 2025 do CINCOP-MT e da Lei Federal n. 14.133, de 2021, nos casos omissos.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **contratação de empresa especializada em fornecimento de uniformes, calçados escolares e kit enxoval**, para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima sétima.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima oitava.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.3 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO/GARANTIA**

3.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.1.5 – Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.

3.1.6 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficarão sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.2.2 – Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.

3.3 – O prazo de garantia dos itens ofertados não será inferior àquele previsto na folha de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à administração, mesmo que os descritivos ou folhas de dados estabeleçam uma data inicial em contrário, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

3.4 – Na eventual ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo **12 (doze) meses** contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.

3.5 – As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 - O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta Ata, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

4.1.2 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.

4.1.3 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

4.1.3.1 – Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.

4.1.3.2. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

4.1.4. - Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta ATA, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital e da cláusula nona, desta ata.

4.5 – Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, sob pena de aplicação das sanções



- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.

- c) por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CINCOP-MT ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 – A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCOP-MT deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br>, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

7.2 – O Órgão Gerenciador, nos termos da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

7.3 – A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento,

cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

7.4 – Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

7.5 – Em conformidade com o art. 15, inciso XIV, da Resolução nº 003/2025 do CINCOP-MT, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1 – As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 001/2025, do CINCOP-MT ou outra que vier a substituir.

9.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I. convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido em aplicação de penalidade; e
- III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.1.3 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

- II. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2 – É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II. não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- VI. for declarado inidôneo nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;
- VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio Público na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

10.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. por razão de interesse público; ou
- II. a pedido do fornecedor.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025 e seguintes.

11.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

12.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 002/2025, Pregão, na Forma Eletrônica Nº 001/2025, Registro de Preços, realizado pelo Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, Órgão Gerenciador.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

13.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será do dia ... de ... de 2025 ao dia ... de ... de 2026.

13.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

13.3 – O prazo de vigência para a execução dos contratos (autorizações de fornecimento) decorrentes desta Ata de Registro de Preços será idêntico ao prazo de entrega do bem.

13.3.1 – O prazo de vigência do contrato (autorização de fornecimento) será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo de entrega.

13.3.2 – O prazo de vigência do contrato não se confunde com o prazo de entrega do bem, e a aceitação de recebimento posterior do(s) item(ns) não se configura como novo prazo de entrega.

13.3.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCOP-MT) ou para os Órgãos Participantes a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).



14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

15.1 – As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

15.2 – As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.3 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

15.4 – A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTICORRUPÇÃO**

16.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº

8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1 – Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
..	..	..	..	..	..

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

18.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Item-Quant.: .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....
--

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1 – É competente o foro estadual da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

20.1 – Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, dispensada as testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do CPC.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ASSINATURAS<sup>16</sup>**

**Hélio Schneider Paulus Neto**  
Secretário Executivo do CINCOPO-MT  
Órgão Gerenciador

Cuiabá - MT, ...../...../ 2025  
**AAAAAAAAAAAAAAAA**  
Fornecedor

<sup>16</sup> Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

**ANEXO VIII – MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE Nº ....**  
**ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025**

ÓRGÃO GERENCIADOR: .....  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: .....  
FORNECEDOR: .....  
CNPJ DO FORNECEDOR: .....  
OBJETO: .....  
VIGÊNCIA: .....  
PRAZO DE ENTREGA: .....  
VINCULAÇÃO: .....

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, ....., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ....., ....., inscrito no CNPJ sob nº. ...., neste ato representado pelo (a) ....., através desta manifestação concordamos com o processo administrativo licitatório vinculado e passamos a integrar a Ata de Registro de Preços acima, aprovando os seus termos, sendo permitida a utilização do registro de preços, a partir da sua assinatura, servindo o presente documento como comprovação para os fins legais.

Fica previamente autorizado o Órgão Gerenciador processar, autorizar e formalizar o remanejamento interno de itens entre os Órgãos Participantes, com a redução ou acréscimo do quantitativo inicialmente informado na Intenção de Registro de Preços - IRP, cooperando para atendimento das necessidades dos demais Órgãos Participantes.

Através da presente manifestação ficamos cientificados que a contratação deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br>, sendo de total autonomia e responsabilidade deste Órgão Participante o momento a justificativa e vantajosidade da contratação, observadas a disponibilidade orçamentária e prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

Fica autorizado o Órgão Gerenciador a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações do Órgão Participante.

A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a esta Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

E por estar compromissado, assina a presente manifestação.

..... (MT), .... / ..... / 2025

**ÓRGÃO PARTICIPANTE**

Assinatura<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.